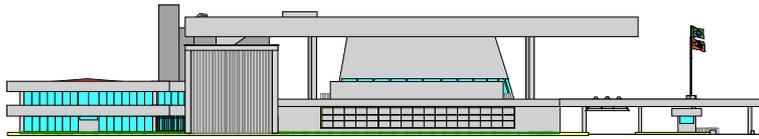


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 9 DE AGOSTO DE 2011

NÚMERO 6.316

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Chereim

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Dado Chereim - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Maurício Eskudlark
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Chereim

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
Dado Chereim

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2316 EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 066ª Sessão Ordinária realizada em 02/08/2011 2 Ata da 067ª Sessão Ordinária realizada em 03/08/2011 15 Ata da 021ª Sessão Extraordinária realizada em 03/08/2011 25</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL..... 29 Ato da Mesa DL 29</p> <p>Publicações Diversas Extratos..... 29 Ofícios..... 30 Portarias..... 37 Projetos de Lei 39</p>
---	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 066ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darcy de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se à inclusão digital.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Faz um balanço das audiências públicas que abordam o problema das drogas.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito da segurança pública.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Pronuncia-se a respeito de recursos para a Educação; defende parlamentares catarinenses.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

Partidos Políticos

DEPUTADO MANOEL MOTA - Questiona denúncias contra parlamentares catarinenses.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Defende parlamentares catarinenses.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (aparte) - Defende parlamentares catarinenses.

DEPUTADO DANIEL TOZZO - Relaciona necessidades do oeste catarinense.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se às denúncias veiculadas a respeito do Fundo Social.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra os dez anos da Aprasc.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Reporta-se às últimas manchetes nacionais.

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (pela ordem) - Defende Leodegar Tiscoski.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Aborda o projeto Revigorar e as subvenções do Fundo Social.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Registra a necessidade da separação do que é Fundo Social, subvenções e emendas.

Ordem do Dia

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra voto contrário à Indicação n. 0938/2011.

Explicação Pessoal

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Tece considerações a respeito da aplicação de recursos públicos.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Parabeniza a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí pela passagem do seu aniversário; manifesta-se a respeito das subvenções sociais; aborda o problema da segurança pública em Blumenau.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Solidariza-se com a deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Manifesta-se a respeito das festividades do aniversário de Concórdia.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Sérgio Luis Theisen, de São João do Oeste.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Registra a presença do prefeito Sérgio Luis Theisen, de São João do Oeste.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Manifesta preocupação com a indústria brasileira.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Alerta para as péssimas condições do trecho norte da BR-101.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Solidariza-se com o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Manifesta-se a respeito da segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos assistem pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, funcionários da Casa e colegas jornalistas, estamos recomendo, deputado Silvio Dreveck, mais um semestre, o segundo semestre do ano de 2011. Com certeza todos nós, durante essas duas semanas que não tivemos sessões, encontramos alguns deputados no nosso caminho, deputado Valmir Comin, quando aproveitamos, deputado Ismael dos Santos, para visitar as nossas regiões. E no meu caso e no caso do deputado Ismael dos Santos, que somos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, temos que visitar todas as cidades, todos os 293 municípios, assim como o deputado Sargento Amauri Soares, que também tem que visitar todos os municípios por causa da Polícia Militar. E aproveitamos esse recesso para fazer essas visitas.

Gostaria de parabenizar o governo do estado por haverr acatado uma sugestão nossa de instalar, nas diversas cidades de Santa Catarina, o projeto Passaporte Digital, sr. presidente. Esse projeto que apresentamos - inclusive já inauguramos em algumas entidades e pretendemos inaugurar em outras que estão interessadas em fazer a inclusão digital, principalmente de pessoas adultas e da terceira idade - tem o objetivo de quebrar alguns paradigmas principalmente das pessoas que não nasceram nesta era.

As crianças de hoje, costume dizer, deputado Valmir Comin, parece que já nascem com um *chip*, porque pegam os telefones, os *l-pads*, os computadores e manuseiam-nos com grande facilidade. É incrível!

Sou uma pessoa ligada à tecnologia e perco feio para os meus filhos, para o Rhuan e para a Sigia. Eles pegam o meu *ipad* e detonam, fazem tudo; o que para nos parece muitas vezes, deputado Altair Guidi, uma dificuldade, para eles é uma coisa impressionante, pois eles têm muita facilidade. Mas observamos que temos pessoas que começaram a ter acesso à tecnologia na meia-idade e inauguramos esses laboratórios de inclusão digital. O primeiro foi em Içara, o segundo em São Francisco do Sul e o terceiro em Itajaí, que foi uma indicação da vereadora Susi Bellini, deputado Dirceu Dresch, no Asilo Dom Bosco, que atende a 107 anciãos.

Essa a inauguração foi extremamente importante, porque conhecemos o sr. Neme, com 87 anos e que pela primeira vez teve acesso ao computador. E quando sentou na frente do computador, após termos instalado o

laboratório, ele nos perguntou: "Está *on-line*?" E eu pensei: que bom que ele sabe o linguajar. E ele novamente pediu: "Então coloca para mim o *Google Maps*?" Então, ele perguntou: "O que é isso aqui? Respondi: é um *mouse*. E ele disse: "E esse é o Tom!" Fazendo referência ao desenho animado. Mas ele, com uma dificuldade grande em mexer no *mouse*, segurava-o com vontade, como se fosse uma laranja. E eu dizia: *vovô, vá com calma!* E ele foi dizendo: "Eu já sei que não podemos fazer compras pela *internet* porque há *hackers*". Ai eu perguntei para ele: *vovô como o senhor sabe tanta linguagem e informação sobre o mundo da internet?* E ele respondeu: "Eu assisto à televisão e sei até que existe uma tecnologia que se coloca na íris e quando os olhos mexem também mexe o mouse!"

Então, um senhor de 87 anos que já tem conhecimento da tecnologia, deputado Sargento Amauri Soares, referiu-se também ao tal de *Twitter*, querendo aprender. Ele disse que sabe que não se pode colocar o nome, apenas um codinome. Eu perguntei: qual é o seu codinome *vovô*? Ele respondeu: "Vai ser João Ninguém!" Vocês sabem o que é uma pessoa de 87 anos que tem acesso, pela primeira vez, à internet?

Ontem, participei da primeira aula ministrada em Içara, no Colégio Pastor Pedro Valentim Monteiro, e as alunas eram mulheres na faixa de 50 a 55 anos, que pela vez primeira estavam acessando a *internet* por conta do programa Passaporte Digital. E durante a aula uma delas disse: "Agora vou poder pegar as receitas da Ana Maria Braga." Ou seja, cada uma tem o seu interesse na *internet*. Outra senhora disse: "Agora poderei mexer no computador que ganhei da minha filha que mora lá no Rio de Janeiro. Vou falar com ela e vê-la." Então, deputado Sargento Amauri Soares, percebi como essa inclusão digital é importante, como a vida das pessoas muda.

Tive essa ideia porque a minha mãe, que está com 77 anos, começou a acessar a *internet*. Ela conversa com os netos que moram nos Estados Unidos, navega, faz coisas diferentes e fala disso com muita alegria, porque ela sabe conectar e sabe desconectar o computador à *internet*. E por conta disso temos muitas pessoas que não tiveram acesso ao computador quando apareceu a tecnologia e hoje, muitas vezes, por sobre de vergonha ou por falta de coragem, tiveram dificuldades de romper essa barreira da inclusão digital.

Estava conversando com uma senhora e perguntei qual era o seu maior medo. Por sua vez, ela me respondeu que o seu maior medo era o *mouse*. Uma senhora com 52 anos, pescadora de marisco e trabalhadora do processo de reciclagem lá da praia do Rincão. Ela disse: "Ele está me dominando, mas ainda vou dominá-lo!" E outra frase que me deixou muito contente, porque nós, jornalistas, vamos pegando as frases e colocando entre aspas, como essa, por exemplo, dita por uma senhora de 52 anos: "Estou com medo de 'emburrecer'!" Ou seja, uma mulher de 52 anos com medo de "emburrecer", porque sabe que a inclusão digital é importante.

Por isso, gostaria de fazer aqui um agradecimento muito especial ao governo do estado por ter acatado esse projeto. Vamos levar esse programa às entidades, através do governo do estado, e propiciar aos catarinenses a inclusão digital.

Ontem, houve a inauguração desse programa em Jaguaruna e Lauro Müller; vamos inaugurar em Joinville, no Centro Terapêutico Rosa de Saron, o deputado Ismael dos Santos

conhece, onde menores viciadas em drogas estão sendo tratadas, também na Fazenda da Esperança, que é um centro de recuperação da Igreja Católica, em Garuva, e em Pinhalzinho, São Miguel d'Oeste e Xanxerê, nesta semana.

Tenho certeza de que o Passaporte Digital será o maior programa de inclusão digital de Santa Catarina, porque propiciará a todos os catarinenses, a todos os cidadãos que moram aqui, independentemente da faixa etária, a possibilidade de receberem de graça, deputado Sargento Amauri Soares, o curso para aprender a utilizar o computador. Ninguém será *expert*, mas vão aprender a entrar e sair da *internet* para fazerem parte desse mundo virtual.

Parabéns mais uma vez ao governador Raimundo Colombo por ter aceitado o nosso projeto que vai beneficiar muitos cidadãos aqui em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, é uma satisfação retomar os trabalhos aqui no plenário. Como disse o deputado Kennedy Nunes, percorremos as nossas regiões neste período de recesso. Iniciamos a nossa caminhada, de forma muito específica, pelo planalto norte, na Festa do Colono, lá em Bocaina do Sul, no evento que evidenciou o projeto que viabiliza o cultivo do girassol para a produção de biocombustível. Fomos também ao sul do estado, especialmente para visitar comunidades terapêuticas em Araranguá, em Laguna.

Estivemos na região norte, em Joinville e São Francisco do Sul, também visitando cidades terapêuticas. Mas de maneira mais pontual no vale e no alto vale do Itajaí, na região de Ibirama, de Gaspar, quando tivemos a oportunidade de fechar uma parceria com o estado de Santa Catarina no que diz respeito ao sistema de videomonitoramento.

Na questão específica do efetivo da Polícia Militar, chegaram esta semana mais 35 novos policiais militares, e vamos cobrar a promessa do governador de chegarmos a janeiro de 2012 com 150 novos policiais militares na cidade de Blumenau.

Mas a nossa ênfase, sem dúvida, durante esses 15 dias de recesso, foi na continuidade ao monitoramento que estamos fazendo nas nossas comunidades terapêuticas. Participamos no último sábado, na cidade de Lages, do 9º Fórum das Comunidades Terapêuticas de Santa Catarina, onde tivemos a oportunidade de fazer uma palestra e de participar de um debate com a deputada federal Carmen Zanotto, no que diz respeito às novas diretrizes da Anvisa às nossas comunidades terapêuticas.

Ontem, juntamente com a deputada Ana Paula Lima e o deputado Jean Kuhlmann participamos da quarta audiência pública organizada pela Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, buscando fazer essa radiografia no estado de Santa Catarina. Essa audiência ocorreu às 19h, no plenário da Câmara de Vereadores, que estava lotado com a participação de policiais civis e militares, técnicos da área da Saúde, representantes das Comunidades Terapêuticas etc.

Alguns números nos deixam inquietos no que diz respeito à prevenção às drogas. Segundo informações do próprio Comen - Conselho Municipal de Entorpecentes -, dos 5.000 mil usuários de crack, 25% são

atendidos por transtornos mentais e alcoolismo, na cidade de Blumenau. Um desafio tão bem colocado pela promotora Kátia Rosana Petti Armange na questão, deputada Ana Paula Lima, de leitos para a saúde mental. E chegamos à triste conclusão de que, infelizmente, ainda no estado de Santa Catarina, um estado com seis milhões de habitantes, e pasmem os nossos telespectadores, temos apenas 800 leitos para a saúde mental, dos quais 400 para a dependência de alcoolismo. Então, esse é um grande desafio a enfrentar.

No próximo dia 15 estaremos na região sul do estado de Santa Catarina, numa audiência na Câmara de Vereadores de Criciúma, a partir das 15h. No dia 22 estaremos, às 19h, na Câmara de Vereadores de Itajaí, com mais uma audiência pública. Encerrando, dia 29 deste mês, estaremos na Assembléia Legislativa com a audiência derradeira desse roteiro que fizemos por todo o estado, contemplando todas as regiões, normalmente com a presença do governador e da secretária Nacional de Políticas Sobre Drogas, dra. Paulina Duarte, uma catarinense que hoje está no comando dessa área no país. Enfim, será um debate que vamos fazer nesta Casa sobre os encaminhamentos das audiências públicas, com um documento final, que será entregue ao governador.

No final de cada audiência pública temos recebido diferentes mensagens daqueles que estavam presentes, inclusive usuários em reabilitação. É interessante observar que quando se fala no combate e prevenção às drogas há sempre dois extremos que precisam ser evitados. Primeiramente, o ufanismo, o achar que com audiências públicas, ou mesmo com o trabalho das nossas comunidades terapêuticas, vamos erradicar, de forma absoluta, as drogas do estado de Santa Catarina. É claro que não, temos consciência disso e não queremos cair nessa armadilha. Mas também não podemos ir para o outro extremo, o pessimismo, como algumas pessoas dizem: "Não adianta, a guerra está perdida".

Entendemos que é possível, porque as drogas não são um caminho sem volta. É preciso derrubar esse mito da não recuperabilidade do dependente químico.

E quero parabenizar as mais de 70 comunidades terapêuticas em Santa Catarina, que oferecem hoje cerca de 2.400 vagas, que precisam, sim, de um maior amparo, de um maior financiamento.

Temos buscado junto à Secretaria Nacional, e o governo do estado também precisa fazer a sua parte... E estamos muito otimistas com a perspectiva do projeto de lei de termos do Fundo Social um percentual de 0,5% para um fundo específico de combate e prevenção às drogas.

Agora, inclusive, com o Projeto Revigorar, que vai trazer pelo menos R\$ 100 milhões, uma espécie de Refis para a Saúde, queremos propor ao governo do estado, e estamos pensando nessa perspectiva, de termos aí uma reserva de 5% desse fundo também para a questão da dependência química, porque se trata de uma questão de saúde mental.

Por tudo isso, entendemos que é preciso participar, é preciso discutir, implementar propostas, e o alicerce dessa luta deve residir nessa vontade férrea de unir esforços, por parte do governo, por parte desta Casa, da sociedade civil, em especial, das nossas comunidades terapêuticas, para que de fato tenhamos uma Santa Catarina sem drogas.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados.

A deputada Ana Paula Lima brincava aqui:

- Fala, Soares, tu que ficaste sem poder falar durante todo este tempo.

E, de fato, em muitos momentos, no recesso, sentimos a falta desta tribuna, que é o espaço onde podemos pelo menos falar das coisas que deveriam acontecer e não acontecem. Ou se indignar com as coisas que não deveriam acontecer e acontecem.

Acho que vir a esta tribuna tem sido, para nós, um espaço bastante proveitoso, porque é o espaço onde podemos expor as idéias e debatê-las, de forma que a valorizamos muito.

Quero, antes de iniciar este primeiro pronunciamento deste semestre, parabenizar o deputado Ismael dos Santos pelo brilhante trabalho que tem feito na Frente Parlamentar de Prevenção e Combate às Drogas e dizer que me ressinto muito, deputado Ismael, da dificuldade de participar.

Estou em cinco comissões, Constituição e Justiça, Finanças e Segurança Pública. Agora com a licença do deputado Marcos Vieira, na presidência da comissão de Segurança Pública, por dois meses, na comissão de Educação e na comissão de Saúde. Então, é bastante trabalho e, com certeza, essa questão do combate e prevenção às drogas é uma matéria muito importante e afeta a segurança pública.

Gostaria de parabenizar o seu trabalho, torcendo e somando, sempre que for necessário, inclusive para que muito recurso do Fundo Social, já que existe, seja usado para isso, que é finalidade pública das mais importantes do nosso estado, com toda certeza.

Parabéns, deputado. Inclusive, gostaríamos de poder participar mais das audiências públicas e eventos que v.exa. tem encampado, organizado, no estado Santa Catarina, apesar das dificuldades que as nossas atividades têm nos acarretado.

Referi-me, evidentemente que não poderia passar em branco neste primeiro pronunciamento do semestre, a respeito da última polêmica da Segurança Pública, que é essa disputa de competência entre policial civil e policial militar.

Na verdade, quero especificar mais a questão, porque na nossa forma de ver não são disputas entre a Polícia Civil e a Polícia Militar e, sim, disputas entre os delegados da Polícia Civil e os oficiais da Polícia Militar. É uma disputa da cúpula. E nos conflitos dos últimos anos nenhum deles teve a iniciativa, ou foi protagonizado, pelos praças ou pelos policiais civis de base. Aliás, historicamente, nós, os praças e a base da Polícia Civil, trabalhamos em harmonia buscando resolver os problemas, especialmente naqueles dias e naqueles horários nos quais a maioria ou a totalidade das autoridades de uma ou de outra instituição não estão no local para tomar as decisões. Neste momento a nossa relação de praças da Polícia Militar e de base da Polícia Civil sempre foi muito cordial no encaminhamento das demandas da sociedade em termos de segurança pública. Evidentemente que temos bastante a falar sobre esta questão.

O Brasil é um país que em cada estado tem duas polícias agindo sobre o mesmo território. E só essa questão com certeza já traz prejuízo para a população, porque está pagando duas instituições, muitas vezes para intervir sobre o mesmo problema de segurança. A população em determinado momento procura a Polícia Militar, mas aquele assunto precisa ser resolvido pela Polícia Civil; em outro momento vai à Polícia Civil, mas o assunto é relativo à Polícia Militar. Assim a população gasta mais, e o estado financia duas instituições.

Essas duas instituições são insuficientes para resolver o problema da segurança, porque as duas têm defasagem no efetivo; o salário dos policiais de ponta, que estão na linha de frente, na rua, é muito baixo, assim como é baixo também o salário dos bombeiros, dos agentes penitenciários. Gasta-se com aquilo que poderia ser evitado e não se tem dinheiro para fazer o elementar, ou seja, remunerar bem os servidores e garantir a estrutura necessária para que a instituição possa funcionar.

O adequado seria existir uma só instituição, com ciclo completo. E temos defendido essa tese há dez anos, desde que fundamos a Associação de Praças de Santa Catarina. Precisamos de mudanças na Constituição Federal para tornar as polícias estaduais numa única polícia, desmilitarizada, inclusive podendo-se suprimir o inquérito policial, dessa forma fortalecendo o Ministério Público. Assim ganharíamos, na média, por baixo, um ano na persecução penal, porque tudo que é feito no inquérito policial será feito depois novamente pelo promotor e pelo juiz durante o processo. Então, é um gasto de serviço e uma burocracia desnecessária que se cria, mas que existe historicamente no Brasil.

Precisa-se investir em salários, em carreira que mobilize os servidores da base e em dignidade no tratamento. Neste aspecto a anistia e a mudança dos regulamentos disciplinares. É isso que temos defendido e vamos defender no aniversário de dez anos da Aprasc, com dez mil filiados, no dia 25 de agosto. Mas falarei sobre isso posteriormente.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Nobre deputado, não poderia deixar de fazer o registro sobre uma nota que acabei de receber do vice-prefeito de Tijucas, aqui presente, que denuncia que o seu município, com 31 mil habitantes, possui apenas um servidor na delegacia de polícia para atendimento ao público, durante 24 horas, ou seja, se ele vai ao banheiro, tem que fechar a delegacia. E na Polícia Militar de Tijucas são dois soldados por plantão para 24 horas deixando, inclusive, viaturas paradas por conta do efetivo ou até mesmo por problema de escala de trabalho.

Então, isso é uma denúncia de uma cidade bem próxima nossa que não é diferente de Blumenau, deputada Ana Paula Lima, que não é diferente do oeste, no município de Riqueza, onde estive recentemente visitando, não tem um policial naquela cidade fazendo plantão, existe uma viatura da região para fazer a segurança nesse município.

Essa é a realidade da segurança pública que preocupa todos nós; todos os dias os números de ocorrências crescem e, lamentavelmente, não conseguimos perceber, deputado Sargento Amauri Soares, soluções plausíveis em curto prazo.

É esse o registro que gostaria de fazer.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti, pelo registro. Cumprimento o vice-prefeito de Tijucas, Luiz Rogério da Silva, conhecido como Rogerinho. Essa é a situação, como a deputada Luciane Carminatti registrou, da maioria das cidades do estado. Se houvesse uma política única, com certeza os esforços somariam e as sociedades teriam atendimento mais adequado.

Então, esse é o pressuposto do qual partimos, há necessidade de unificação, está em discussão no Congresso Nacional mudanças no Constituição Federal para se fazer esse debate para saber o que a sociedade quer efetivamente em termos de segurança pública e sair desse conflito para saber quem é mais competente se é o delegado ou se é o coronel. Temos que chegar a algum consenso, evidentemente a sociedade precisa se manifestar a respeito disso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Meus cumprimentos a todos os colegas parlamentares que estão nesta Casa. Ontem, deputada Ana Paula Lima, estive no Ifet, em Rio do Sul, Instituto Federal de Educação acompanhando o movimento de paralisação que estão fazendo os professores e servidores públicos federais nas escolas técnicas.

Quero dizer que sendo um deputado do Partido dos Trabalhadores, solidarizo-me com o movimento. Acho que a carta aberta lançada pela população pela rede federal de ensino demonstra claramente que o governo federal precisa abrir o diálogo nessa questão conversando com os servidores.

A reivindicação salarial dos servidores professores não é tanto de mérito econômico, mas, sim, uma posição de debates sobre um projeto de lei do governo federal no Congresso Nacional vinculado à Lei de Responsabilidade Fiscal, meio que congela os salários públicos nesse segmento até o ano 2019. Ao mesmo tempo também com o corte econômico feito pelo governo pela nossa presidente Dilma Rousseff neste momento representa quase R\$ 3,5 bilhões na área de Educação.

Fizemos uma leitura sobre o quanto as escolas técnicas têm evoluído em nosso país e observamos que a maioria daqueles professores servidores foram profissionais que entraram através de concurso público construído pelo nosso presidente Lula, ainda no seu mandato, à medida que ampliou para 214 escolas técnicas em oito anos, só lembrando apenas que o governo anterior tinha feito um projeto de lei, deputado Reno Caramori, que proibia novas escolas técnicas no Brasil.

Então, essa carta aberta escrita pelo Sindicato Nacional de Servidores Nacionais ressalta a questão de orçamentos, a importância da contratação de novos professores servidores, porque se está ampliando escolas, mas não se está tendo a velocidade de contratação de servidores e de professores para essas escolas técnicas.

O Instituto Federal de Educação em Rio do Sul, que atende ao estado, logicamente, mas prioritariamente ao alto vale, tem curso para agronomia e agrimensura, cursos de

informática e diversos outros cursos que até então não tínhamos. E aquela escola foi aprimorada, aprofundada em recurso, principalmente com ações da nossa ex-senadora Ideli Salvatti, juntamente com o ex-deputado federal Cláudio Vignatti.

Esta carta coloca pela retomada dos recursos públicos com o fim das terceirizações e as precarizações em nossas escolas, pela valorização dos profissionais em educação com estruturação das carreiras e reajustes dos salários bases e contra qualquer outro projeto que congele gastos, como já falei, em relação ao orçamento.

Por isso, é com muita tranquilidade, como deputado do Partido dos Trabalhadores, que faço este pronunciamento, porque a mesma lógica tenho usado em relação ao estado e não posso agir diferente aqui, quando o nosso governo tem que claramente abrir esse diálogo.

Ao mesmo tempo, gostaria de fazer menção à enxurrada de denúncias que se vê pelo Brasil afora, e parece que o Parlamento e toda gestão pública é isso. No *Diário Catarinense* de hoje aparece páginas que falam de empresa de turismo que teve assinatura e aval do senador Casildo Maldaner, do deputado Edinho Bez, do senador Paulo Bauer, do deputado Valdir Colatto. E saiu no *Jornal Nacional*, ontem, como se eles estivessem envolvidos em falcatura.

Estou fazendo este pronunciamento, porque temos que diferenciar o joio do trigo. E a matéria dá a entender, deputado Aldo Schneider, que essas figuras estão envolvidas em desvio de recurso. A entidade, sim, é que deve ser investigada, essa que recebeu recursos do ministério do Turismo, através de projetos, para saber se ela investiu esses recursos. Mas nós que conhecemos o Congresso sabemos que muitas dessas entidades e aqui mesmo, às vezes, solicitam que o deputado referende uma entidade como entidade de funcionamento. E nós sabemos que a forma com que foi colocada no jornal da Globo, ontem... E não estou falando de nenhum parlamentar do meu partido, estou falando que a imprensa não pode divagar como se todos fossem iguais.

Então, lendo o artigo e vendo a forma com que foi colocada, dá claramente para ver que nenhuma das quatro figuras, senadores Casildo Maldaner, Paulo Bauer e deputados Edinho Bez e Valdir Colatto, agiram com má fé ou desviaram qualquer recurso. Diferente do que muitas vezes vimos de divulgações pela imprensa em relação ao Fundo Social, que também precisa ser esclarecido para não colocar que são todos iguais.

Também há a denúncia em relação a outro catarinense, que é Leodegar Tiscoski, do ministério das Cidades. Sabemos que nos recursos de saneamento básico as obras são executadas pelos municípios ou pelos estados. E dá a entender como também estivesse desviando dinheiro. Então, estou falando de cinco figuras públicas do estado de Santa Catarina que não são do meu partido e que não precisava fazer essa defesa.

Temos que parar e estabelecer uma relação clara entre o que a imprensa coloca nos jornais e o que é compreendido no dia a dia. Fala-se que o ex-deputado Leodegar Tiscoski é tesoureiro do PP, mas sabemos que todas as empreiteiras doaram para as campanhas presidenciais, para as campanhas a governador, umas mais, outras menos. E foi assim também em Santa Catarina. E falo isso com muita tranquilidade, porque é preciso que se diga para onde foi esse dinheiro.

A empresa de turismo tem que ser investigada, sim, assim como temos que investigar como o dinheiro do Fundo Social foi para uma entidade, se houver esse questionamento.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Gostaria de cumprimentá-lo e fazer minhas as suas palavras. Às vezes as coisas são colocadas de forma que as pessoas são condenadas pelo fato de atestarem que uma entidade existe. Foi o que a mídia nacional fez com pessoas de Santa Catarina.

Então, quero solidarizar-me com v.exa. exatamente porque essas pessoas não são do seu partido, mas v.exa. está na defesa do lógico, da verdade. Estamos aqui para fazer o que é correto.

Até iria fazer um pronunciamento nessa linha e por isso quero parabenizá-lo pela sua manifestação.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado, quero associar-me à sua manifestação e vou retomar o assunto no horário destinado ao meu partido, esperando contar com o seu aparte.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Associo-me à sua manifestação e também vou manifestar-me no horário destinado ao PMDB. Essas pessoas construíram uma história de trabalho e de repente, por um pequeno mal-entendido, são bombardeadas.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, manifesto a minha solidariedade a estas figuras públicas: deputados Valdir Colatto e Edinho Bez e senadores Paulo Bauer e Casildo Maldaner, além do ex-deputado Leodegar Tiscoski, porque sabemos como essas coisas funcionam. Muitas vezes a notícia sai na imprensa e a percepção, o entendimento, se dá de forma distorcida.

Também quero parabenizar o cantor Ney Matogrosso, que aos 70 anos continua cantando como ninguém neste país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, tenho 29 anos de uma vida pública construída com muito trabalho, ética e profissionalismo. Fizemos do mandato um instrumento de trabalho em defesa da sociedade e da nossa região. Sabemos perfeitamente que estamos vivendo um momento de tiroio sem limites. Não é possível continuarem a fazer denúncias e acusações sem convicção, segurança e garantia da veracidade, porque o inocente tem que correr atrás do prejuízo. E quando vai recuperar o prejuízo político?

Tenho 29 anos de vida pública norteada no trabalho, na responsabilidade, na ética, no profissionalismo e por isso tenho, neste momento, moral para estar aqui de cabeça erguida em uma missão que venho

cumprindo religiosamente em defesa da sociedade catarinense.

Ontem ouvi a denúncia acerca da assinatura de uma certidão para uma ONG, assinatura esta de uma pessoa que foi presidente da Santur por muito tempo, quem conheço, que tem história, que foi gerente da Caixa Econômica Federal, que construiu uma vida profissional, que depois entrou na política e hoje tem muito menos do que tinha. Refirme-me ao deputado Edson Bez de Oliveira, um homem de passado limpo, de lisura, que trabalha dia e noite e que tem ajudado Santa Catarina em todos os momentos.

Ouvi com muita tristeza essa denúncia porque qualquer parlamentar, meu líder, deputado Elizeu Mattos, pode assinar alguma coisa a qualquer momento e ser prejudicado por isso.

Srs. deputados, o deputado federal Valdir Colatto tem uma história linda, é um homem que defende a agricultura, um homem de uma lisura a toda prova. Todos conhecem o senador Casildo Maldaner, que já foi, inclusive, governador deste estado. Por isso, pergunto: ele iria armar uma arapuca para ele mesmo? Com certeza não, todos sabem quem é Casildo Maldaner. E o senador Paulo Bauer? Todos sabem da sua luta.

Então, ficamos perplexos com essa situação, porque qualquer coisa está sendo denunciada. Obviamente, quando a pessoa é culpada, precisa ser penalizada, e a população precisa tomar conhecimento, mas o que não pode acontecer é antecipar alguma coisa sem conhecê-la com profundidade. Muitas denúncias são vazias e acabam prejudicando as pessoas.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Manoel Mota, quando escutei a manchete: "Escândalo envolve políticos catarinenses", imaginei que se tratasse de desvio de recursos. Mas ao analisar a notícia, acabei concluindo que estão misturando alhos com bugalhos nessa história. Todas as entidades que recebem subvenção social, as entidades de utilidade pública, necessitam de um ofício do prefeito, da Câmara de Vereadores, demonstrando que ela existe. Isso é praxe. Agora, se é crime assinar de boa-fé um documento dizendo que conhece o cidadão, então já não sabemos mais nada.

Conhecemos Jorge Meira! Eu o conheço e se ele viesse pedir-me uma assinatura, eu assinaria. Mas se todos os crimes cometidos neste país fosse somente o de assinar um documento de boa-fé, aqui seria o melhor lugar do mundo.

Então, repito, vamos parar de misturar alhos com bugalhos. Não se pode brincar com as pessoas. Para construir uma história, para construir uma reputação, para construir uma imagem leva-se muito tempo e nós, políticos, vivemos da nossa imagem. Assim, não se pode manchar o nome de pessoas honradas, lançando denúncias em manchetes de jornais de todo o país.

Na verdade, parece que os políticos viraram o alvo preferido de muitos jornalistas. Mas a quem interessa isso? A quem interessa um Parlamento enfraquecido? A quem interessa um Parlamento esvaziado? A democracia é que não é, com certeza absoluta. Interessa, sim, àquele passado não muito distante que este Brasil viveu.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Cumprimento v.exa. pelo aparte e incorporo ao meu pronunciamento.

Conhecemos os políticos que foram acusados e não dá para aceitar esse tipo de levandade. O político leva uma vida toda para construir uma reputação, uma história de dedicação à sociedade catarinense, que podem ser destruídas de uma hora para outra. Se não conhecesse esses parlamentares, não viria a esta tribuna defendê-los. Mas conheço o trabalho, a dedicação de toda uma vida voltada ao bem-estar dos catarinenses e ao progresso de Santa Catarina.

Sempre diziam que os deputados Manoel Mota e Edinho Bez eram os que mais trabalhavam, mas depois perdemos para o então governador Luiz Henrique.

Todos os deputados sabem que em qualquer pedido de subvenção social, seja para um centro comunitário ou para uma associação beneficente, sempre é necessária a assinatura do parlamentar. E nós assinamos. Qualquer um de nós pode cair numa arapuca dessas. Agora, temos que ver se essas notícias são verdadeiras ou não, porque é muito sério fazer esse tipo de denúncia, é muito complicado.

Se não conhecesse o deputado Edinho Bez, se não conhecesse o senador Casildo Maldaner, se não conhecesse o deputado Valdir Colatto não estaria nesta tribuna, neste momento. A verdade é que todos são parlamentares que têm uma folha de longos serviços prestados à comunidade deste estado, e tenho certeza de que não têm culpa alguma, pois apenas assinaram um documento em confiança, pois se tratava de uma pessoa confiável, tendo sido, inclusive, presidente da Santur. Jorge Meira todos conhecem, é um homem de bem!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço, com muita honra, o deputado Mauro de Nadal.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Deputado Manoel Mota, quero solidarizar-me com v.exa. e fazer um pequeno questionamento referente à questão de um parlamentar emitir atestados de funcionamento de ONGs. Será que compete ao parlamentar fazer isso? Será que compete a um senador da República dar um atestado de funcionamento a uma entidade para que ela possa buscar recursos do governo federal? Em minha opinião, não compete ao parlamentar emitir tal tipo de documento porque há órgãos do Poder Executivo que existem em função desse labor.

Então, por que a mídia deste país divulga aos quatro cantos esse fato, como se o parlamentar fosse o responsável pela liberação desses recursos através da assinatura em documento que é uma mera formalidade?

Assim, deputado, é preciso repensar as nossas funções e os impactos que isso tem perante a sociedade, porque hoje é muito fácil falar mal do político, pois as palavras são pronunciadas com muita facilidade. Mas pergunto: qual o objetivo de tudo isso? É isso o que temos que analisar no momento em que fizermos uma reflexão diante desse pequeno episódio que, a meu ver, somente denigre a imagem de pessoas que tanto trabalharam pelo estado catarinense.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Incorporo suas palavras ao meu pronunciamento, deputado.

Hoje estava escutando o comentário de um repórter numa rádio e ele denunciava a corrupção que estaria ocorrendo no ministério dos Transportes, no ministério do Turismo e no ministério da Agricultura. Para quem interessa tudo isso? É o enfraquecimento da democracia. Será que está havendo esse interesse?

Então, lutamos por um país democrático, para obter o direito de reivindicar, o direito de expressão para a imprensa, e hoje estamos caminhando na contramão.

É preciso que todos nós estejamos juntos para dar a volta por cima, para manter a democracia cada vez mais real, sincera e legítima. E é para isso que se trabalha neste Parlamento, bem como no Congresso Nacional.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Daniel Tozzo, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Quero cumprimentar v.exa., deputado Reno Caramori, os srs. deputados, as sras. deputadas, as pessoas que nos acompanham pela TVAL e Rádio AleSC Digital e os visitantes.

Quero dizer que nesses 15 dias, apesar do recesso nesta Casa, estivemos atuando intensamente, ouvindo as reivindicações do povo do oeste de Santa Catarina, onde fui muito bem recebido pelos prefeitos, pelos vereadores e pela população em geral.

Agradeço profundamente aos deputados do PSDB, especialmente ao deputado Marcos Vieira, que deixou uma estrutura muito forte e eficiente à disposição para que possamos exercer um bom trabalho.

Nesses 15 dias tive a oportunidade de visitar alguns secretários do governo. E quero citar o secretário Antônio Ceron e o secretário da Segurança Pública, César Grubba, ao qual pedimos reforços policiais, sim, para os municípios que rodeiam Chapecó, porque recentemente houve um grande investimento nessa área na maior cidade da nossa região, que realmente previne o aumento da criminalidade, mas leva os bandidos, as pessoas com má intenção para os municípios vizinhos, que são menores e não têm essa condição.

Mas quero falar sobre três tópicos de maneira bem rápida, para chamar a atenção do governo sobre o que a população tanto reivindica.

O primeiro deles é o aeroporto de Chapecó. Hoje, por sinal, não pudemos vir de avião. Tivemos que vir de automóvel porque o avião não pôde aterrissar ontem à noite e hoje também não decolou.

Aquele aeroporto há cinco anos movimentava 2.500 passageiros por mês, hoje movimenta 20 mil. É o quinto maior aeroporto do sul do Brasil e o segundo de Santa Catarina. A deputada Luciane Carminatti sabe muito bem da importância que aquele aeroporto tem para a nossa região.

Entendemos que a prefeitura de Chapecó não pode bancar esse custo e entendemos que a Infraero tem que assumir esse ônus. Essa situação não é aceitável, pois o aeroporto de Chapecó atende a toda a região oeste de Santa Catarina e atende também ao noroeste do Rio Grande do Sul e ao sudoeste do Paraná. Assim, não é possível que o custo seja bancado pela prefeitura de Chapecó, sabendo-se que aquele aeroporto requer muitos investimentos.

O governo do estado vem atuando, a prefeitura também, mas é indispensável que façamos pressão para que a Infraero assuma o comando da administração daquele aeroporto.

O segundo tópico que desejo abordar é algo que vem preocupando há muitos anos o

oeste de Santa Catarina e que diz respeito ao abastecimento d'água. Hoje vivemos num momento em que as chuvas têm ocorrido de forma regular, ocasionando um excesso de água, mas tenho certeza de que nos próximos meses, com a chegada do verão, o nosso oeste voltará a sofrer com a seca.

Vemos que a Casan está preocupada com a situação, mas está atrasada. Chapecó, por exemplo, que tem uma estação de tratamento de água para atender a 60 mil habitantes, possui, hoje, aproximadamente, 200 mil habitantes. No meio rural houve uma evolução quanto à construção de cisternas e ao projeto Microbacias, mas é necessário dar continuidade a isso, é necessário mais apoio para que os produtores rurais utilizem cada vez mais o recurso de armazenar água da chuva e outros mecanismos para poder produzir.

Sabemos o quanto a produção do oeste é importante para o nosso estado e para o Brasil e o quanto ela movimenta a economia. Somente na produção de leite, 75 mil famílias neste estado que sobrevivem disso, sendo que mais de 70% estão no oeste de Santa Catarina.

Tenho lido, nos últimos tempos, notícias referentes a grandes investimentos que estão sendo feitos no rio Chapecó, como a canalização de 50km para atender a municípios como Xanxerê, Xaxim, Nova Itaberaba, Cordilheira Alta e Chapecó, mas me preocupo se o projeto atenderá a todos os habitantes de Chapecó. São 200 mil habitantes e a tendência é de que em 15, 20 anos chegue a 400 mil habitantes. Então, é essencial que a Casan atente para isso e que esta Casa, que irá tratar do PPA nos próximos dias, discuta investimentos para o pleno abastecimento de água em Chapecó.

Não é possível que o cidadão chapecoense abra a torneira e saia água suja. A prefeitura está reivindicando, a comunidade está cobrando e o governo do estado, o governo federal e nós, deputados, temos a obrigação de atender a essa solicitação que é vital, que é de extrema importância. Temos que nos preocupar com a questão da água, seja no meio rural, seja no perímetro urbano! E não somente no momento da seca, mas antes de ela acontecer, pois temos que nos prevenir para enfrentar um novo período de seca.

Faço esse registro para dizer que estou empenhando-me muito. Tive a oportunidade de almoçar, esses dias, com o presidente da Casan, Dalírio Beber, a quem agradeço muito a atenção; tenho conversado com vereadores, com prefeitos quanto ao fato de atuarmos intensamente nesse processo, para darmos continuidade a esse trabalho e alavancarmos esse projeto.

Outra questão, neste primeiro momento de pronunciamento na volta aos trabalhos desta Casa, que quero abordar diz respeito à SC-156. Não sei se ainda é assim nomeada, mas quando era criança era assim que era chamada. E quero falar sobre o contorno viário leste, que liga Chapecó a Cordilheira Alta.

Sabemos que todos os dias ocorrem acidentes na BR-282. Participei de fóruns e de debates realizados no oeste que tratam da questão das rodovias e entendo que o trevo da BR-282, no município de Chapecó, um grande entroncamento, acumula um trânsito muito forte, muito pesado e é indispensável à reativação, à retomada do projeto, a fim de que esse contorno seja ativado, para que a população da região seja atendida, porque a descentralização proporcionou pavimentação asfáltica em todos os municípios de Santa

Catarina e não é possível que esse trecho de aproximadamente 10km não seja atendido.

Estamos atuando também com a prefeitura de Cordilheira Alta e com a prefeitura de Chapecó, e peço o apoio desta Casa para que aquela obra seja realizada o mais rapidamente possível.

No mais, vamos procurar, nesses dias que aqui ficaremos, trabalhar junto com esta Casa para atender a todos os projetos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Aleesc Digital, quero, mais uma vez, trazer à tribuna desta Casa um assunto que a nossa bancada vem acompanhando nesses últimos anos.

A Assembleia Legislativa entrou com uma ação, em 2005 - este deputado não estava aqui ainda -, com relação às denúncias do mau uso do dinheiro do Fundo Social. Contudo, na época não tivemos a oportunidade de fazer uma apuração mais profunda a esse respeito.

Quero dizer aos deputados que me antecederam que precisamos também selecionar um pouco as denúncias. Depois que a nossa bancada, em 2005, deputada Luciane Carminatti, levantou esse tema, ficou comprovado de que estava certa. Foi feito, inclusive, um pedido de instalação de uma CPI para que fossem esclarecidos os fatos, mas a base do governo acabou não deixando acontecer. Agora, o próprio procurador-geral da República encaminhou ao Supremo Tribunal Federal um pedido de abertura de inquérito para apurar crime contra a administração pública, a fim de que o ex-deputado Nelson Goetten ressarça aos cofres públicos mais de R\$ 3 milhões, sendo que já foi condenado a devolver R\$ 1,6 milhão. O trabalho que o Parlamento poderia ter feito, ou seja, apurar a boa ou a má aplicação do dinheiro público, é o Judiciário que está fazendo.

Sr. presidente, estamos muito assustados com o que foi veiculado nos últimos dias por vários veículos de imprensa, a respeito de 11 entidades, a maioria do sul do estado, que teriam recebido, ainda em 2009, recursos em torno de R\$ 6,5 milhões. O estado agora vai tentar reaver esse dinheiro que foi repassado para essas entidades.

Cada vez mais estão sendo levantadas denúncias em várias regiões de Santa Catarina, como aquelas de Chapecó, sendo que ações estão sendo encaminhadas à Justiça. Nós levantamos, com muita força, principalmente durante a luta do Magistério, da greve dos professores, o tema dos desvios de função do dinheiro público, do dinheiro do ICMS que deveria ser aplicado na Educação, na Saúde e na Segurança. Inclusive, recebemos há instantes lideranças de Tijucas que levantaram a situação caótica da segurança naquele município, enquanto vemos que recursos do Tesouro do estado acabam indo para o Fundo Social.

A sociedade catarinense tem que ser informada de que os fundos constitucionais, hoje, de Santa Catarina estão desviando dinheiro das políticas sociais. É uma nova forma de privatização, de terceirização do estado catarinense, do enfraquecimento da

política pública estratégica, que são, na nossa avaliação, os três eixos centrais: a saúde, a educação e a segurança. E o próprio governador Raimundo Colombo, quando em campanha, dizia que seriam a grande prioridade do seu governo, se fosse eleito.

Somente no Seitec foram desviados, nos últimos cinco anos, da Educação e da Saúde, em torno de R\$ 700 milhões, não sendo cumprida a função estratégica e constitucional. Em 2010 os fundos sociais deixaram de aplicar R\$ 110 milhões na Educação, dinheiro que faz parte do repasse constitucional de 25%.

Por isso, srs. deputados, sras. deputadas e todos que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Aleesc Digital ou mesmo neste plenário, esperamos que nos próximos dias seja tomada uma atitude nesse sentido e que o próprio TCE acompanhe a prestação de contas. Contudo, não temos informação da participação ativa do Tribunal de Contas na fiscalização da aplicação do dinheiro depois que ele vai para as entidades. E são milhares de entidades!

Já aprovamos nesta Casa um pedido de informação, em fevereiro deste ano, para saber quais as entidades que receberam subvenção em 2010, mas até este momento, deputado Dado Cherem, não obtivemos resposta. Portanto, não sabemos ao certo o que está acontecendo, não sabemos por que esse pedido de informação não foi respondido. Se a resposta não chegar até semana que vem, vamos tomar providências, porque é um direito nosso, como parlamentar, saber quem está recebendo e para onde está indo o dinheiro público, o dinheiro da sociedade catarinense.

Então, temos certeza de que há problemas, já estamos levantando isso desde 2005 e agora foi confirmado pelo próprio Judiciário que há problemas. Quando denunciávamos, infelizmente não foi possível apurarmos aqui esses fatos, pois fomos impedidos, mas esperamos que nesses próximos dias tenhamos acesso às informações. Caso contrário, será necessário tomar medidas mais duras, mais enérgicas para ter essas informações em mãos.

O potencial da máquina político-eleitoral do Fundo Social, em 2009, foi muito grande. Mais de 5,3 mil processos foram liberados às entidades, totalizando, à época, R\$ 70 milhões. Infelizmente, deputado Sargento Amauri Soares, esses recursos estão servindo para promoção pessoal, o que, segundo a lei, é crime! Por isso, precisa ser apurado, acompanhado o que está acontecendo com o dinheiro do Fundo Social. A nossa bancada quer ter mais informações, quer acompanhar de perto, porque nos parece que se trata de uma verdadeira caixa preta.

Srs. deputados e sras. deputadas, é muito dinheiro, mais de R\$ 300 milhões foram liberados. Não estamos questionando esses recursos no todo, pois muitos deles são bem aplicados. Mas esses recursos poderiam tranquilamente ser distribuídos aos municípios, os quais estão reclamando que não estão recebendo a parte destinada à Educação e à Saúde.

Assim sendo, é necessário que seja feito um debate para tratar desse assunto. Para isso é importante conversar com os prefeitos, com as administrações municipais. Fala-se tanto em construir um novo pacto federativo e, inclusive o ex-governador fala isso em todas as suas entrevistas. Mas precisamos construir um pacto federativo também em Santa Catarina, repassando aos municípios os que lhes é de direito, para que não precisem pedir migalhas quando necessitarem prover uma cirurgia, um atendimento na área da saúde; para quando

precisar prover segurança, porque o dinheiro público desse setor está sendo desviado para coisas muitas vezes questionáveis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

Com a palavra, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TV da Assembleia e pela Rádio AleSc Digital e pessoas aqui presentes, que nos estão acompanhando na tarde de hoje.

Quero apenas fazer, se v.exa. me permitir, sr. presidente, um breve comentário. Temos procurado, da semana passada para cá, ler o jornal para ver qual a denúncia, qual a acusação, qual a suposta irregularidade aqui e acolá. Ministério dos Transportes, das Cidades, Conab, Turismo. Qual será o ministério de amanhã? Qual será a notícia de amanhã? É a grande dúvida.

A observação que quero fazer é a seguinte: parece-me que o marco zero da corrupção no Brasil é o financiamento empresarial de campanha. Não vou apontar dedo para ninguém, não! Há elementos que são mais estruturais e estruturantes do atual modelo de democracia representativa do nosso país. Apenas falo isso como observação, inclusive sem querer polemizar com ninguém, mas para mim está ficando cada vez mais claro que o marco zero da corrupção é o financiamento empresarial de campanha. Um grupo empresarial vai gastar milhões porque gosta dos belos olhos de um determinado sujeito ou de um determinado partido, sem nenhum interesse posterior? Parece-me que é generosidade demais para os tempos de hoje, principalmente para as pessoas de onde vem tanta generosidade.

Mas o debate que quero fazer é o seguinte: a Associação de Praças do Estado de Santa Catarina, a Aprasc, vai completar dez anos de fundação no próximo dia 25 de agosto, que é o Dia do Soldado. Ela foi fundada por 33 praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, no dia 25 de agosto de 2001, sendo que o auditório do Hospital Florianópolis, nesta capital, foi-nos emprestado para este fim, para fazer uma reunião, mas evidentemente que não estava tão divulgada assim essa ideia.

Curiosamente, por coincidência ou não, justamente neste mês de agosto em que a Aprasc completou dez anos, completou também dez mil filiados. A Aprasc tem dez mil praças a ela associados em dez anos de existência, ou seja, a maioria absoluta dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

Em Santa Catarina ou no Brasil inteiro é a entidade de trabalhadores, de setores de base da segurança pública ou de qualquer setor de base do serviço público estadual, municipal ou federal, com o maior índice de filiação. Possui dez mil filiados numa categoria que tem na ativa 13 mil e no total geral 17 mil.

De forma que queremos agradecer a cada irmão de farda pelo estado, a esses dez mil, cento e poucos que estão filiados na Aprasc, pela confiança no trabalho que se tem feito e pela dedicação e pelo esforço. Agradecemos também aos companheiros da diretoria, aos ex-companheiros de diretoria que já foram diretores nos anos passados, às lideranças em cada cidade e em cada região e a

cada colega e a cada companheiro que tem defendido as nossas causas nesses dez anos.

Para comemorar, a Aprasc vai realizar um evento justamente no dia 25, que é o dia do décimo aniversário, e para o qual estamos convidando todos os deputados e as deputadas, todos os praças, evidentemente, e as demais autoridades, pois vamos comemorar os dez anos e falar, é claro, das nossas demandas e das necessidades dos trabalhadores da segurança pública, dos praças da Polícia Militar e do bombeiro, em especial, e das necessidades da segurança pública do estado de Santa Catarina.

Vamos também, nesse dia, fazer uma assembleia para discutir o calendário de mobilização até o final do ano, e iremos até o Centro Administrativo, deputado presidente, todos juntos, para entregar mais um ofício pedindo a abertura do debate da nossa pauta de reivindicação que interessa ao conjunto dos trabalhadores e, no nosso entendimento, ao conjunto da sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputadas, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham através da TV Assembleia e da Rádio AleSc Digital, voltamos com muitos assuntos, certamente, neste segundo semestre. Nesses 15 dias de recesso tivemos a oportunidade de percorrer as nossas bases em todas as regiões do estado. No nosso caso, deputado Silvio Dreveck, fizemos um roteiro por todo estado e certamente vamos ter, nos próximos dias, muitas dessas primeiras informações para trazer.

Muitos assuntos estão na pauta. O deputado Dirceu Dresch trouxe um assunto que ocupou, e continua ocupando, importantes espaços na imprensa, que é essa questão das subvenções sociais do Fundo Social. Estou muito seguro e tranquilo porque, juntamente com a minha bancada, durante os últimos oito anos não recebi nenhum recurso do Fundo Social. Mas antes disso, durante o governo de Esperidião Amin, deputados Nilson Gonçalves, Reno Caramori e Moacir Sopelsa, atendemos a muitas entidades de homens e mulheres de bem, de voluntários que prestam um grande serviço a Santa Catarina. Outras não foram tão bem aplicadas.

Por isso, defendo sempre que haja uma fiscalização rigorosa. Não temos compromisso com equívocos, o cofre do estado tem que ser ressarcido e os responsáveis devem ser punidos no rigor da lei. Vi uma vereadora, no ano passado, distribuindo, em ONGs ligadas à agricultura familiar e a outras coisas que precisam ser investigadas também. Esse negócio de Fretaf-Sul e outras coisas também precisam ser apurados. É preciso ser rigoroso com todo mundo.

Há uma vereadora na minha região, deputado Silvio Dreveck, que durante o período eleitoral do ano passado distribuiu uma quantidade fantástica de dinheiro para ONGs de agricultura familiar, mas não vimos nenhum resultado. E é preciso investigar todos no rigor da lei.

Lamento que aquela CPI das ONGs não tenha apresentado resultado final, porque

o que há de ONG irregular neste país e neste estado é uma coisa de louco! E tem que punir, deputado Romildo Titon, com o rigor da lei! Aplicou mal, desviou, tem que punir, doa a quem doer! Eu não tenho compromisso de defender esse tipo de equívoco e outros negócios que podem estar por trás desses recursos. Mas esse é um assunto que vai render e vamos debater muito. Eu também tenho bastantes informações para trazer e debater acerca desses assuntos.

Mas quero abordar agora, deputado Silvio Dreveck, aquilo que o deputado Jailson Lima iniciou falando e depois o deputado Manoel Mota e outros também, ou seja, essa onda de denunciamento.

Neste final de semana foi atingido um ex-integrante desta Casa, o nosso correligionário deputado Leodegar Tiscoski, que foi deputado com v.exa., deputado Romildo Titon, com o deputado Reno Caramori e com alguns poucos remanescentes que aqui estão. É um cidadão de conduta reta, e o nosso partido, deputada Dirce Heiderscheidt, não titubeou em, já no domingo, publicar uma nota de solidariedade, primeiramente, pela inconsistência da matéria. Questionaram, no primeiro momento, a ingerência, deputada Luciane Carminatti, que ele teria em licitações da secretaria de Saneamento e a contratos com empresas objetivando obter recursos.

Recebi há pouco a ligação do prefeito Célio Antônio, de Laguna, do PT, município que está recebendo R\$ 38 milhões do ministério das Cidades para saneamento ambiental, recurso aplicado pela Casan, deputada Dirce Heiderscheidt. O meu município, Tubarão, está recebendo R\$ 5 milhões para a macrodrenagem da margem esquerda, e a licitação está sendo feita pela prefeitura - portanto, essa é a primeira verdade que tem que ser restabelecida, deputado Dóia Guglielmi. Assim como Criciúma recebeu do nosso deputado e prefeito Clésio Salvaro. E v.exa. manifestou hoje cedo solidariedade porque participou desse encaminhando com o secretário Leodegar Tiscoski, e lá se vão mais trinta e tantos milhões, recursos que são administrados pelos estados ou municípios e não pela secretaria de Saneamento. Não é ela que licita e contrata, deputado Dóia Guglielmi.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Deputado Joares Ponticelli, realmente o que v.exa. comentou é verdadeiro. Em 2009, eu estava na prefeitura de Criciúma quando realmente começou esse processo do rio auxiliar, e foram mais de R\$ 20 milhões. Tive a oportunidade de sentar junto na época de montagem de toda a documentação para que isso pudesse vir a Criciúma. E por ser nossa região e conhecer a pessoa de Leodegar Tiscoski, não tenho dúvida da lisura dessa pessoa. Tenho confiança no trabalho que ele está fazendo. E vamos sentir muito se ocorrer qualquer tipo de condenação para uma pessoa que não merece isso, pois possui muito brilho na sua trajetória política.

Portanto, só tenho a dizer que sou solidário a todo trabalho que ele vem fazendo e que não acredito na manchete que saiu nos jornais e revistas nesse final de semana.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Dóia Guglielmi. Incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento e agradeço a v.exa.

Então, a primeira inverdade da matéria é essa, deputado Silvio Dreveck, pois quem contrata são as prefeituras e os estados que recebem recursos e não a secretaria de Saneamento.

Agora, o que dizia a segunda parte da notícia, deputado José Milton Scheffer? Tratava dos recursos que os partidos arrecadaram durante a campanha, e atribuindo a Leodegar Tiscoski por ele ser, até março do ano passado, tesoureiro do partido. Aí nesse particular, deputado Silvio Dreveck, consulte o site do TSE para ver as contribuições de campanha das empresas citadas na referida matéria: Camargo Corrêa, Construtora Andrade Gutierrez e Construtora Queiróz Galvão.

Nesse quesito, se Leodegar Tiscoski tivesse sido o responsável por arrecadar, o partido teria que reclamar pela incompetência dele em fazê-lo. Senão vejamos, deputado Kennedy Nunes: essas três empreiteiras que estão no site do TSE contribuíram com o nosso partido, o diretório nacional, num total de R\$ 3,4 milhões; com o Democratas, deputado Darci de Matos, foi a mais modesta contribuição, R\$ 900 mil - as três empreiteiras -; com o PDT, deputado Sargento Amauri Soares, R\$ 1 milhão - as três empreiteiras; com o PT, deputado Dirceu Dresch, R\$ 20,8 milhões - o nosso R\$ 3,7 milhões. Mas veja que o PT, que é governo, deputado Dirceu Dresch, durante oito anos, arrecadou menos dessas três empreiteiras do que o PSDB, que arrecadou R\$ 25 milhões, deputado Maurício Eskudlark. E o PMDB foi o campeão, com R\$ 28,9 milhões.

Portanto, mesmo no quesito arrecadação, se o deputado Leodegar Tiscoski fosse o responsável, ele não teria sido nada eficiente. Mas não era. Desde março do ano passado ele estava licenciado das funções de tesoureiro do partido. Talvez esse seja um bom momento para voltarmos à questão do debate do financiamento público, porque está aqui, todos arrecadaram! Uns partidos em valor maior, outros em valor menor, por conta de critérios que as empresas estabelecem, mas o fato é que fazer essa vinculação a alguém que tem a história que tem Leodegar Tiscoski é uma irresponsabilidade sem tamanho. Por isso a nossa solidariedade!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Muito obrigado, deputado.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Queremos contribuir com o pronunciamento do deputado Joares Ponticelli dizendo que conhecemos a história política de Leodegar Tiscoski. E o trabalho que ele vem fazendo em Santa Catarina em termos de saneamento é motivo de orgulho para todos nós, catarinenses, e não apenas progressistas. Aquela é uma nota que não condiz com a realidade, falando de licitações, quando o ministério é um agente do Programa Nacional de Saneamento. Leodegar Tiscoski, injustamente, é citado num momento muito crítico da política nacional, tentando colocar junto um grande servidor público.

Portanto, é preciso aqui manifestar a nossa solidariedade e o nosso apoio a essa grande liderança que orgulha todos nós.

Agradeço e cumprimento o deputado Joares Ponticelli pelas suas colocações.

Mais uma vez, é necessário, nesta Casa, pensar e agir em termos de reforma política, que foi falado este ano em Brasília, mas já esqueceram. O Congresso Nacional já esqueceu a reforma política! É preciso votar à agenda a reforma política para coibir, de uma vez por todas, esses abusos que vêm acontecendo na política nacional!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado, depois de ouvir os deputados Dirceu Dresch e Joares Ponticelli se manifestarem, queremos dizer, deputada Dirce Heiderscheidt, que nós precisamos separar o que é Fundo Social, subvenções e emendas. O que nós temos no Fundo Social? Eu também não concordo que se tire dinheiro dos poderes, mas há também que se fazer justiça ao bem que fez o Fundo Social! O asfalto que está saindo de Seara ao distrito de Nova Teutônia, município onde muitos tiveram votos, está sendo feito com dinheiro do Fundo Social. O Centro de Eventos que foi construído em Concórdia, e que o governo do estado deu R\$ 5 milhões, foi feito com o dinheiro do Fundo Social. O automóvel que a Casa do Idoso usa em Concórdia foi adquirido com dinheiro do Fundo Social. O dinheiro da compra do automóvel para os aposentados em Concórdia, mais de R\$ 2 mil, também veio através do Fundo Social.

Agora, se existe alguém que faz malversação com o dinheiro do Fundo Social ou das subvenções, deve ser denunciado e responder por suas ações.

Deputado Joares Ponticelli, conheço o deputado Leodegar Tiscoski, o senador Casildo Maldaner, o deputado Valdir Colatto, o deputado Edinho Bez e o senador Paulo Bauer. Na semana que passou, eu dizia ao deputado Reno Caramori que assinei uma declaração comprovando a atividade, por exemplo, da entidade dos médicos veterinários. Não indaguei se a entidade estava em atividade ou não. Se o presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários vem me pedir, eu não vou assinar?! Mas se eles estão usando mal a entidade, devem ser responsabilizados, e não podemos colocar todo mundo na mesma vala!

Procuo fazer minhas coisas com transparência, com lealdade e com justiça. Os meus 30 anos de vida pública ninguém vai jogar fora por causa de denúncia de um ou de outro. Existem coisas que precisam ser feitas, que precisam ser fiscalizadas, e nós estamos aqui para isso, mas não podemos condenar o Fundo Social porque houve algum questionamento ou porque houve algum desvio de finalidade.

Agradeço pela oportunidade de fazer esse esclarecimento, deputado Darci de Matos, para não parecer que todos usam o dinheiro público em interesse próprio.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Desejo, sr. presidente, objetivamente, fazer menção a duas questões. Primeiro, ao projeto que esta Casa aprovou, que todos aprovamos antes do recesso, de origem governamental, chamado Revigorar. Trata-se de um projeto que dá condições às empresas que tiveram dificuldades financeiras em anos anteriores de

saldarem os seus débitos com o governo, com redução de 95% de juros e multas. Estamos colocando, certamente, centenas de empresas catarinenses numa condição de adimplência, de legalidade, e em condições de continuar produzindo, gerando emprego e aquecendo a nossa economia.

Outro aspecto do projeto Revigorar, deputado Maurício Eskudlark, diz respeito a uma emenda que elaboramos nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação consignando esse montante de recursos que será arrecadado e que deverá gerar em torno de R\$ 150 ou R\$ 200 milhões numa conta específica para a saúde. Dinheiro esse que já está sendo investido em equipamentos, em construção de hospitais, em mais leitos e, sobretudo, deputado Dado Cherem, em cirurgias eletivas de média e alta complexidade, que é o grande problema de Santa Catarina.

Em Joinville há 40 mil pessoas na fila para fazer uma consulta especializada, para fazer um exame, uma cirurgia. E, vergonhosamente, deputado Kennedy Nunes, muitas pessoas carentes estão morrendo nas filas do SUS. O governo já está fazendo um mutirão, e eu parabenoza a secretaria da Saúde, o secretário Dalmo Claro de Oliveira e o governador Raimundo Colombo por essa iniciativa. Agora, temos recursos para fazer frente a essas demandas da saúde em Santa Catarina, que não são poucas.

Outra colocação que quero fazer, sr. presidente, é a respeito da discussão das subvenções do Fundo Social.

Primeiramente, sr. presidente, quero deixar claro que o Fundo Social foi um mecanismo inteligente, ousado, corajoso e criativo institucionalizado pelo governador Zeca do PT, do Mato Grosso do Sul. Santa Catarina apenas copiou a iniciativa do Partido dos Trabalhadores do Mato Grosso do Sul e criou o seu Fundo Social.

Como disse o deputado Moacir Sopelsa, o Fundo Social tem servido para realizar grandes obras sociais nos mais longínquos recantos do nosso estado. As subvenções sociais, que existem nos governos estaduais e no governo federal, têm que ser fiscalizadas, sim, tanto pelo Ministério Público, quanto pela imprensa, pelo Tribunal de Contas e pela Polícia Federal. Todos os repasses financeiros têm que ser monitorados e fiscalizados: as subvenções sociais, os recursos estaduais e os federais.

Agora, não é porque alguns malandros utilizam mal esses recursos que temos que acabar com a possibilidade de repassá-los para entidades sociais. Problemas existem em Santa Catarina e no Brasil. E são problemas graves que estão pipocando todos os dias. A cada dia ficamos imaginando qual será o próximo ministério acusado de corrupção. Corrupção assustadora, vergonhosa, avassaladora, que ocorreu no repasse de recursos a entidades pelos ministérios do Turismo e da Agricultura. E há o caso do MST: há dez anos havia 250 mil famílias sem terra, hoje há 25 mil, mas os repasses de recursos aumentaram, alcançaram a cifra espantosa de mais de R\$ 100 milhões.

Sr. presidente e srs. deputados, há muitas verbas, há muitos repasses que precisam ser bem explicados, e o deputado Dirceu Dresch tem razão. Vamos investigar, porque quem usa o dinheiro público de forma errada, incorreta, sem honestidade e sem ética, tem que ir para trás das grades. Concordo plenamente. Agora, é preciso fiscalizar, é preciso investigar todas as despesas. Mas

dizer que entidades como as Apaes, como os clubes de idosos, não mais poderão receber recursos, serão punidas em virtude de ações de algumas pessoas mal intencionadas, jamais. Temos, sim, que exigir que o dinheiro público tenha que ser necessariamente investido para o interesse público, seja ele do estado ou da União.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que, de acordo com o que determina o art. 206 do Regimento Interno, encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0399/2011, 0400/2011 e 0401/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; 0402/2011, 0403/2011 e 0404/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

A Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0934/2011, 0935/2011, 0937/2011 e 0940/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0936/2011, de autoria do deputado Ciro Roza; 0942/2011, 0943/2011 e 0944/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0945/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0939/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0938/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, gostaria que ficasse registrado o meu voto contrário à Indicação n. 0938/2011, de autoria do sr. deputado Sargento Amauri Soares.

Não se trata de nada contra a pessoa do deputado, mas entendo que se trata de um requerimento político-doutrinário. Como não sou comunista, não sou socialista, não sou esquerdista, não concordo com o teor do requerimento e quero que fique registrado o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está registrado, deputado.

Esta Presidência comunica que defere ainda os Requerimentos n.s: 0946/2011, de autoria do deputado Edison Andriano, 0947/2011, 0948/2011, 0949/2011, 0950/2011, 0951/2011, 0952/2011, 0953/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Requerimento n. 0933/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da empresa Oi, solicitando a implantação de quatro telefones públicos no município de Dona Ema.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0941/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Justiça e ao Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal de Santa Catarina, o aumento no efetivo da corporação e a implantação de um posto no município de Água Doce, na região de Horizonte.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0099/2011, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de Desenvolvimento Regional de São Miguel d'Oeste, solicitando informações referentes ao atendimento de enfermeiros, médicos e equipamentos do Hospital Regional deste município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Cumprimento os srs. deputados, as sras. deputadas, todos que acompanham esta sessão através da TVAL e da Rádio Alesc Digital. Desejo boas-vindas ao deputado Daniel Tozzo, que é da minha região. Que ele faça um bom trabalho e tenha uma boa atuação nesta Casa.

Inicialmente, quero fazer menção a esses seis primeiros meses de trabalho para que possamos lembrar, deputada Ana Paula Lima, de um momento muito especial que este Parlamento vivenciou. Um momento grandioso e justo que é o movimento do Magistério catarinense em defesa dos seus direitos; uma greve legal e legítima, que defendeu os direitos já previstos na lei federal a uma categoria tão sofrida e tão desvalorizada.

A Educação tem que ser encarada como investimento pelos gestores públicos e não apenas como simples despesa. Falo isso porque o Magistério de Santa Catarina ainda não conseguiu obter na sua plenitude a pauta que deflagrou o movimento de greve. Mas o movimento educacional, com certeza, conseguiu uma grande vitória que foi exatamente esse movimento de discutir abertamente os números de Santa Catarina, o que tenho chamado de caixa preta, o Orçamento do estado.

A luta do Magistério continua! E com certeza, novas conquistas virão. E nós, parlamentares, deputados e deputadas, temos uma tarefa que nos foi dada nas urnas pela população, que é justamente o papel de fiscalizar os recursos deste estado. E o orçamento público, que antes era matéria para alguns técnicos, passou a ser, nesses 62 dias, matéria de interesse dos catarinenses.

Portanto, quero lembrar que discutimos leis orçamentárias, discutimos o Fundeb, discutimos percentuais e investimentos em cada área da administração. Também discutimos isenções e benefícios fiscais, salários acima do teto constitucional, aposentadorias mal explicadas e a função de cada Poder. É necessário, portanto, que esse debate continue e que possamos avançar mais e que toda a sociedade se responsabilize por esse controle social.

Neste sentido, quero fazer menção aqui ao debate que a imprensa está fazendo com muita sabedoria quando questiona as subvenções sociais.

Portanto, gostaria de dizer que em Santa Catarina, deputado Dirceu Dresch, há 43 fundos previstos na peça orçamentária e podemos dizer que todos eles estão em desacordo com o que a Constituição Estadual prevê.

Quero citar apenas o Fundo Social e o Funcultural, o Funturismo, o Fundesporte, que fazem parte do Seitec - Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, Turismo e Esporte - e também o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina - Fadesc.

Para termos noção do que isso significa e para que possamos medir o prejuízo que os municípios estão tendo - e aqui cada deputado visita os municípios, os prefeitos, e são cobrados pelo envio de recursos aos municípios -, apenas do Fadesc, do Fundo Social e do Seitec, apenas desses três fundos foram desvinculados no ano passado R\$ 313,7 milhões. Ou seja, esse valor deixou de ir para a Saúde e para a Educação em 2010.

Portanto, dinheiro existe. E volto a dizer o que já falei durante os 62 dias de greve do Magistério: R\$ 313,7 milhões, somente no ano de 2010, deixaram de ir para a Saúde e para a Educação. Até quando, srs. deputados e sras. deputadas, vão continuar retirando recursos da Saúde e da Educação, até quando? Vamos aguardar uma nova greve do Magistério ou da Saúde? Ou vamos aqui, como parlamentares, garantir que os recursos da Saúde e da Educação, conforme prevê a lei, sejam efetivamente aplicados?

Podemos também fazer menção à denúncia das 111 auditorias feitas pela secretaria estadual da Fazenda, da qual 107 instituições são do sul de Santa Catarina. E quero deixar bem claro que não temos nada contra as entidades, deputada Ana Paula Lima, receberem recursos, e que isso fique bem claro nesta tribuna. Agora, quero saber quanto vale um deputado. Quanto vale? Vale R\$ 2 milhões de emendas, deputada Ana Paula Lima? Ou será que por ser deputada de Chapecó e não da base do governo tenho mais valor do que o deputado Gelson Merisio, que é da base do governo? Ou será que os deputados Gelson Merisio e Daniel Tozzo, quando estão em Chapecó e vão visitar um bairro da minha cidade para fazer a distribuição de R\$ 2 mil valem mais do que eu, que fui eleita pelas urnas? Ou será que eles valem menos?

Portanto, o dinheiro não é do deputado "a" "b" ou "c", deputado Ismael dos Santos, o dinheiro é de Santa Catarina, o dinheiro pertence a todos os catarinenses. Onde eu quero chegar com esta colocação? Quero dizer que se um recurso cabe a uma entidade à qual um deputado tem vínculo, cabe a outra entidade também.

Como posso dizer que a Apae de Chapecó vale mais do que a Apae de Xaxim? Como vou dizer que a Associação de Moradores de São Lourenço do Oeste vale menos do que a Associação de Moradores de Florianópolis?

Portanto, quero dizer que estamos lidando com recursos públicos. E temos que ter critérios para que todas as entidades, independentemente da relação política que estabeleçam com um parlamentar, possam acessar os recursos públicos.

Estou tratando neste momento de duas coisas. Primeiramente não aceitamos desvincular recursos da Saúde ou da Educação e também não aceitamos que esses recursos não cheguem até as prefeituras, pois temos que garantir o percentual, que é de direito, conforme a Constituição Estadual prevê.

Em segundo lugar, o governo quer criar fundos, e pode criar 43 fundos, desde que

todos os cidadãos catarinenses possam acessar sem vincular território, voto de cabresto ou política clientelista. Assim faremos política séria. E quando alguém questiona se uma entidade recebeu recursos ou não? Vamos ter critérios justos e técnicos para dizer qual entidade recebeu ou não, sem colocar em jogo relações de apadrinhamento ou qual deputado que leva recursos ou não, ou ainda, qual entidade merece receber recursos.

Então, precisamos fazer esse debate. As subvenções sociais estão, sim, sob investigação em Santa Catarina. E é bom que a imprensa vá a todas as cidades e faça, quem sabe com mais êxito do que nós, o controle social.

É importante lembrar, srs. deputados, que temos o pedido de informação ao nosso lado. Eu mesma, que estou nesta Casa há pouco tempo, encaminhei um pedido de informação, agora, com data do dia 30 de junho de 2011, solicitando ao governo do estado, sr. presidente, a relação de todas as entidades que foram beneficiadas com recursos do Fundo Social no ano de 2010. Pois se não há problema algum, por que o governo não oferece esta relação das entidades beneficiadas em 2010? Por que negar essa informação se...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, que cedeu gentilmente seu horário à deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, sr. presidente, quero cumprimentar os colegas deputados e deputadas nesta volta do recesso parlamentar, que é realmente um tempo que nós, parlamentares, temos para percorrer as regiões do nosso estado trazendo várias demandas da sociedade catarinense.

Confesso que, hoje, no nosso gabinete, conversando com a equipe que nos auxilia neste mandato, constatamos que a cada saída que temos mais problemas trazemos, deputada Dirce Heiderscheidt, para dar solução à demanda da nossa comunidade.

Então, é muito bom voltar para esta Casa, é muito bom aqui trazer preocupações do povo catarinense, das coisas que ouvimos, dos problemas que estão acontecendo no estado de Santa Catarina, que não são pequenos e que podemos aqui, através desta tribuna, denunciar e também trazer soluções.

Gostaria de dar os parabéns à Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, que nesta data completa 42 anos de existência, fazendo um belíssimo trabalho na região do médio vale do Itajaí, agregando 124 municípios, entre eles a cidade de Blumenau. A associação é presidida pelo prefeito da cidade de Brusque, Paulo Eccel. Inclusive o município de Brusque está completando aniversário na próxima quinta-feira. Então, parabéns à Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí pela passagem do seu aniversário.

Também venho à tribuna nesta tarde, sras. e srs. deputados, para falar sobre vários assuntos e quero ver se consigo pelo menos pincelar cada um.

Ouvi atentamente a sra. deputada Luciane Carminatti falar sobre a preocupação das subvenções sociais. É uma preocupação constante. Falávamos, hoje, no almoço da bancada, que nós, alguns deputados, chegamos como heróis nesta Casa, porque

viemos com propostas à população, defendendo uma boa política, não comprando nenhum voto. E falo da bancada do Partido dos Trabalhadores, porque durante muitos anos aqui não teve um deputado que recebeu subvenção do governo, entendendo que o Fundo Social é realmente um fundo de interesse do povo catarinense. Ouvi atentamente outros deputados que aqui se pronunciaram, e também deputados do Mato Grosso do Sul, estado governado numa época por um petista, onde esse fundo é utilizado para a erradicação da pobreza, diferentemente do Fundo Social do estado de Santa Catarina, que dá oportunidade de alguns parlamentares utilizarem desse fundo para fazer politicagem.

É diferente, é muito diferente um fundo de erradicação da pobreza de um fundo social para um deputado fazer politicagem. Por isso, somos heróis, deputada, porque chegamos com propostas para a população catarinense, chegamos com outra iniciativa, chegamos para defender aqui o nosso povo e trazer as demandas da sociedade.

Esse Fundo Social precisa, sim, ser fiscalizado; precisamos, sim, saber para onde está indo o dinheiro do povo catarinense que paga pelos seus impostos.

Deputada Luciane Carminatti, volto à tribuna novamente para falar de um assunto que vem atormentando a nossa população. Mas acho que Chapecó já resolveu o seu problema da segurança pública, porque vi propagandas de que em Chapecó há tolerância zero para bandidos; bandido lá não se cria.

Na minha cidade é um problema a segurança pública, deputado Ismael dos Santos. E esse é um assunto que por diversas vezes abordei, mas vou falar novamente. Tivemos hoje a denúncia do município de Tijucas, do município de Riqueza, mas vou falar especificamente da cidade de Blumenau, pois esse assunto não pode ser escondido sob o manto do silêncio, e não vou me calar enquanto não resolver essa situação.

Quanto à segurança pública no nosso estado, diariamente nos apavoram as notícias do aumento da violência, da criminalidade; é um absurdo. Basta olhar os jornais. Se ligo a televisão, pego um jornal impresso ou escuto uma rádio, parece que sai sangue, tamanho o estado de insegurança que estamos vivendo. Mas neste momento vou tratar, especificamente, da cidade de Blumenau.

Srs. parlamentares, no dia 25 de abril de 2011, realizamos uma audiência pública na cidade de Blumenau, justamente para tratar da segurança pública, pela falta de segurança no nosso município, onde, deputado Ismael dos Santos, a população adormece apavorada e acorda assustada todos os dias. Se fizermos uma pesquisa na cidade, o problema maior é a segurança pública.

Aquela audiência pública, srs. parlamentares catarinenses, para mim foi frustrada, assim como para muitos, inclusive porque o secretário de estado da Segurança Pública, César Grubba, pouco trouxe de alento e de concreto para mudar a realidade daquele município, há 100 dias esperando. Um exemplo disso, deputado Ismael dos Santos, foi o anúncio, naquela época, de 49 policiais para a nossa região, a 7ª região da Polícia Militar, da qual Blumenau faz parte, juntamente com 43 municípios. Esse número foi reduzido depois, de 49 para 36. E agora chegamos à cidade de Blumenau 35. Porém, esses 35, que estão em estágio, em treinamento, só vão atuar daqui a algum tempo.

Na Polícia Civil não é diferente. Há promessa de um novo concurso para contratar

mais de 600 policiais para o estado; porém, a destinação dos policiais civis para Blumenau depende de um grupo gestor que não sei quem compõe, quem indica e quem faz. E por enquanto é uma indefinição sobre esse assunto na questão da Polícia Civil. Até o momento, na questão da Polícia Civil, foi apenas um delegado enviado para a delegacia do bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau. E a Polícia Civil também está defasada.

Quanto às câmeras de segurança, deputado Ismael dos Santos, um ator foi espancado na nossa cidade, num posto de gasolina, ao lado do nosso escritório regional, mas a câmera de segurança estava sem manutenção, no centro da cidade.

Das 50 câmeras de segurança que esperávamos, a promessa não foi cumprida, a 100 dias da nossa audiência pública; dos 49 policiais militares, eram 36, morreu um, vieram 35 em estágio, em treinamento; dos policiais civis, de 600 para fazer concurso, veio apenas um delegado.

Das 50 câmeras de segurança, permanecem 36 sem manutenção. E não sabemos quem faz a manutenção dessas câmeras de segurança.

Assim, quero dizer que nesses 100 dias que passaram, da audiência pública até a data de hoje, pouca coisa mudou. O que aumentou muito foi a insegurança; o que aumentou muito foi o descalço do governo com a região de Blumenau, com a nossa cidade, com a região do médio vale de Itajaí. E desde abril, daquela audiência pública que o senhor estava presente e que muitas pessoas participaram, até o momento nada, só propaganda na televisão, a exemplo dos mutirões também para as cirurgias eletivas, que esperamos que aconteçam.

Então, é a ausência do estado, infelizmente. Eu falo isso de minha cidade, mas tenho certeza de que cada um dos senhores e senhoras têm essa preocupação com a população.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Concedo um aparte rapidamente ao deputado.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputada, de fato sabemos o déficit histórico do estado com dez mil policiais militares quando precisaríamos de 20 mil. Mas em relação a Blumenau de forma específica, ontem recebi uma mensagem via *twitter* perguntando se eu me dava por satisfeito com a vinda dos 35 e se a promessa do governo estava cumprida. Eu dizia "não, não está cumprida", porque temos um cronograma e esse cronograma esgota-se em janeiro de 2012 com o compromisso de 150 policiais militares para Blumenau. E nós vamos cobrar.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - É, não sei se Chapecó já realizou isso, pois tem propaganda na televisão da cidade de Chapecó que lá a tolerância para bandido é zero. Segurança máxima, eu acho. Mas em Blumenau não acontece. Rapidamente, também o exemplo, deputado Ismael dos Santos, do nosso presidio, onde existem mil presos. Inclusive, um agente carcerário foi espancado porque achou uma bolsa com maconha dentro do presidio. Encontrou inúmeros celulares e carregadores. É um absurdo o que vem acontecendo na nossa cidade. A hora que explodir, srs. deputados, vai ser um problema maior.

Então, na última sexta-feira um dos agentes prisionais foi espancado dentro do presidio de Blumenau. Falta de pessoal, falta

de pessoal para atender àquela comunidade, falta de agentes prisionais. É um descaso muito grande, mas quero dizer à população catarinense que enquanto não for resolvida essa situação, nós, como parlamentares, além de cobrar do governo do estado, também estaremos denunciando essas coisas que estão alarmando e indignando a nossa população que está vivendo um estado de insegurança.

Não adianta o governador passear pelos municípios e não trazer as demandas que as pessoas, que a população necessita.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito, em Explicação Pessoal, é o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaríamos de fazer o registro nesta tribuna em relação ao evento que tivemos na última semana, na cidade de Concórdia, na comemoração dos 77 anos daquele município.

Tivemos lá, deputado Silvio Dreveck, a ExpoConcórdia, um dos maiores eventos em termos de feira de Santa Catarina. Durante a realização desse evento mais de 150 mil pessoas passaram pelo Parque Municipal de Exposições, inclusive a nossa TVAL esteve lá fazendo a cobertura, assim como alguns deputados também tiveram a oportunidade de lá passar. Nós mesmos tivemos a oportunidade, aproveitando a semana de recesso da Assembleia Legislativa, de participar ativamente não só da feira em si, mas de diversos eventos paralelos que aconteceram. Até tivemos a oportunidade de ser convidado para palestrar em um dos seminários que tratava sobre gestão democrática, sobre orçamento participativo.

Nessa exposição estiveram pessoas de toda região, de toda Santa Catarina, expondo e demonstrado inclusive a pujança da região, do município de Concórdia, com seus 77 anos.

No dia 29 de julho, no aniversário do município, o tradicional bolo e mortadela, servidos para a população concordiense. Foram 77m de bolo, 77m de mortadela, para simbolizar os 77 anos da emancipação do município de Concórdia.

Concórdia fica no alto Uruguai catarinense, uma cidade produtora. Lá se produz alimentos que já foram para mais de 100 países mundo afora.

Todos os estados brasileiros já receberam produtos fabricados no município de Concórdia. É uma região de tradição, de trabalho e fez uma grande exposição no sentido de mostrar a parte da indústria, do comércio, da agropecuária, a parte do gado leiteiro, do gado de corte, da agricultura familiar, em que são destaques também as pequenas agroindústrias familiares.

No pavilhão da agricultura familiar ao lado do saboroso café servido diariamente, café colonial, estavam os produtos de origem da agricultura familiar, mel, salame, compota, enfim, produtos que caracterizam a agricultura familiar e que foi um dos balcões, um dos pavilhões, de maior visitação durante essa ExpoConcórdia.

Portanto, queremos fazer esse registro do aniversário da cidade de Concórdia, dos 77 anos, da ExpoConcórdia, juntamente com a chamada festa nacional do leitão assado. Uma festa gastronômica, um dos eventos paralelos à expo e que milhares de pessoas participaram.

Um dado interessante da Fenal é que toda carne utilizada, inclusive os pratos que vão para o concurso, não pode ser comercializada. Ela é consumida por um grupo de amigos, por pessoas que ali estão. Ou seja, um grupo de um clube ou de uma empresa organizam o prato, o leitão, e a carne é consumida pelos próprios membros do grupo, não podendo ser comercializada. E foram mais de 200 equipes que participaram da festa do leitão assado, uma festa que divulga o consumo da carne suína e que demonstrou mais uma vez o sucesso e a participação.

Por isso, parabenizamos em primeiro lugar o povo de Concórdia pelo seu aniversário, pelos 77 anos de luta, de história, de construção de município pujante. Em segundo lugar, parabéns à prefeitura municipal, à administração municipal, pela condução da Expo Concórdia, da Festa Nacional do Leitão Assado, em nome de todos os coordenadores, do vice-prefeito que foi o coordenador-geral, do prefeito.

Em terceiro lugar parabenizamos todas as entidades co-organizadoras do evento, CDL, Acic, demais entidades que participaram e todos os expositores, que de uma forma ou de outra deram brilho para aquele evento, além da grande participação do público. A grande participação do público se dá de uma forma gigantesca, também por uma questão importante.

Hoje, no parque de exposição de Concórdia existe um centro de eventos construído ainda na gestão em que tivemos a honra de ser o prefeito daquele município, que comporta os *shows*. Portanto, o cidadão que vai para feira, visitar a feira, visitar a exposição, não paga absolutamente nada de ingresso para visitar a feira, apenas, obviamente, aqueles que desejarem acompanhar os *shows*.

Portanto, aí está um dos grandes motivos do sucesso da participação do público na ExpoConcórdia, nos 77 anos de aniversário do nosso querido município.

Antes de finalizar, sr. presidente, gostaríamos de dizer que para este semestre diversos assuntos estarão aqui, nesta tribuna, sendo levantados. Vamos ter o debate sobre o Orçamento Regionalizado e uma série de outros temas. Mas queremos ressaltar a importância do debate sobre a saúde em Santa Catarina. Inclusive, queremos ressaltar aquilo que aprovamos nesta Casa Legislativa no final do semestre passado, que os recursos referentes aos débitos das empresas com o estado serão canalizados para a Saúde. Esse é um ganho importante e fundamental que esta Casa ajudou a produzir com os debates e negociações feitos na comissão de Finanças e Tributação, as intervenções na comissão de Saúde, enfim, com a participação daqueles que se empenharam para que esses recursos fossem para a Saúde.

Portanto, agora, no segundo semestre, vamos cobrar a aplicação desses recursos. A exemplo daquilo que está sendo divulgado agora, que é o mutirão das cirurgias, que julgamos importante, fundamental, parabenizamos o governo por essa ação. E queremos que inicie imediatamente, uma vez que já está sendo divulgado nos meios de comunicação - o que nos surpreendeu porque a propaganda começou antes da cirurgia. Mas de qualquer forma, parabenizamos o governo por essa ação, porque esse represetamento na área da Saúde precisa ser resolvido. Não acredito, honestamente, que com apenas R\$ 20 milhões seja solucionado o problema, mas parabenizo pela ação. E vamos continuar cobrando uma atenção maior para a área da Saúde em Santa

Catarina. Com certeza, ao longo desse segundo semestre, deveremos voltar muitas vezes a esse tema.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Gostaria de registrar a presença do prefeito Sérgio Luis Theisen, de São João do Oeste, que nos visita no dia de hoje, e desejar-lhe boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Seja bem-vindo a este Parlamento, sr. prefeito.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, voltamos de duas semanas de recesso, quando fizemos um giro por nossas bases, com mais atenção, e voltamos, por um lado satisfeitos pela oportunidade de contatar com o nosso pessoal nesses 12 dias de ausência desta Casa, mantendo o funcionamento de nossos gabinetes para atender àqueles que nos procuram.

O que me entristeceu, deputado Joares Ponticelli, foi o contato com os mais diversos setores empresariais, como a indústria têxtil, a indústria moveleira e outros segmentos, quando pude sentir o desespero desses empresários que me disseram: "Deputado, não sei se encerrarei este ano mantendo minhas atividades!"

Todos sabem o que está acontecendo, mas ficamos, muitas vezes, desprovidos de uma resposta convincente, porque entendemos o quanto é triste produzir em Brusque, Gaspar, Ilhota, Jaraguá do Sul, há muitos anos, suprindo o país e exportando o excedente, mantendo centenas de funcionários que buscam a emancipação através do trabalho e agora se deparar com montanhas de *contêineres* no porto de Itajaí, no porto de Itapoá, no porto de Navegantes, no porto de Rio Grande, no porto de Imbituba e, por que não, no porto de Paranaguá, no vizinho estado do Paraná. Há montanhas de *contêineres*, porque o benevolente Brasil abre as portas para empresas principalmente da China, um país comunista, explorador da sua população, do seu trabalhador, que não recebe assistência social, saúde, apenas um salário de fome. Aquela montanha de gente condiciona-se a trabalhar por um salário mínimo, de fome, muito pior do que o do Brasil.

Lá produzem um produto mais barato porque a mão de obra é mais barata. O setor empresarial do Brasil se ressentido, deputado Padre Pedro Baldissera, por todos os compromissos sociais que existem, os encargos sociais, pela política social que o Brasil está empreendendo. O empresário brasileiro está procurando atender ao seu trabalhador com o maior conforto possível, dentro da fábrica, fora da fábrica, no atendimento social, no atendimento à família.

O setor cooperativista vem implementando no Brasil um processo produtivo no agronegócio e em todos os setores do associativismo com condições de primeiro mundo para o nosso trabalhador. E tudo isso vem encarecendo o produto. E não estamos, sr. presidente, podendo competir com os produtos que vem de fora.

O importador diz que está oferecendo para o consumidor um produto

mais barato. Concordo com o meu amigo importador. Mas o empresário que mantinha a sua empresa produzindo aqui a fechou e hoje está importando. Dispensou todos os seus funcionários e usa hoje o seu empreendimento para estocar produtos que vêm de outros países, principalmente, repito, da China.

Até quando vamos resistir a esse processo? Até quando o empresário, o comerciante vai conseguir manter as suas vendas? Antigamente industrializávamos o nosso município. Hoje, estamos desindustrializando-o. Estamos acabando com a indústria. O desemprego está crescendo. E não será essa pequena cesta básica, um vale disso e um vale daquilo que vai conseguir segurar o homem alimentado pela periferia da cidade, porque o desemprego está aumentando a cada dia. Daqui a pouco aqueles que importam os produtos da China não vão ter para quem vender. Eles não vão ter para quem vender o seu produto importado, mesmo sendo mais barato e muitas vezes de uma qualidade bem inferior.

Essa preocupação não existe só na minha região. Em outras regiões, deputado Joares Ponticelli, a preocupação do empresário é a mesma. Essa é a situação em que se encontram. Na verdade, parte dessa crise é consequência da situação dos Estados Unidos, mas precisamos pensar naquilo que produzimos lá em Caçador, lá em Concórdia, lá em Criciúma, lá em Jaraguá do Sul, lá em São Bento do Sul e assim por diante, porque o que ocorre hoje é a queda da produção industrial em todos os recantos do país, é a diminuição do número de trabalhadores empregados, é a diminuição da qualidade de vida da nossa gente.

Os brasileiros estão perdendo os seus empregos na indústria e essa pequena contribuição de vale alimentação, de vale isso, vale aquilo, instituída pelo governo federal, é boa para aquele que realmente está desempregado, mas não é para aquele que tem plenas condições de exercer uma atividade profissional e ganhar o seu justo salário para sustentar sua família com dignidade.

Srs. deputados, o pai de família se preocupa, nos dias de hoje, com o futuro do seu filho porque se uma empresa fechar ou demitir parte de seus empregados seu filho poderá ser o próximo desempregado. E será que vai receber o vale alimentação? Será que vai receber um vale que garanta seus estudos? Será que receberá um vale que garanta a sua vestimenta? Será que a segurança dos municípios vai dar conta da avalanche de roubos, de crimes, cujo índice atualmente já está bem alto? Será que as forças de segurança conseguirão conter o avanço das drogas? Porque os jovens, muitas vezes, procuram esse caminho tortuoso, falacioso, da satisfação fácil, mas passageira, até pela falta de uma ocupação profissional. Na verdade, o jovem tem vergonha de dizer que está desempregado.

Que essas nossas palavras sirvam para reflexão de muita gente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro de Explicação Pessoal, com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, sr. presidente.

Muito obrigado também ao deputado Maurício Eskudlark, que gentilmente trocou de posição conosco, a fim de que pudéssemos

falar mais cedo e depois atender aos deputados Gilmar Knaesel e Edison Andrino.

O primeiro assunto que desejo abordar - e até invoco o testemunho do deputado Silvio Dreveck - refere-se ao trecho norte da BR-101, pelo qual há muito tempo não transitava notadamente durante um dia chuvoso.

Ontem, após o evento do nosso partido em Araquari, voltamos para Florianópolis por volta das 23h sob intensas chuvas. E agora compreendo por que ocorrem tantos acidentes num trecho que já está duplicado há bastante tempo.

Ao longo dos meus 13 anos de mandato, estou cansado de vir a esta tribuna reclamar das más condições da BR-101/sul, cujas obras de duplicação realmente continuam morosas, cujo lote 25 é uma novela mexicana sem graça e sem fim e em função da qual continuamos perdendo muitas vidas preciosas.

Ontem fiquei assustado com a situação do trecho norte da BR-101, que é duplicado e que é pedagiado há muito tempo. Em primeiro lugar, não consigo imaginar em que escola de Engenharia formaram-se os engenheiros que construíram aquela estrada para conseguir errar tanto! Toda a água das chuvas vai-se acumulando no meio da pista, já que não há escoamento. Você vem quase aquaplanando a viagem inteira. É um risco permanente de acidente e de morte. Agora compreendo por que ficam aqui lastimando, lamentando, cobrando sempre a questão do trecho sul da BR-101.

Como passamos lá com frequência, especialmente em dia chuvoso, não compreendíamos muitas vezes quando os parlamentares do norte, que se utilizam mais daquela rodovia com frequência, reclamavam das condições. Corre-se um risco constante, até de morte, ao trafegar nesta rodovia em dia chuvoso, como eu tive a oportunidade de constatar ontem.

Na ida, daqui até Araquari, deputado Nilson Gonçalves, não chovia com tanta intensidade, mas gastamos 1h30min na viagem, e na volta foram quase 3h, porque não dava para rodar tamanha a quantidade de água na pista. Eu não sei se o deputado Silvio Dreveck teve a mesma sensação, mas fiquei muito preocupado.

Acho que temos que cobrar isso da empresa que é responsável pelo pedágio, assim como continuar a cobrança da celeridade das obras para concluir a duplicação do trecho sul. Não podemos esperar para não termos que enfrentar esse mesmo tipo de problema. A empresa para cobrar foi rápida e eficiente, então que possa dar resposta ao usuário e garantir a sua segurança.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Quero cumprimentá-lo pelo belo pronunciamento, pois nós, que estamos toda semana viajando, tanto eu quanto os deputados Darcy de Matos, Nilson Gonçalves, Antônio Aguiar, Kennedy Nunes e tantos outros, corremos esse risco em toda viagem que se faz. Quando chove é uma insegurança total.

Como v.exa. colocou, levamos uma hora para chegar. Além da insegurança, levamos mais uma ou duas horas para se conseguir relaxar e descansar, de tão tenso que se fica, deputado Reno Caramori. Como o deputado

Joares Ponticelli falou, vem-se praticamente aquaplanando.

Quero crer, deputado Joares Ponticelli, que esse projeto já iniciou mal quando foi constituído na época pelo governo federal, porque desde o início houve problemas. E não se sabe se os engenheiros de fato tiveram algum problema quando passaram pela escola, se projetaram mal, porque não há escoamento.

Portanto, quero cumprimentá-lo e dizer que algo tem que ser feito para evitar que novos usuários ou aqueles que usam a rodovia todos os dias possam lá transitar com mais segurança. Parabéns pelo pronunciamento, deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck, incorporo também a sua manifestação ao meu pronunciamento.

Outro assunto que quero abordar diz respeito à caravana que empreendemos, deputados Silvio Dreveck e Reno Caramori, durante esses 15 dias apenas de recesso.

Como tradição, o nosso partido aproveita, deputado Maurício Eskudlark, o período de férias, como diz a gíria, para carregar pedra. Assim, aproveitamos o período de recesso, que é de 15 dias, tanto neste estado como no Congresso Nacional, e realizamos nove encontros macrorregionais, percorrendo praticamente todas as regiões do estado. Contamos com a presença da nossa bancada estadual, federal e das lideranças do partido.

Iniciamos na primeira semana de recesso pelo município de Itajaí, realizando um grande evento macrorregional do partido envolvendo lideranças de toda a região. Depois foi realizado outro evento em Blumenau, onde o colega e ex-deputado Cezar Cim, deputado Neodi Saretta, que esteve conosco nesta Casa, ingressou no nosso partido, juntamente com outras lideranças. Depois, realizamos o evento macrorregional em Rio do Sul, e naquela semana terminamos em Lages, reunindo lideranças de todo o planalto serrano catarinense.

Nesta última semana, começamos na quinta-feira, pelo extremo oeste, com um encontro macrorregional na cidade de São Miguel. Na sexta-feira, pela manhã, estivemos na cidade de Chapecó, no grande evento macrorregional da região oeste. Depois disso, houve na cidade de Joaçaba, às 14h, um encontro para o meio-oeste e parte da região do planalto, Campos Novos, Curitibaanos, e terminamos naquela noite na cidade de Mafra.

Assim sendo, deputado Silvio Dreveck, fizemos somente naquele final de semana mais de 2.000km. Só a viagem de Joaçaba até Mafra, com chuva durante todo o trajeto, durou mais de cinco horas, deputado Reno Caramori. Havia pouquíssima sinalização, especialmente até chegar à BR-116. Aquele trecho de Videira, Fraiburgo até Santa Cecília está muito mal sinalizado. Trafegar naquele trecho está muito perigoso, principalmente nos dias de chuva. E terminamos aquela semana chegando a Florianópolis às 5h do último sábado, deputado Silvio Dreveck. Foi um roteiro bastante intenso.

Ontem, estivemos na cidade de Joinville com lideranças da região norte. Faltam apenas dois eventos, o da Grande Florianópolis, que vai acontecer no dia 29 de agosto, e o da região sul, que ocorrerá no próximo dia 27 de agosto, sábado, em Criciúma, reunindo todas as lideranças dos 43 municípios do sul do estado.

Pudemos sentir, deputados Reno Caramori e Silvio Dreveck, a mobilização que o

nosso partido começa a fazer com suas lideranças em todo o estado visando ao pleito que se aproxima. Estamos organizando-nos, assim como os demais partidos estão fazendo.

Temos muita cobrança por conta da tão esperada reforma política, que não acontece, deputado Neodi Saretta, de novo. Parece-me que o Congresso Nacional vai frustrar o cidadão brasileiro. Não sei se esse é o sentimento nas bases do PT, mas é um sentimento das nossas bases. Havia uma expectativa, deputado sargento Amauri Soares, e novamente parece que vamos ter que esperar o Judiciário fazer a reforma. E depois não poderemos reclamar da intervenção, porque lamentavelmente o nosso Poder não cumpre o seu papel.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, população que nos acompanha pela TVAL e Rádio AleSc Digital, quero aproveitar para registrar aqui a presença do meu amigo Rogerinho, vice-prefeito de Tijucas, Luiz Rogério da Silva, que possui inclusive um *blog*, o Segurança Já, e aproveite para registrar a manifestação que faz com relação à questão das dificuldades em segurança pública no município de Tijucas.

E nessa semana recebi também da Denise Moraes, conhecida do vice-prefeito Rogerinho, pelo *Twitter*, um pedido com respeito à segurança. Segundo ela, naquele dia, na delegacia de Polícia haviam sido registrados oito roubos - crimes com ameaça, agressão, uso de armas - lá no município.

Então, é muito importante o reclamo para com a questão da segurança pública. Hoje, neste instante inclusive, o governador Raimundo Colombo, junto com secretário de Turismo, Cultura e Esporte, Cesar Souza, juntamente com o secretário César Grubba, está fazendo o lançamento do projeto Força Tur.

É um projeto, uma reivindicação que sempre tivemos de que a secretaria da Cultura, Esporte e Turismo investisse também na segurança pública do estado de Santa Catarina, já que recebemos por ano, no estado, 11 milhões de turistas, quase 14 bilhões em riquezas, em valores apurados, que são deixados em nosso estado, o que é muito importante.

Então, a secretaria de Cultura, Esporte e Turismo é considerada por nós, deputado Reno Caramori, uma secretaria, um primo rico, no sentido de investir na segurança pública. E será um investimento de R\$ 7,5 milhões por parte do governo do estado, por parte do planejamento do governo de Raimundo Colombo, em equipamentos, em materiais, em viaturas, para melhorar a segurança do nosso estado.

Também tivemos a oportunidade de, neste primeiro semestre, apresentar aqui algumas indicações, alguns projetos que entendemos importantes para melhorar a segurança, voltados principalmente ao bem-estar e à valorização do nosso profissional de segurança. Entre eles a incorporação, na aposentadoria, do adicional que não estava sendo observado para a segurança pública. O agente penitenciário recebia, como também o

agente de segurança socioeducativo, o policial militar, enfim, todos, mas o policial civil não estava recebendo.

Assim sendo, fizemos uma proposição nesse sentido, a qual está na secretaria da Fazenda e da Administração, e esperamos que logo esse adicional seja incorporado ao salário do policial civil. E também, copiando uma legislação federal, dos policiais federais, seriam concedidas quatro horas semanais ao policial, no horário de expediente, para que ele pudesse fazer tratamento físico, psicológico, a fim de ter um melhor desempenho na sua atividade.

Seria concedida, também, uma indenização de equivalência, assim a chamamos, fruto de um projeto que encaminhamos, ou seja, 25% ao policial que se aposenta. Porque o policial militar, quando se aposenta, é promovido a um posto imediatamente superior, sendo que o policial civil, quando se aposenta, que é o momento em que precisa mais, ele perde a hora extra, perde o adicional noturno, prejudicando, em muito, a sua vida, a sua família e as suas necessidades.

Mas não adianta nada fazermos todos esses investimentos e não administrarmos a segurança com capacidade, principalmente no gerenciamento de pessoas. O principal é valorizar o servidor, o profissional da segurança pública.

Está havendo, novamente, uma invasão, uma guerra de atribuições. Não sei por que, e vejo aqui no expediente o prefeito Luiz Rogério da Silva, o Rogerinho, que fica com uma viatura da Polícia Militar, somente uma viatura, e dois policiais no plantão. E o que é que o povo quer da Polícia Militar? A presença ostensiva, o policiamento presente nos locais de maior criminalidade, nas praças, na saída do colégio, nos locais onde ocorrem crimes.

Infelizmente, vemos alguns líderes, alguns comandantes da Polícia Militar cada vez mais querendo burocratizar mais essa Polícia. E sabemos que há um número excessivo de oficiais, se compararmos com o número de praças e sargentos, acabando por engessar todo o trabalho preventivo. Exemplo disso é Balneário Camboriú, que criou uma guarda municipal, que hoje se faz presente para fazer, na verdade, o policiamento ostensivo.

Hoje, na barra sul, na barra norte, daquela cidade vemos o agente da guarda municipal que, pela Constituição, tem a tarefa somente de proteger os bens públicos, fazendo o policiamento ostensivo, fazendo a segurança pública que a população queria que fosse pela Polícia Militar.

Então, em Balneário Camboriú encontramos viatura da guarda municipal. E encontramos, infelizmente, um oficial da Polícia Militar, muitas vezes, em horário de movimentação de bares e lanchonetes, e já presenciei isso, entre 22h a 23h, onde estão somente pessoas, famílias e turistas, em restaurantes, para ver o alvará do estabelecimento.

A Polícia Militar não tem que ir atrás de alvará. Ela está ali para combater a criminalidade, para dar segurança, para fazer policiamento ostensivo, pois é isso que o policial militar gosta de fazer. Ele não gosta de ficar engessado com papelada, fazendo burocracia, fiscalizando alvará. Ele quer, sim, estar presente nos locais onde possa agir em defesa do cidadão, em defesa do estado.

Agora, está ocorrendo mais uma briga entre corporações, em que a Polícia Militar tem

que fazer Boletim de Ocorrência, quer dizer, mais papel na mão do policial, mais policial engessado sem poder fazer a sua ronda, porque tem que ficar ali fazendo Boletim de Ocorrência.

Então, estamos indo na contramão da história do que a segurança quer, que é ver, deputado Reno Caramori, o policial na rua fazendo o policiamento ostensivo.

O comandante da Polícia Militar, que gosta do policiamento comunitário, deveria empregar realmente a filosofia de polícia comunitária. O policial está circulando, fazendo o seu policiamento, a sua vigilância, cumprimentando o cidadão de bem, passando no estabelecimento, na padaria, no restaurante, no posto de gasolina, mas não entrando, no horário de pico de funcionamento do restaurante, para ver alvará. Se ele quiser ver alvará, deve ir às 8h, antes de abrir o estabelecimento, quando não há ninguém. Vai lá conversar com o gerente, mas não no horário de funcionamento. Não sei se é a busca de mostrar a presença, mas acaba sendo uma presença negativa para a instituição, porque o cidadão, naquela hora ali, fica até preocupado com aquela presença, quando ele queria ver o policial fardado presente lá na rua, no policiamento ostensivo.

Enfim, estamos engessando o policial militar, que quer combater a criminalidade, amarrado a atividades burocráticas.

Por isso cito Balneário Camboriú como um exemplo típico de que a guarda municipal está fazendo o que a Constituição diz que a Polícia Militar deveria fazer e que, por amarras, por vaidade, por outros objetivos, acaba não fazendo.

Então, é muito importante repensarmos a segurança neste momento difícil que o nosso estado e o nosso país passam.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência comunica que, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, são as seguintes as matérias destinadas para a Ordem do Dia da 67ª Sessão Ordinária de 03/08/2011:

Discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s.: 0123/2011; 0136/2011; 0165/2011; 0179/2011; 0181/2011 e 0182/2011.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da PEC n. 0006/2011;

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s.: 0152/2011; 0155/2011; 0158/2011; 0164/2011; 0210/2011; 0283/2011; 0178/2011; 0193/2011; 0201/2011; 0205/2011; 0224/2011; 0225/2011; 0227/2011; 0230/2011; 0239/2011; 0240/2011; 0248/2011; 0250/2011; 0262/2011; 0276/2011 e 0358/2010; e

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s.: 0174/2011; 0199/2011; 0259/2011 e 0375/2010.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 067ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopesla - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discorre sobre ações na Educação empreendidas pelos governos estadual e federal.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Qualifica o mutirão como uma iniciativa louvável, mas expõe dúvidas sobre os critérios de pagamento.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Aponta a necessidade da criação de programa de cirurgias eletivas com execução mensal.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Tece críticas ao funcionamento do Instituto Psiquiátrico de Santa Catarina.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Informa que a comissão de Saúde verificará a situação de todas as instituições psiquiátricas de SC.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Questiona dispositivos do Plano Brasil Maior; elogia o mutirão de cirurgias eletivas do governo do estado; comenta audiência pública da comissão de Transportes.

Partidos Políticos

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Elenca suas prioridades no segundo semestre; elogia o Plano Brasil Maior.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Reverencia os 77 anos do município de Concórdia; defende o uso do Fundo Social com transparência; parabeneza a Fecoagro pelo aniversário; reclama das condições da BR-153 no cruzamento com a BR-282.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Lamenta que as suspeitas sobre determinados políticos atinjam todos os parlamentares.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Sérgio Luiz Persch, de Bom Jesus do Oeste, e dos vereadores Jaime Warken e Leandro Weberich, de Cunhataí; anuncia a presença de diretores do IGP/SC.

DEPUTADO CIRO ROZA - Cumprimenta Brusque pelos 151 anos de fundação; discorre sobre as dificuldades da indústria têxtil.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Faz exposição detalhada sobre o Plano Brasil Maior de incentivo a setores industriais nacionais.

DEPUTADO DANIEL TOZZO (pela ordem) - Registra a presença do presidente do Legislativo de Chapecó, vereador Itamar Agnoletto.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Comenta as medidas anunciadas pela presidente da

República em benefício da indústria nacional; anuncia o envio de projeto de lei ao Parlamento.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Comenta as informações prestadas à comissão sobre a execução orçamentária do estado; dá ciência da reunião do Fórum de Gestores da Cultura.

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Solicita a inversão da pauta de votação.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Discute a PEC 0006/2011, de autoria do deputado Darci de Matos.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Discute a PEC 0006/2011, de autoria do deputado Darci de Matos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Discute a PEC 0006/2011, de autoria do deputado Darci de Matos.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Pede a votação das mensagens de veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, público catarinense, funcionários desta Casa, ocupo a tribuna, nesta tarde, para informar que durante o recesso parlamentar fizemos uma agenda pelo estado de Santa Catarina, comunicando-nos com os catarinenses pessoalmente e também através do telefone e via e-mail. E é nesse ponto que quero chegar.

Srs. deputados, recebi, e ainda continuo recebendo, centenas de e-mails de professores do nosso estado reafirmando a sua disposição de manter a mobilização para garantir o piso nacional do Magistério na carreira. E foi justamente esse o debate que fizemos na Assembleia Legislativa, não concordando, esta deputada e mais sete deputados, com o projeto que veio do governo para este Poder. Foram feitas discussões calorosas, ocorrendo um enfrentamento de ideias, deputada Angela Albino, e apresentando a angústia de milhares e milhares de professores do estado.

Quero dizer também que durante 60 dias houve deputados que ficaram quietos na cadeira e não se manifestaram, em nenhum momento, nem a favor nem contra. Mas na quinta-feira antes do recesso parlamentar, deputado Volnei Morastoni, tiveram a coragem de vir para esta tribuna depois de ficarem durante 60 dias quietos, sem dizer sim ou não para os nossos professores.

Quero lamentar essa atitude porque aqui temos ônus e bônus e temos que assomar

à tribuna para defender os interesses do nosso povo.

Mas alerta, sras. deputadas e srs. deputados, que a mobilização da sociedade em prol de uma educação valorizada continua em todas as escolas da rede estadual de Santa Catarina, pois se queremos valorizar a educação temos, primeiramente, que valorizar os professores.

Neste último final de semana, um companheiro de partido dizia-me que o professor deveria ser uma das profissões mais bem pagas, porque ele é o responsável pela formação de todo ser humano. O futuro de uma sociedade depende da educação e valorizar a educação significa pagar bem e dar condições de trabalho dos nossos educadores.

Pelos e-mails que recebi dos professores que continuam ainda mobilizados, lendo notícias nos jornais de Santa Catarina, verifiquei que o secretário de Educação, Marco Tebaldi, já convidou quatro professores do sindicato para fazerem parte de comissão que vai estudar o assunto. Esperamos que isso se concretize de uma vez por todas e que possamos, então, dar aos professores catarinenses o que lhes é devido, o que lhes é de direito.

Mas também recebi e-mails - e já falei na reunião da Mesa Diretora, deputados Jailson Lima, Reno Caramori e Moacir Sopesla -, externando a indignação dos professores e lamentando profundamente que esta Casa tenha gasto recursos públicos com os órgãos de imprensa para justificar o voto favorável de deputados desta Casa, principalmente os votos da base do governo, pois houve oito votos contrários, inclusive o desta parlamentar.

Então, lamento a veiculação paga dessa matéria, cuja manchete diz, deputada Angela Albino: "Novos salários dos professores: conheça melhor a lei aprovada". Infelizmente a lei foi aprovada, pois não agradou toda a categoria e dessa forma, uma publicação dessa natureza revoltou os nossos educadores.

Esperamos, então, que essa comissão faça o trabalho que lhe foi proposto e que possa, inclusive, devolver a regência de classe à categoria, pois é um direito dos professores que foi conquistado com muita luta.

Falando em educação, srs. parlamentares e público catarinense, quero falar das boas ações do governo federal.

(Passa a ler.)

"Nos últimos oito anos, o ensino superior teve um avanço substancial. No governo do ex-presidente Lula e agora também da nossa presidente Dilma Rousseff foram criadas e consolidadas 14 novas universidades federais, entre elas a Universidade Federal da Fronteira Sul, que foi a maior conquista do povo oeste. Aquela região precisa desenvolver-se e nada como uma universidade federal para oportunizar que muitas pessoas concluam um curso superior.

Além disso, também conquistamos, através de muita luta e mobilização, em especial das lideranças do Partido dos Trabalhadores, a expansão da Universidade Federal de Santa Catarina para as regiões de

Curitiba, Araranguá e Joinville, além dos cursos a distância em dezenas de cidades catarinenses. Além disso, foi criada ainda a Universidade Aberta do Brasil, da mesma forma como foram criados mais de 100 *campi* universitários pelo país e ampliadas as escolas técnicas e os institutos federais de educação.”

Faço esse preâmbulo, sras. deputadas e srs. deputados, porque no governo da presidente Dilma Rousseff não será diferente do que fez o presidente Lula na questão da educação.

Falo agora sobre uma questão bem pontual e que nos diz respeito, que é uma luta muito grande de diversas lideranças políticas, lideranças comunitárias do médio vale do Itajaí e também de lideranças empresariais, que é a federalização da Universidade Regional de Blumenau, a Furb, que completou 45 anos e que foi criada para dar oportunidade para os filhos dos trabalhadores.

(Continua lendo.)

“Estive, no último dia 20 de julho, em Brasília, juntamente com o deputado federal Décio Lima, numa audiência com a ministra Ideli Salvatti. Na ocasião estiveram presentes também o reitor da Furb, professor João Natel Machado; o pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, Marcos Rivail da Silva; o presidente do Comitê Pró-Federalização da Furb, professor Clóvis Reis; e o ex-presidente do Comitê, Valmor Schiochet. Na pauta, estava a discussão sobre o projeto de federalização da Universidade Regional de Blumenau, uma antiga e justa reivindicação da comunidade do vale do Itajaí e do próprio estado.

Na verdade, a federalização da Furb é uma dívida que tanto a ministra Ideli Salvatti quanto a presidente Dilma Rousseff têm com a nossa região, e sei que não medirão esforços para que isso seja concretizado de uma vez por todas.”

Quero dizer que nessa audiência abordamos três pontos fundamentais:

- a finalização da proposta de federalização da Furb;

- a liberação de duas emendas do ex-deputado federal Cláudio Vignatti e do deputado federal Décio Lima para o pagamento do projeto de estudo da viabilidade econômica;

- a aprovação do Projeto de Lei n. 72.087/2010, que cria a Universidade Federal do Vale do Itajaí e que vai abranger todos os municípios do médio e do alto vale e também da foz do rio Itajaí.

Com relação à finalização da proposta de federalização da Furb, 90% do projeto já estão concluídos. Esta semana estive novamente na universidade para saber quando se dará a conclusão, pois e esperamos que de uma vez por todas seja finalizado para marcarmos, então, uma audiência com o ministro Fernando Haddad, a fim de dar continuidade a essas ações que vêm tramitando.

Diante disso, no Congresso Nacional, os deputados eleitos pelo estado de Santa Catarina têm que agilizar a aprovação desse projeto para que...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, na verdade, inscrevi-me hoje

porque queria falar sobre o mutirão de cirurgias eletivas anunciado pelo governo do estado na semana passada, durante o congresso dos municípios catarinenses, sobre o qual devo fazer várias considerações, assunto que, inclusive, já havia sido objeto de uma audiência pública nesta Casa, proposta pela comissão de Saúde da Assembleia Legislativa e pelo nobre deputado Antônio Aguiar.

Foi anunciada, na oportunidade, a vontade do governo do estado de fazer um mutirão para realizar 22,6 mil cirurgias eletivas, principalmente nas áreas de oftalmologia, otorrinolaringologia, cirurgia geral e ortopedia.

Preocupam-me informações desencontradas que estão sendo veiculadas, mas até vou abster-me de fazer maiores considerações agora porque acabou sendo agendada uma audiência - na qual estarei presente - com o secretário estadual de Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira. Na ocasião estarei acompanhando o prefeito e uma comitiva de Balneário Camboriú para discutir a situação do Hospital Santa Inês e, muito especialmente, a abertura do Hospital Ruth Cardoso naquele município. Na oportunidade, vou conversar pessoalmente, deputado Antônio Aguiar, com o secretário para buscar vários esclarecimentos, apesar de considerar esse mutirão de cirurgias eletivas da maior importância.

Mas, como dizia, os dados são contraditórios: uns dizem que teríamos mais de 200 mil cirurgias represadas, outros falam em mais de 600 mil. Muitas cirurgias, com certeza, já se tornaram de emergência, nem são mais eletivas. Há casos, com certeza, em que os pacientes até já morreram, infelizmente.

Na minha região está sendo divulgada uma informação de que hoje é o prazo máximo para o credenciamento dos hospitais e que apenas um pequeno hospital do município de Penha ainda não se havia cadastrado.

No meu entendimento, acho que não dá para trabalhar com esse prazo, até porque antes de os dos hospitais se apresentarem para participar desse mutirão, com certeza também há muitas dúvidas a serem esclarecidas. Oxalá todos os hospitais de Santa Catarina participem e até acredito que temos que os conclamar a participar.

Temos que discutir também quais critérios serão utilizados para as cirurgias de pacientes que estão aguardando há muito tempo, no mínimo dois anos, porque existem pacientes aguardando as cirurgias eletivas há três, cinco, oito anos, e até mais. Mas há também outras situações que poderiam ser contempladas. De repente, há casos de acompanhamento que não foram ainda devidamente registrados, por diversas razões.

Então, temos que esclarecer todas essas situações e também como vamos atrair os prestadores de serviços, os hospitais. E não adianta o hospital apenas dizer sim. E os cirurgões? E os anestesistas? Sei disso porque estou acompanhando, deputado Antônio Aguiar, os 14 médicos de Itajaí, no Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, e posso dizer que eles estão numa situação muito conflitante com o hospital, até porque o hospital assume determinados tipos de acordos, de contratos com a secretaria municipal ou com a secretaria estadual e não reúne o corpo clínico para debater a situação dos anestesistas, que poderão simplesmente não aderir ao mutirão.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Complementando o seu raciocínio, deputado Volnei Morastoni, quero dizer que estive conversando com o secretário Dalmo Claro de Oliveira, que informou que, em princípio, foram colocados R\$ 100,00 para a equipe médica e mais R\$ 100,00 para os hospitais. Mas é preciso ver o tipo de cirurgia. De repente, poderá haver uma cirurgia ortopédica na qual será usado o *shelf* e por esse procedimento é preciso pagar um pouco mais; àquele que vai usar o arco cirúrgico, também é necessário pagar um pouco mais.

Então, para haver essa classificação de baixa, média e alta complexidade para realizar essas cirurgias eletivas é necessário estabelecer critérios, é verdade. Mas acho que, em princípio, o mutirão de cirurgias é uma medida louvável do governador Raimundo Colombo e do secretário Dalmo Claro de Oliveira. Eles têm o nosso apoio e vamos ver se realmente conseguimos realizá-lo.

Mas pensamos também mais à frente e queremos que haja um programa mensal de cirurgias eletivas. Por exemplo, há 300 AIHs por mês para determinados hospitais. Então, que se dê mais 50 AIHs para cirurgias eletivas.

Portanto, esse é um programa que pode começar em Santa Catarina e depois ser modelo para o Brasil. É um programa importante para ajudar a saúde, que, sem dúvida nenhuma, neste momento, necessita de um grande empurrão.

Acho que está correto o mutirão, deputado Volnei Morastoni, mas o nosso pensamento é para um programa de cirurgias eletivas permanente, alguma coisa que dê mais segurança à população que tanto necessita do ato médico.

Acho que com esse programa de cirurgias eletivas vamos resolver um problema crônico. O que temos que fazer neste momento são os mutirões. Concordamos com a medida tomada pelo dr. Dalmo Claro de Oliveira, secretário de estado da Saúde, mas queremos, sim, um programa permanente de cirurgias eletivas no estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar, pelas suas considerações esclarecedoras.

Se v.exa. me permite, quero dizer que participarei, hoje à tarde, de audiência sobre a saúde, conforme anunciei, acompanhando uma comitiva do município de Balneário Camboriú e vou aproveitar a oportunidade para trocar algumas ideias com o secretário a esse respeito, até porque da forma como foi anunciado, o “mutirão”, entre aspas, estender-se-ia até o final do ano que vem. Então, na verdade, a ideia que v.exa. colocou já não seria nem mais um mutirão, poderia ter a concepção de um programa extraordinário de cirurgias eletivas, porque precisamos colocar em dia essa situação.

Alguns falam em 200 mil cirurgias represadas, outros falam em 600 mil. Então, precisamos esclarecer qual é realmente o número de cirurgias represadas. Inclusive, o ministro Alexandre Padilha, da Saúde, já anunciou, entre os vários programas que estão sendo apresentados, um na área de cirurgias eletivas. Dessa foram, até poderemos ter uma conjugação de programas que dê continuidade a esse tipo de cirurgia. Precisamos fazer com que as cirurgias eletivas aconteçam normal e naturalmente, dentro da rotina dos nossos hospitais e que haja um programa estadual também extraordinário, com uma cota mensal. Mas temos que estabelecer critérios claros,

porque somente assim teremos cirurgias que são simplesmente de média complexidade, mas também teremos situações de alta complexidade. Então, será preciso definir como será a remuneração complementar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, que fez uma troca de horário com o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, quero parabenizar o deputado Volnei Morastoni, presidente da comissão de Saúde da Assembleia, que sempre faz o debate de forma tranquila, transparente e enfática. E gostaria de convidar o deputado Volnei Morastoni, juntamente com o deputado Antônio Aguiar, para, juntos, fazermos uma visita à antiga Colônia Santana, hoje Instituto Psiquiátrico de Santa Catarina.

Ontem, conversando com uma pessoa que me visitou no gabinete e que está ajudando a construir uma campanha para arrecadação de roupas íntimas para os pacientes da Colônia Santana, fui informado de que haverá amanhã, no Lira Tênis Clube, um jantar cuja renda será revertida para a aquisição de cuecas e calcinhas, basicamente.

Na ocasião, foram-me relatadas as dificuldades em que se encontram os pacientes lá internados, sendo que muitos transitam no interior do instituto sem roupas.

Sabemos dos distúrbios que tem um paciente psiquiátrico, mas quando me descreveram a situação, rememorei o meu tempo de universidade, quando tinha aulas de Psiquiatria naquele lugar que chamávamos de Inferno de Dante. Confesso que não acreditei no que estavam descrevendo em relação à Colônia Santana, principalmente à condição da alimentação, que é terceirizada. Se está havendo isso num hospital infantil, com crianças, imaginem num hospital psiquiátrico, em que os pacientes na maioria das vezes, por estar medicado, sequer têm voz.

Então, faço esse convite, pois na semana que vem pretendo ir lá e assim poderemos confirmar essa realidade.

Deputado Antônio Aguiar, as cirurgias eletivas são importantes e é preciso que haja uma política clara e definida. São necessárias estratégias para definir a quem atender, onde atender e de que forma atender. A crítica estabelecida aqui foi em relação à publicidade do governo sem antes saber a forma e a metodologia, que são fatores importantes do ponto de vista de gestão pública.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que se estamos tendo uma situação desse tipo como me foi descrita no Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina, temos que pedir para fechar, criando, assim, um problema efetivo.

Como dizia, ontem recebi um grupo de voluntários que está vendendo os convites para um jantar beneficente, a R\$ 30,00, inclusive comprei alguns para ajudar, mas confesso que não imaginei que aquilo que vi, quando estudante, no antigo Hospital Colônia Santana, há quase 30 anos, pudesse continuar acontecendo, principalmente porque houve uma grande desospitalização de pacientes psiquiátricos, baseada num modelo italiano, que foi adotada pelo SUS.

No dia de ontem, desta tribuna, um parlamentar, e não me lembro qual, discorreu

sobre as dificuldades de conseguir leitos psiquiátricos em Santa Catarina. Mas posso afirmar que isso não mais acontecerá se os hospitais forem obrigados a cumprir a lei, porque todo hospital público de caráter geral tem que, obrigatoriamente, ter um percentual de vagas destinadas ao paciente psiquiátrico.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu caro companheiro, deputado Jailson Lima, realmente fico bastante preocupado com a notícia que v.exa. traz sobre a antiga Colônia Santana, atualmente o nosso Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina, porque a comissão de Saúde desta Casa está acertando um roteiro de visitas a todos os hospitais e serviços de saúde mental do estado, desde Rio Maina, em Criciúma, até Bocaina do Sul, passando, é claro, pelo Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina. Até porque nos preocupa a situação da saúde mental em Santa Catarina após a aprovação da reforma psiquiátrica, depois de dormir durante muitos anos nas gavetas do Congresso Nacional. Segundo ela, vê o princípio da desospitalização, sendo a hospitalização o último recurso, a municipalização dos serviços, a rede social, os centros de atenção psicossociais e uma série de outros serviços.

Já dirigi uma série de questionamentos à coordenadoria de Saúde Mental da secretaria estadual da Saúde e estou aguardando as informações enquanto montamos uma planilha de trabalho para visitar e fazer um diagnóstico da atuação da saúde mental em Santa Catarina.

Agora, um quadro como esse que v.exa. descreveu, de pacientes caminhando pelos corredores despídos, não é mais aceitável em nenhuma hipótese. Essas são imagens do passado, já que a reforma psiquiátrica se concentrou na recuperação da cidadania dessas pessoas.

Por isso, em função do que v.exa. coloca, provavelmente vamos antecipar e poderemos, em conjunto, já na próxima semana, realizar a primeira visita ao Instituto Psiquiátrico de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado Volnei Morastoni, pois realmente precisamos mostrar para Santa Catarina que alguns segmentos precisam de ações rápidas e ágeis e se um grupo de voluntários faz uma campanha para comprar roupas íntimas para pacientes de um hospital público, é hora de mudar esse contexto rapidamente.

Gostaria ainda de falar do Plano Brasil Maior, deputado Volnei Morastoni, lançado ontem pela presidenta Dilma Rousseff. Santa Catarina será prioritariamente contemplada porque o projeto prevê a desoneração da folha de pagamento das empresas dos setores têxtil e moveleiro, o que beneficiará Rio Negrinho, São Bento do Sul e outras cidades; e também do setor calçadista, o que atenderá aos municípios de Tijucas, São João Batista e por aí fora.

O Plano Brasil Maior deixa claro não apenas a desoneração da folha de pagamento com a redução dos encargos com a Previdência Social, mas também, deputado Antônio Aguiar, estabelece que as licitações públicas deverão priorizar a aquisição de equipamentos produzidos no Brasil, podendo as instituições públicas pagar até 25% a mais do valor. Isso atinge principalmente a área de

telecomunicações, de informática e de equipamentos tecnológicos de defesa e de saúde.

Na última reunião que tivemos com o ministro Alexandre Padilha, juntamente com o deputado Volnei Morastoni, tratou-se da importância de trazer para o Brasil uma empresa para produzir aceleradores lineares para o tratamento de doenças oncológicas, equipamentos que nosso país ainda não fabrica, e também equipamentos de hemodiálise, tendo em vista que apenas no ano passado mais de R\$ 1,5 bilhão foram gastos no tratamento de pacientes com insuficiência renal crônica.

Então, o Plano Brasil Maior apresentando pela nossa presidenta Dilma Rousseff ontem já representa um dado importante, que é a desoneração da folha de pagamento e o incentivo à produção local.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Jailson Lima.

O próximo orador inscrito em Breves Comunicações é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, trabalhadores e trabalhadoras desta Casa e demais pessoas que acompanham esta sessão.

Quero, inicialmente, fazer uma observação um pouco diversa com relação ao plano lançado ontem pela presidenta Dilma Rousseff. Ouvimos, lemos e vimos por mais de dez anos no Brasil os sucessivos governos contarem a história da carochinha de que a Previdência Social era deficitária. Por conta disso, propuseram o aumento do tempo de contribuição para aposentadoria tanto no governo de Fernando Henrique quanto no governo Lula. E agora a medida de contenção da crise que o ministro apresenta é a isenção da contribuição previdenciária por parte dos patrões em alguns setores, o que, naturalmente, vai afetar a arrecadação previdenciária.

Registre-se que a Previdência no Brasil nunca teria sido deficitária se os sucessivos governantes, desde o advento da Constituição de 1988, tivessem cumprido efetivamente os arts. 195 e 196, que estabelecem quais são os impostos, os tributos, as taxas e as contribuições que devem somar para a Previdência. Contudo, os governos não cumpriram o preceito constitucional e a Previdência acabou não arrecadando o suficiente. Além disso, apostam na outra ponta, ou seja, retiram direitos dos trabalhadores justamente para garantir que as empresas contribuam menos. Este é justamente um dos significados do programa lançado ontem pela presidenta Dilma Rousseff, ou seja, a indústria têxtil não precisará mais contribuir para a Previdência Social dos seus operários, mas poderá chamá-los de colaboradores ou de qualquer outro nome bonito.

Na verdade, são pessoas contratadas para trabalhar dentro de uma fábrica geralmente barulhenta, insalubre, por oito horas diárias, que agora estão tendo que se aposentar com mais tempo de contribuição. Portanto, a ofensiva contra os trabalhadores será maior nos próximos anos, exatamente em função da isenção da contribuição previdenciária das empresas de determinados setores.

Por outro lado, quero elogiar o mutirão da Saúde. O governador fala em mutirão, deputado Volnei Morastoni, presidente da nossa comissão de Saúde, um programa para tentar realizar uma quantidade imensa de cirurgias eletivas represadas em nosso estado. Pessoas da sociedade haviam cobrado deste deputado um encaminhamento nesse sentido e curiosamente houve a iniciativa do governo. Eu havia comentado que não basta boa vontade nessa área, como disseram os deputados Volnei Morastoni e Jailson Lima, é preciso que o conjunto das instituições e o conjunto dos trabalhadores da Saúde do estado estejam empenhados nessa tarefa. Tanto os órgãos públicos quanto os órgãos privados ou privatizados, porque não é possível fazer um mutirão na Saúde sem contar com o Hemosc, por exemplo, que é um banco de sangue e derivados.

É digna de registro e de aplauso a iniciativa do secretário da Saúde. Queremos somar-nos a ela e aplaudi-la, assim como a outras iniciativas nesse sentido, para tentar estabelecer essa cruzada contra o abandono de pessoas por até cinco anos na fila de espera por cirurgias eletivas no estado. Se conseguirmos fazer isso nos próximos meses, nos próximos anos, com certeza teremos que aplaudir as medidas e dedicar todo o esforço possível, dentro da nossa área de atuação, evidentemente, para que isso se realize e torne-se menor o martírio de milhares de pessoas que esperam por uma cirurgia.

Gostaria de registrar a audiência pública realizada na manhã de hoje, neste Parlamento, requerida pela deputada Luciane Carminatti e pelo deputado Maurício Eskudlark e realizada pela comissão de Segurança Pública da Casa, que nesses dois meses será presidida por este deputado, para discutir mais um problema grave na área da segurança pública, que é a epidemia de assaltos a veículos de transporte, como caminhões, carretas, ônibus, no estado de Santa Catarina, mais precisamente entre o oeste e o meio-oeste, na BR-153, no cruzamento com a BR-282, no município de Irani.

Deputado Moacir Sopelsa, segundo relatos das associações das empresas da área de transporte, somente no mês de fevereiro deste ano foram registrados 13 assaltos a caminhões, apenas a caminhões, naquele trecho - mas talvez tenham ocorrido assaltos a outros veículos também. Naquele trecho, em direção ao norte, passando por Água Doce até entrar no estado do Paraná, houve uma quantidade enorme de assaltos a ônibus e caminhões.

Esteve presente na audiência o presidente da Fetranesc, Pedro Lopes, que trouxe dados preocupantes de outras regiões do estado com relação ao mesmo problema. A demanda principal das entidades representativas do setor é por uma maior integração entre as instituições de Segurança Pública: Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e Polícia Militar, essas duas últimas, instituições estaduais. Relatam essas representações que é comum acontecer um assalto em Santa Catarina que termina no estado do Paraná ou vice-versa, ou mesmo um assalto sobre uma rodovia federal - a BR-153 ou a BR-282 -, que termina numa rodovia estadual ou mesmo num logradouro municipal.

Nesse caso, o que ocorre é que o fato delituoso muda de jurisdição, as instituições de segurança não se comunicam e a vítima é que precisa comunicar-se com outra instituição num outro estado ou num outro município.

Assim, a principal demanda é a criação de um grupo formado pelas instituições da Segurança Pública, grupo esse que atue em conjunto para combater e para prevenir esse tipo de assalto.

Inúmeros ônibus têm sido assaltados, inclusive ônibus transportando estudantes. Um dia desses um ônibus que transportava estudantes de Serviço Social foi abordado, assaltado à mão armada, levado a um local ermo e escuro, onde todas as mochilas foram reviradas e as pessoas submetidas ao constrangimento de ter que tirar a roupa. Isso acontece também com ônibus de excursões da terceira idade.

Então, sr. presidente, encaminharemos essas demandas às instituições competentes, clamando pela integração das Polícias Rodoviária Federal e Estadual, Militar e Civil dos três estados do sul do país, a fim de que realmente se possa ter uma política eficiente de combate a essa prática criminosa no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, ocupo esta tribuna pela primeira vez após o recesso e volto a abordar os temas sobre os quais já me debrucei no decorrer do primeiro semestre.

Na nossa região continuamos empenhando-nos no sentido de que seja terminada a estrada que dá acesso ao porto de Itapoá, que é especialmente necessária para que o porto desenvolva suas atividades a todo vapor. Vamos empenhar-nos também para viabilizar a duplicação da BR-280, que dá acesso ao porto de São Francisco do Sul.

Por sugestão nossa já há uma mobilização para que, juntamente com todas as forças políticas da região norte, realizemos uma sessão especial sobre a BR-280, a fim de paralisarmos o trânsito naquela rodovia por uma hora pelo menos. Pretendemos reunir todas as Câmaras Municipais da região, para que a Assembleia Legislativa realize uma sessão especial sobre a BR-280, marcando posição em relação à reivindicação da duplicação daquela rodovia.

Estávamos na iminência de ver as máquinas roncarem na BR-280, mas até agora não roncou nada! Cada vez adiam mais o ronco das máquinas.

Voltaremos a bater na tecla, neste segundo semestre, sobre o aumento da pista do aeroporto de Joinville, sobre a duplicação do acesso ao aeroporto, sobre o ISL, que proporciona a possibilidade de descidas e de aterrissagens no aeroporto com mais facilidade.

Além disso, voltaremos também a falar sobre a criação do aeroporto de Araquari, extremamente necessário. Tenho a missão, e peço a ajuda do meu particular amigo, grande parlamentar desta Casa, deputado Silvío Dreveck, de convencer o governador na questão da desapropriação dos terrenos necessários para a instalação do aeroporto. Está apenas faltando isso para que lá, sim, as máquinas possam roncar e tenhamos aquele aeroporto construído.

Srs. deputados, quando aquele aeroporto estiver instalado será referência para

toda a região norte/nordeste de Santa Catarina, pela sua condição geográfica. Um aeroporto em Araquari beneficiará todos, facilitará a vida do pessoal de Jaraguá do Sul, da região de Barra Velha, de Joinville, de São Bento do Sul, de São Francisco do Sul, enfim, toda a região da serra será beneficiada também com essa obra que, estrategicamente, talvez seja um dos melhores aeroportos do sul do Brasil. Mas precisamos convencer o governador da urgência da desapropriação dos terrenos para sua instalação.

Tivemos, srs. deputados, uma boa notícia, e vou acabar falando antes do próprio secretário responsável pela economia do município de Araquari: a BMW está por um triz para assinar a instalação de sua fábrica no município. As conversações estão bem adiantadas. O secretário de Desenvolvimento Econômico o município, vereador Clenilton Carlos Pereira, esteve em Porto Alegre, conversou com os representantes da empresa e marcou uma reunião em Araquari para conhecerem o local provável da instalação da fábrica.

Então, estamos próximos de ter mais uma fábrica no município, fora as outras tantas que estão-se instalando lá, como a Hyundai. Aliás, Araquari parece que acordou de um sono profundo e vai-se tornar um dos grandes polos industriais de Santa Catarina num curto espaço de tempo, graças à visão das pessoas que estão à frente da administração daquele município.

Sr. presidente, gostaria também de fazer um registro sobre as medidas anunciadas pelo governo federal, fato que certamente o meu PSDB não vai gostar, mas, como tenho por base na minha vida a franqueza, acho que tenho o direito de ter opiniões pessoais, independentemente serem como as do partido ou não.

Trata-se das medidas adotadas pela presidente Dilma Rousseff que beneficiam a indústria têxtil de Santa Catarina, que tanto vem sofrendo. Parece-me que agora está aparecendo uma luz no fim do túnel com a desoneração anunciada pelo governo federal, através da nossa presidente Dilma Rousseff, no lançamento do Plano Brasil Maior. Se ainda não foi aquilo que esperávamos, pelo menos é um passo nessa direção, ou seja, a desoneração das indústrias em cerca de R\$ 25 bilhões nos próximos dois anos.

Srs. deputados, nesse pacote serão beneficiadas as indústrias têxtil, calçadista e moveleira, o que atinge em cheio a região norte/nordeste, além dos fabricantes de softwares, de máquinas e de caminhões.

Já se estava fazendo necessário isso há muito tempo, ou seja, que o governo federal, através de iniciativas reais, fizesse alguma coisa por aqueles que movem este país, que são os industriais, os grandes empreendedores, que estavam praticamente travados por conta da competição internacional, que estavam sem condições de competitividade, essa é que é a grande verdade. Eles estavam, eu diria, impotentes diante da realidade da globalização da economia mundial, impotentes em relação à competição com outros países, especialmente a China, cujos produtos invadiram o Brasil de uma maneira tal que, se não acordássemos, certamente não chegaríamos onde pretendemos, ou seja, ao desenvolvimento pleno desta nação.

Infelizmente, não tenho mais tempo, mas quero deixar registrado esse meu sentimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, funcionários desta Casa.

Deputado Daniel Tozzo, desde que v.exa. tomou posse é a primeira vez que faço uso da palavra. Assim, quero cumprimentá-lo e desejar-lhe sucesso na defesa do oeste catarinense e do estado também.

O primeiro motivo que me traz a esta tribuna, deputado Antônio Aguiar, é o registro do aniversário do município de Concórdia, que completa 77 anos. A administração municipal, chefiada pelo prefeito João Girardi e sua equipe, promoveu uma semana de festa, levando para o parque de exposições todos os setores da economia do município, da região, fazendo um belo evento, que contou com a participação de toda a população, mostrando a pujança e a força econômica de Concórdia.

Tive a felicidade de nascer em Concórdia, de ter sido vereador e também prefeito, bem como v.exa., deputado Neodi Saretta, que também foi prefeito daquele município. Portanto, registro aqui os meus cumprimentos à administração municipal, a todos os expositores, pois sem eles não teríamos tido aquela bela festa, a toda a população de Concórdia.

Parabéns a Concórdia, à sua população, que com vontade de lutar fez daquela terra um grande município, uma potência econômica, com um desenvolvimento ímpar dentro do contexto do estado.

Quero também aproveitar para agradecer ao presidente, deputado Gelson Merisio, e aos demais deputados, porque lá tivemos a instalação da Assembleia Legislativa, através da equipe de comunicação da TVAL e da Rádio AleSC Digital, que deu cobertura ao evento. Assim, a todos os nossos agradecimentos.

Deputado Silvío Dreveck, na sexta-feira tivemos o aniversário da Fecoagro, cuja fábrica de adubos tem sua sede na cidade de São Francisco do Sul. A Fecoagro tem sido uma entidade que tem ajudado muito o setor cooperativista do estado de Santa Catarina. A Fecoagro tem sua indústria de fertilizantes, agrega quase todas as cooperativas do estado de Santa Catarina e ajuda a fazer um elo fecundo entre as cooperativas regionais e os produtores.

Deputado Daniel Tozzo, v.exa. que também atua nessa linha e que convive com o setor agrícola sabe que as cooperativas têm feito um grande trabalho agregando e atendendo aos nossos pequenos agricultores.

Assim, quero deixar registrado o aniversário da Fecoagro pela importância que tem no estado de Santa Catarina e no setor cooperativista, uma vez que na linha da fábrica de fertilizantes podemos ter, além de um equilíbrio nos preços, o equilíbrio da qualidade do produto.

Sr. presidente e srs. deputados, não quero tornar-me um crítico, mas tenho visto - e este foi um dos assuntos de que tratamos na reunião de hoje da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa - que o país vive dificuldades em função da falta de credibilidade do homem público. Precisamos ter a consciência de ajudar a punir aqueles que não têm escrúpulos, que fazem do poder público um trampolim para negócios particulares, para

proveito pessoal. Realmente, essas pessoas têm que ser punidas e alijadas da vida pública. Contudo, também temos a obrigação de defender as pessoas justas, as pessoas que zelam por sua função pública, que bem representam suas comunidades, que atendem aos anseios populares.

Ontem, num aparte ao deputado Darci de Matos, falava sobre a questão dos fundos, sobre a questão das emendas. Hoje, na reunião da Mesa Diretora, deputado Neodi Saretta, citei dois municípios da nossa região. E vou referir-me especificamente às emendas parlamentares que beneficiam os municípios de Lindóia do Sul e de Ipumirim.

O município de Lindóia do Sul, que não é administrado por um prefeito do meu partido, teve, deputado Antônio Aguiar, nos últimos oito anos, através de emendas parlamentares, a oportunidade de compor um dos melhores parques de máquinas que uma prefeitura pode ter. Tudo graças às emendas parlamentares de autoria dos deputados Valdir Colatto, Odacir Zonta, Cláudio Vignatti e Celso Maldaner. Já o município de Ipumirim, cujo prefeito também não é do meu partido, recebeu durante esses oito anos, decorrentes de emendas parlamentares, mais de R\$ 4 milhões do governo federal.

A mesma coisa ocorre em relação ao Fundo Social. Se existem distorções de finalidade, fiscalizem, punam os responsáveis, mas não penalizem aqueles que trabalham honestamente, nem bombardeiem um instrumento legítimo de distribuição de recursos públicos como o Fundo Social, pois através dele procurou-se desvincular a receita do estado, coisa que a PEC apresentada pelo deputado Neodi Saretta, que também não é do meu partido, procura fazer, ao retirar do cálculo dos 25% da Educação o pagamento dos inativos. Aliás, acho que isso deveria ser feito em relação a todas as categorias de servidores públicos.

Então, não se deve ser contra o Fundo Social e as emendas parlamentares e as subvenções, devem-se estabelecer critérios, fazer tudo com transparência e atender àquelas entidades que de fato prestam um bom serviço à comunidade.

É nessa linha que devemos começar a discutir, no momento em que o nosso senador Luiz Henrique da Silveira defende a definição de um novo pacto federativo, uma melhor distribuição dos tributos pagos. Está certo o nosso senador, e é preciso que todos os membros do Congresso Nacional defendam essa ideia, no sentido de que os recursos fiquem nos municípios, que a distribuição da riqueza se dê de forma distinta da que ocorre hoje, para que os municípios tenham mais poder. Quando isso ocorrer talvez se possa deixar de contar com o Fundo Social e com as emendas parlamentares. Enquanto isso não ocorre, não podemos jogar tudo na mesma vala, temos que separar o joio do trigo, temos que separar os bons dos maus.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizá-lo pelo tema, deputado Moacir Sopelsa, e dizer que realmente hoje sentimos certo constrangimento em ser deputado, pois jogaram todos na vala comum. E isso não está correto, pois existem deputados do bem, deputados que buscam ajudar a comunidade, deputados que trabalham com dignidade. Acho que aqueles deputados que mancham diariamente a imagem do político

devem ser extirpados, devem ser condenados, ao passo que aqueles que trabalham para melhorar a vida em sociedade, os que trabalham para que os trabalhadores tenham mais emprego, mais saúde e mais educação, devem ser escutados e elogiados.

Concordo com v.exa. e quero parabenizá-lo pelo tema.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Acho que temos que fazer um *mea culpa*, porque muitas vezes a própria classe deixa de zelar pela verdade. Não temos que colocar a culpa neste ou naquele, mas temos que ser responsáveis por construir com lealdade, com seriedade.

Trago um último assunto e quero associar-me ao deputado Sargento Amauri Soares sobre ele. Há um trecho da BR-153, no cruzamento com a BR-282, que vai de Irani a região de Água Doce e Palmas, quase 100km, em que não existe o atendimento de telefonia. Naquela área a telefonia celular não tem alcance e ali se instalou uma verdadeira quadrilha de assaltantes. Os assaltos são feitos aos ônibus de excursões, aos ônibus de linha, aos automóveis e aos caminhões de transporte de cargas.

Quando se privatizou a telefonia, talvez se tenha deixado de lado a questão da segurança em alguns locais, pois são áreas que não dão lucro às empresas de comunicação. Mas essas áreas precisam da cobertura da telefonia celular para que as pessoas possam ter segurança. O deputado Sargento Amauri Soares está certo ao colocar que é necessário um melhor entrosamento entre as Polícias Rodoviárias Estadual e Federal, Civil e Militar dos estados de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença nesta Casa do prefeito Sérgio Luiz Persch, de Bom Jesus do Oeste, e também dos vereadores Jaime Warken e Leandro Weberich, de Cunhataí. Mas também estão presentes nesta Casa os diretores do IGP, drs. José Maurício da Costa Ortiga, Rodrigo Tasso e Giovani Eduardo Adriano, colegas da Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ciro Roza, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - (Passa a ler.)

"Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna desta Casa para saudar a comunidade brusquense, cidade que por força e graça do seu povo teve a oportunidade de gerenciar, na condição de prefeito eleito pela vontade democrática da maioria do povo em três oportunidades distintas.

Brusque, berço da fiação catarinense, comemora 151 anos de fundação no dia 4 de agosto do corrente ano. Assim, nessa data reverencio os pioneiros pela tenacidade e determinação com que marcaram a geografia do vale do Itajaí Mirim. Um povo precioso que há mais de século e meio vem desbravando, povoando e desenvolvendo a cidade que tanto amo.

Primeiramente foram os imigrantes alemães, poloneses e italianos. Posteriormente os seus descendentes. E mais recentemente povos de todas as regiões do Brasil migraram para Brusque, por força das oportunidades de trabalho e crescimento que a cidade oferece.

Preciso ressaltar ainda que o desenvolvimento é uma conquista diária e não existem fronteiras ou limites para alcançar nossos objetivos enquanto tivermos vontade de crescer. Existem, sim, barreiras e desafios a serem enfrentados e vencidos. E isso se tornará possível se a integração harmoniosa estiver sempre presente para solucionar os problemas do dia a dia e para que o ritmo do sucesso de Brusque continue constantemente.

Parabenizamos e agradecemos a todos os brusquenses que diariamente cumprem a sua missão, contribuindo assim com o desenvolvimento do município, buscando sempre novos projetos e aceitando o desafio de fazer mais e melhor. Somente o trabalho permite vencer e crescer na direção do progresso.

Ao completar mais um aniversário, temos a certeza de que o balanço de conquistas de Brusque deixa um saldo positivo através do aprendizado constante utilizado por cada um dos cidadãos brusquenses para dar forma à sociedade que todos desejam.

Desejamos que o aprendizado de cada ano que se comemora na cidade contribua sempre para o bem, para o sucesso de todos aqueles que participam e participaram da atividade e acreditam na construção de um município cada vez melhor.

Parabéns à Brusque, das iniciativas pioneiras. Parabéns ao povo que se dedica e trabalha, mas que também é festivo e alegre.”

Convido, nesta oportunidade, todos para a comemoração que ocorrerá amanhã. A partir das 8h Brusque estará em festa, recebendo não apenas os brusquenses, mas com certeza todos os amigos que tiverem tempo para brindar o aniversário da nossa cidade.

Gostaria de deixar registrada a minha preocupação com relação ao setor têxtil. Foi o setor em que comecei a trabalhar com 12 anos. Nessa idade eu já militava na indústria têxtil. Mas hoje, no Brasil, milhões de famílias estão ameaçadas pelo desemprego, porque o setor industrial que envolve muita mão de obra, não somente o setor têxtil, passou a desempregar.

Percebe-se que o setor produtivo nacional tem pressa no sentido de buscar decisões para que possamos ser competitivos, para garantir o desenvolvimento e o emprego do povo brasileiro. Há sete anos tínhamos um superávit na indústria têxtil de U\$ 300 milhões/ano. Em 2010 tivemos um déficit de R\$ 3,5 bilhões, e os indicadores mostram que em 2012 deveremos alcançar R\$ 5,2 bilhões de déficit. Além disso, a previsão é de que neste ano deixemos de gerar 200 mil empregos no setor de confecção e tecelagem, mas com certeza empregos serão gerados nos países asiáticos.

É claro que a crise que vivemos vem de alguns anos. Inclusive, durante a crise mundial de 2008 alguns setores no Brasil superaram as dificuldades, especialmente a indústria automobilística e a indústria da linha branca, que ao invés de desempregarem e diminuírem a produção, empregaram e aumentaram-na.

Mas o setor têxtil é o que absorve o maior contingente de mão de obra, o que mais emprega. Segundo o BNDES, não existe setor produtivo que gere mais emprego do que a indústria têxtil, ou seja, a tecelagem e a

confecção, justamente os setores que vêm sofrendo muito.

Então, é preciso que se tomem urgentemente medidas cabíveis para podermos não somente ser competitivos, mas garantir pelo menos o mercado interno para a indústria nacional. A demanda por produtos principalmente asiáticos cresceu 16 vezes nos últimos dez anos, haja vista o déficit da balança comercial nos últimos dois anos, que vem-se avolumando num ritmo tão expressivo que passou a assustar os dirigentes brasileiros.

É claro que com a vinda das máquinas inteligentes passou-se a produzir mais, mas na prática isso significa desemprego. Contudo, o mundo globalizado nos impõe ajustar-nos a essa realidade e a não desempregar, mas buscar parceiros no sentido de ser competitivos para desovar o que é produzido no país por esse setor industrial.

Portanto, gostaria de, aproveitando esta oportunidade, parabenizar a Frente Parlamentar Mista e também Fernando Pimentel, diretor superintendente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil); Vicente Donini, presidente do conselho de administração da Marisol; e Marcos Schlöesser, presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem, Malharia e Tinturaria de Brusque e Botuverá, que se mobilizam no sentido de assumir posições que garantam a continuidade da geração de emprego e oportunidades ao povo brasileiro.

Como falei, a globalização é uma imposição e o governo também tem que estar atento, não apenas o governo federal, mas também o governo do estado, no sentido de derrubar determinados custos, de proporcionar, com certeza, a entrada de capital. Mas como essas empresas absorvem um grande número de trabalhadores, é preciso urgentemente tomar uma posição, repensar as parcerias entre o Brasil e a China, pois o subsídio concedido criou condições para que ocorresse mais desemprego neste país.

Hoje há parceira com a China pela sua tecnologia. Lá existe o capital num custo bem inferior ao nosso. Aliás, quase a totalidade do processo de produção é executado na China e o produto vem para o Brasil subsidiado. Aqui ele recebe tão somente os acabamentos ou mesmo a embalagem. Tira-se o subsídio, em vez de sobretaxar, o que faz com que o empresário busque essa parceira, pois ele terá preço para competir no mercado interno. Já aqueles que não têm condições de fazer essa parceria estão fechando as portas e desempregando. Estamos importando e perdendo, além de matéria-prima, mão de obra, energia e transporte, os ganhos sociais gerados pelos impostos e garantindo o emprego do povo chinês.

A China tem cerca de 1,5 bilhão de habitantes. Aquele povo precisa trabalhar, mas temos que disputar em igualdade de condições! É preciso preservar, com certeza, o setor produtivo nacional aplicando, inclusive, sobretaxas, para fazer com que os investidores tenham tranquilidade para trabalhar e gerar riquezas.

Teria muito mais para falar sobre essa questão, mas o farei noutra oportunidade, porque é preciso uma grande mobilização e não apenas do governo federal. É claro que projetos aportaram nesta Casa visando revigorar o setor produtivo. Há também a promessa do governo de encaminhar a esta Casa o Pró-Indústria, não somente para garantir a geração de novos empregos, mas para dar oportunidade de melhores condições para aqueles que estão sendo ameaçados de fechar as portas.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados e deputadas, dizendo que a minha fala vem ao encontro exatamente do que dizia o deputado Ciro Roza a respeito da preocupação com a indústria nacional. Refiro-me ao pacote de medidas anunciado pela presidente Dilma Rousseff, no dia de ontem, que vem recebendo grandes elogios, inclusive em Santa Catarina, justamente porque trata da proteção das nossas indústrias, da nossa economia, a fim de preparar o país para continuar sendo uma potência em desenvolvimento, em crescimento, blindado contra as oscilações e preocupações com o calote da dívida dos Estados Unidos, que tem repercussões mundiais.

Portanto, a nova política industrial lançada pelo governo federal tem o objetivo de apresentar compensações efetivas para o setor industrial contra a valorização do real frente ao dólar, o que afeta a competitividade das indústrias brasileiras no exterior.

Dentre as principais medidas que o governo da presidenta Dilma Rousseff anunciou está a desoneração da folha de pagamento para setores que empregam mão de obra intensiva, com a redução de até 0% na alíquota da Previdência Social. Vale destacar que o déficit da Previdência será compensado pelo Tesouro Nacional. Essa desoneração tributária prevista pelo ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior com as novas medidas é de cerca de R\$ 25 bilhões em dois anos. Além dessa desoneração, teremos a redução do IPI sobre bens de investimentos: mais 12 meses de redução de IPI sobre bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos comerciais leves.

Além da questão tributária, o Plano Brasil Maior também prevê o fortalecimento da indústria nacional através da regulamentação das compras governamentais, garantindo uma margem de preferência de até 25% nas licitações de produtos e serviços nacionais que atendam às necessidades brasileiras.

Portanto, a presidenta Dilma Rousseff está preocupada com a indústria nacional e com a entrada dos produtos asiáticos. O foco é nestes setores: saúde, defesa, têxteis, confecções, calçados, tecnologia da informação e comunicação.

Outro debate muito importante é com relação à inovação. O BNDES vai oferecer uma linha de crédito de R\$ 2 bilhões para ampliar a carteira de inovação este ano. Vou citar a manifestação do presidente da Federação das Indústrias de um dos estados importantes do Brasil, da Bahia. Disse ele: “Trata-se de um esforço para reduzir as perdas que as indústrias têm tido devido à valorização do real e à política mais agressiva dos mercados asiáticos.”

Nesta fala quero reafirmar justamente a preocupação que a presidenta Dilma Rousseff no sentido de proteger os empregos, a economia, as forças produtivas e a indústria nacional, construídos durante décadas pela sociedade brasileira.

Esse projeto prevê, com relação ainda à inovação, ampliar de 13,8 milhões para 40 milhões o número de domicílios urbanos com acesso à internet de banda larga,

reduzindo o seu custo. Sabemos que hoje a internet é um mecanismo fundamental de acesso ao conhecimento e de disseminação da tecnologia e da informação.

Esse projeto prevê também elevar a qualificação dos trabalhadores da indústria de nível médio, que hoje está em 53,7 %, para 65%. Se 65% dos trabalhadores da indústria terão acesso ao nível médio, provavelmente daqui a quatro anos estaremos discutindo, deputada Angela Albino, como esses 65% de trabalhadores com ensino médio vão acessar o ensino superior.

Outro aspecto que é importante destacar é que o Brasil se coloca diante do cenário internacional num momento de muita incerteza. Temos que avançar, atravessar as fronteiras, enfrentar a competição com as demais potências e, ao mesmo tempo, conquistar a liderança tecnológica em setores estratégicos. Por isso a importância do incentivo, da desoneração da folha e, ao mesmo tempo, o apoio no sentido de que os produtos nacionais possam ter um apoio de 25% a mais nas licitações, para competir de forma mais justa e igualitária.

(Continua lendo.)

“O pedido da presidenta é somente um: tolerância zero com importação fraudulenta, triangulação de produtos e pirataria. Vamos defender com denodo e afinco a indústria nacional porque é obrigação do estado brasileiro proteger o parque fabril construído por décadas pelos brasileiros e que agora enfrenta essa competição predatória. Há muitos desafios a ser superados, mas diria que estamos fadados a ser um grande país.”

É este o *slogan* do plano: ‘Inovar para competir. Competir para crescer’. É este o lema do governo federal: ‘País rico é país sem pobreza’. Por isso a nossa presidenta diz ainda, ao lançar esse plano Brasil Maior, que ‘país desenvolvido é país que tem indústria’. E nós vamos defender a nossa indústria.”

Com relação ao Plano Brasil Maior quero dizer que não é que não haja problemas, e esse é o debate que precisamos fazer nesta Casa, senão quem for governo somente apontará as coisas boas e quem não for governo somente apontará os problemas. Queremos fazer um debate maduro, pois o plano tem muitos aspectos positivos, mas, na minha avaliação, há alguns aspectos em que precisamos avançar, ou seja, é preciso avançar no diálogo com as centrais sindicais, que não foram ouvidas como gostariam e que levantam a questão da redução da carga horária, a questão da qualidade de vida do trabalhador e também a necessidade de distribuir melhor a riqueza produzida. Além disso, elas também reivindicam que as empresas que hoje não têm dissídio coletivo, que recorrem à Justiça porque não querem fazer acordo com a categoria de trabalhadores, não devem receber incentivo fiscal.

Acho muito pertinente que as centrais sindicais apoiem o programa, mas digam à presidenta que há necessidade de diálogo para garantir que as empresas que não têm dissídio coletivo, que recorrem à Justiça porque não querem fazer acordo com a categoria de trabalhadores, não sejam incluídas nesse plano.

Esse é o debate que precisamos fazer, que o Brasil está fazendo. Queremos que Santa Catarina também faça. A indústria catarinense está quebrada e a única política que vemos neste estado é a criação de fundos que desoneram a receita para a Educação, para a Saúde, para as prefeituras e ao mesmo tempo concedem incentivos fiscais.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Daniel Tozzo.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Sr. presidente, quero registrar a presença do presidente do Legislativo de Chapecó, vereador Itamar Agnoletto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos nove minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, inicialmente, gostaria de me associar ao pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves no que diz respeito à SC-415, que liga a BR-101 ao porto de Itapoá, mais precisamente o trecho que está em andamento há mais de três anos. De fato, s.exa. tem toda razão quando coloca a necessidade de acelerar aquela obra em função do porto de Itapoá, que foi inaugurado em dezembro próximo passado.

Sabemos do empenho do atual governador, mas é necessário agilizar a solução uma vez que ocorrem não somente prejuízos econômicos como também dificuldades no trânsito do município de Itapoá, pela falta de acesso ao trecho principal.

Por outro lado, s.exa. também abordou a importância do aeroporto de Araquari, que depende de algumas indenizações. Eu iria um pouco mais longe, deputado. Acredito que um dos caminhos que irá permitir que essa construção se concretize é o projeto de origem governamental que aprovamos há alguns dias nesta Casa, alterando a lei da SC Parcerias, transformando-a em SCPar, permitindo maior participação do setor privado como forma de captar recursos.

Não temos dúvida de que se trata de um investimento vital para as regiões norte e nordeste do estado, principalmente se levarmos em consideração os aspectos econômicos do planalto norte, do vale do Itajaí, da Grande Joinville e de todo o estado de Santa Catarina. Contudo, como se trata de um projeto de alto custo, é necessário dar oportunidade para que a iniciativa privada participe, investindo e tornando-o uma realidade.

Então, acredito que a alteração da lei que aprovamos nesta Casa facilitará o acesso dos investidores a esse projeto tão importante e vital para o estado de Santa Catarina, especialmente para a região norte, deputado Kennedy Nunes.

Quero ainda, sr. presidente, repercutir a informação veiculada pela grande imprensa nacional sobre a decisão do governo federal de reduzir a carga tributária de alguns setores produtivos que exportam.

São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre, e mesmo os outros municípios da região, cidades cuja atividade econômica era essencialmente exportadora, sofreram muito durante um longo período em função da crise cambial e muitas empresas não sobreviveram. Mas temos que ressaltar que as empresas que conseguiram sobreviver vão ser beneficiadas, sim, com a decisão da presidente Dilma Rousseff de diminuir a carga tributária sobre a folha de pagamento, permitindo também que a micro e pequena empresa tenham um prazo maior para pagar o empréstimo de capital de giro - passou de 24 para 36 meses - e reduzindo a taxa de juros. Tudo isso vai

amenizar os problemas que as empresas vêm sofrendo e é um alento para os exportadores.

São medidas pontuais, é verdade, e somente serão beneficiados o setor moveleiro, o setor calçadista e o setor têxtil. Mas temos que continuar trabalhando, como vêm fazendo, há quase três anos, a classe empresarial, a classe política e as entidades de classe, porque foi um trabalho conjunto e articulado. Nesta Casa mesmo vários parlamentares trabalharam nesse sentido, assim como os deputados federais e os senadores. Além disso, participamos de várias audiências em Brasília e em Florianópolis com o setor moveleiro, com o setor calçadista e com o setor têxtil. Enfim, por conta de todas essas ações houve o convencimento do governo federal no sentido de amenizar o custo dos impostos dos setores industriais exportadores.

É claro que as medidas tomadas pela presidente da República ainda estão longe de permitir uma maior competitividade à indústria nacional por conta do desequilíbrio cambial, notadamente do dólar. Mas, de qualquer forma, já é um alento aos nossos empresários.

Sr. presidente, é bom lembrar que o governo do estado está prestes a encaminhar a este Parlamento um projeto de lei, deputado Moacir Sopelsa, criando um programa voltado à micro e pequena empresa, beneficiando-a com uma taxa de juros zero! Isso é importante ressaltar porque o microempreendedor individual terá a oportunidade de utilizar recursos através do governo do estado, devolvendo em 12 meses sem juros e sem correção monetária, desde que faça o pagamento em dia.

Quando o governo toma a decisão de dar essa oportunidade ao microempreendedor individual, não cobrando juros, não cobrando correção monetária, apenas o retorno do capital, temos que reconhecer que isso vai propiciar o desenvolvimento da economia e, ao mesmo tempo, a geração de emprego e renda, que é o que temos sempre defendido nesta Casa.

Então, o nosso reconhecimento ao governo do estado pela iniciativa, que faz parte do seu plano de governo, lembrando que dentro em breve dará entrada neste Parlamento um importante projeto de lei.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. parlamentares, primeiramente quero saudar o deputado Kennedy Nunes, que está muito alegre e quem acessa o *Twitter* sabe a razão da sua alegria.

Mas assomo à tribuna para fazer dois apontamentos: hoje, a comissão de Finanças recebeu o secretário e os técnicos da Fazenda, a fim de que apresentassem alguns números preliminares sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e sobre a execução orçamentária de Santa Catarina no quadrimestre. Alguns números são bastante significativos, como, por exemplo, os relacionados à dívida pública, os que mostram a maior possibilidade de pagamento da dívida pública e o crescimento, mesmo insignificante, da arrecadação.

Entretanto, sr. presidente, para nós soou um alarme, em virtude de alguns indicadores que gostaria de partilhar com v.exas. e um deles está relacionado à Educação, mas que atinge também a Saúde.

Segundo dados trazidos pelo secretário, no quadrimestre o governo do estado de Santa Catarina aplicou 21,89% do seu Orçamento em educação. Embora seja apenas uma avaliação sobre um quadrimestre, isso acende para nós a luz amarela, porque, segundo o Tribunal de Contas de Santa Catarina, no exercício anterior o governo aplicou apenas 21,5% em educação.

É claro que há que se destacar, segundo a fala do secretário, um aumento nos números absolutos de R\$ 751 milhões para R\$ 776 milhões no mesmo quadrimestre, comparando quadrimestres de 2010 e 2011. Além disso, o secretário mencionou que foi um momento do governo em que houve uma contenção da execução orçamentária.

É interessante ainda dizer que ao menos nenhum desmentido foi feito pelo governo e na imprensa se veiculava que o governo pretendia economizar R\$ 1 bilhão no primeiro quadrimestre. Na verdade, esse valor não foi alcançado, esse valor não foi economizado como saiu na imprensa, trata-se somente do valor de contenção da execução orçamentária. O governo alcançou a cifra de R\$ 900 milhões não gastos, digamos assim, mas acumula uma dívida de restos a pagar do exercício de 2010 de R\$ 1,8 bilhão, que é um dado também necessário conhecer e que o governo, por uma questão de lealdade, deveria dizer com a mesma retumbância que disse que iria economizar um R\$ 1 bilhão.

A nossa preocupação também é com os limites prudenciais do estado de Santa Catarina, mas como o tempo é escasso abordarei essa questão noutra oportunidade.

Agora quero referir-me à primeira reunião do Fórum de Gestores de Cultura, que aconteceu na segunda-feira e na terça-feira, na cidade de Fraiburgo, quando foram tomadas importantes decisões para juntar os gestores de cultura de Santa Catarina e debater o Sistema Nacional de Cultura.

Eu, como integrante da Frente Parlamentar de Defesa da Cultura, proponente, inclusive, dessa frente nesta Casa, estive presente, e uma das reivindicações que se faz é que a verba que vai para os municípios possa ser uma verba carimbada, uma verba que vá efetivamente para a cultura, pois hoje vai para o cofre geral dos municípios e não é aplicada nesse setor.

Por último, quero dizer que vamos também, na Frente Parlamentar de Defesa da Cultura, buscar trazer para Santa Catarina uma audiência da CPI do Ecad. Há em todo o Brasil queixas sobre o comportamento do Ecad, inclusive de extrapolar as suas funções. Sabemos que a legislação que regula o Ecad é federal e que não nos cabe fazer uma CPI sobre isso, mas podemos trazer para Santa Catarina a CPI da Câmara Federal, para ouvir o setor cultural e as pessoas que estão sendo emparedadas pelo Ecad. Temos a convicção de que a nossa frente parlamentar vai desempenhar um grande papel ao trazer a CPI do Ecad a Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, solicito a v.exa., se possível, que seja feita a inversão da pauta de votação, deixando os vetos por último, visto que o quórum ainda está baixo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Elizeu Mattos, os vetos não serão deliberados hoje. Vamos reincluí-los na pauta de amanhã e tratar hoje dos projetos.

Inicialmente, se houver a concordância dos srs. líderes, votaremos o Projeto de Lei n. 0266/2011, que autoriza a cessão do uso de imóvel no município de Florianópolis para instalação de unidade de educação infantil (Escola Básica Celso Ramos).

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0266/2011, de procedência governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (instalação de uma unidade de educação infantil.)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado em turno único o PL n. 0266/2011.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0006/2011, de autoria do deputado Darci de Matos e outros, que altera e acrescenta dispositivos à Seção II do Capítulo III do Título IX da Constituição do Estado de Santa Catarina (ensino superior).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão a admissibilidade.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, para discutir.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, é claro que neste momento estamos deliberando apenas a admissibilidade da PEC, mas quero destacar ao deputado Darci de Mattos que o ensino técnico profissionalizante em Santa Catarina carece de investimentos e entendemos que é muito positiva também a viabilidade de bolsas de estudo.

No entanto, o art. 171 da Constituição Estadual, que levou quase 19 anos para ser regulamentado por lei complementar que, inclusive, é da autoria do ex-deputado Pedro Uczai, já garante um recurso pequeno para bolsas de estudo aos alunos das universidades.

Dessa forma, entendemos que é preciso criar outros mecanismos, outras fontes de recursos, para contemplar essa demanda que é justa e também necessária.

Vejam bem, não somos contrária à viabilização de recursos ao ensino técnico e profissionalizante. No entanto, entendemos que há um pedido, acredito que para os 40 deputados, no sentido de que destinemos mais recursos ainda às bolsas de estudos para os alunos das universidades. E esse projeto prevê exatamente mexer nesse recurso e diminuir o número de bolsas aos alunos do ensino superior.

Então, queremos fazer o debate nas comissões para que possamos encontrar outras fontes de recurso e garantir, dessa forma, bolsas de estudo aos alunos do ensino técnico profissionalizante, porém sem que os alunos do ensino superior percam com isso.

Era isso o que gostaria de lembrar aos srs. deputados.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, a pedido do deputado Darci de Matos quando da apresentação da PEC, subscrevi o projeto a fim de viabilizar a sua tramitação de acordo com o Regimento Interno desta Casa.

No entanto, quero lembrar, e faço isso publicamente, que pela sua natureza esta PEC tramita tão somente na comissão de Constituição e Justiça, ou seja, não passa nas comissões de mérito.

Então, gostaria de ter o compromisso do deputado Darci de Matos de que no âmbito da comissão de Constituição e Justiça fosse realizada uma audiência pública sobre o tema, para que as entidades do movimento estudantil, as entidades que hoje são contempladas tanto pelo art. 170 quanto pelo art. 171 da nossa Constituição, fossem ouvidas.

Portanto, peço que seja firmado esse compromisso neste momento, a fim de que possamos apreciar de forma mais ampla o projeto de autoria do deputado Darci de Matos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o deputado Darci de Matos, para discutir.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero fazer algumas observações. Em primeiro lugar, o meu projeto propõe uma intervenção no art. 171 e não no art. 170. Então, somente para contextualizar, o art. 171 foi um dispositivo criado pelo então governador Luiz Henrique da Silveira, regulamentado por esta Casa e segundo o qual todas as empresas que têm benefícios fiscais no estado depositam 2% do seu faturamento no fundo que foi constituído especificamente para esse fim. Esse fundo começou, deputado Moacir Sopelsa, timidamente, há alguns anos, com R\$ 2 milhões e foi crescendo; hoje já está com R\$ 15 milhões e daqui a quatro ou cinco anos vai chegar a R\$ 40 milhões. Esses recursos são distribuídos da seguinte forma: 10% para a Udesc, 20% para pós-graduação e mestrado, 20% para ensino e pesquisa, 30% para bolsas de estudo normais para qualquer curso e 20% para bolsas de estudo para formação de professores.

Hoje já disponibilizamos, através do art. 170, R\$ 40 milhões para o ensino superior. Parabéns! Santa Catarina é o único estado do Brasil que faz isso através da sua Constituição! Estamos disponibilizando ainda R\$ 15 milhões para o ensino superior em decorrência da Lei Jorginho Mello. Muito bem, esta Casa aprovou! E estamos disponibilizando mais R\$ 15 milhões, do art. 171, para o ensino superior. Ótimo! E para o ensino técnico, estamos disponibilizando quanto? Zero, nenhum real! Isso é justo? É claro que não é justo, é irracional! O Brasil tem um milhão de vagas de emprego abertas por falta de formação de mão de obra!

Então, a nossa proposta é abrir o art. 171, cujo fundo está crescendo, para que dos R\$ 25 milhões previstos sejam aplicados

somente R\$ 5 milhões, deputado Reno Caramori, no ensino técnico. Esse é o nosso desejo e essa é a nossa bandeira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a admissibilidade da PEC n. 0006/2011.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0152/2011, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso imóvel no município de Ituporanga (instalação do Samu).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0155/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Pinhalzinho (prestação de serviços de saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0158/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Caxambu do Sul (prestação de serviços de saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0164/2011, de procedência governamental, que altera o art. 8º da Lei n. 15.433, de 2010, que estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2011.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0210/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de imóveis no município de Chapecó (regularização da ocupação).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0283/2011, de origem governamental, que altera a Lei n. 13.334, de 2005, que institui o Fundo Social, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da Constituição Federal.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0178/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Bom Samaritano - ABBS -, de Joaçaba.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0193/2011, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que declara de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente Morro dos Quadros - ACBMQ -, de Palhoça

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0201/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari, que declara de utilidade pública a Associação Tubaronense Doce Idade de Apoio à Cidadania na Terceira Idade - ATDIAC -, do município de Tubarão.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0205/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira, que declara de utilidade pública a Associação Recreativa e Esportiva Futsamba, de São José.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0224/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari, que declara de utilidade pública o Grupo Folclórico Açoriano São Luiz Gonzaga, de Garopaba.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0225/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária da Encantada, de Garopaba.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0227/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que declara de utilidade pública o Centro de Apoio às Crianças Carentes de Araquari.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0229/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação Parkinson Santa Catarina, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0230/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares - Regional Santa Catarina - Abraz/SC, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0239/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que declara de utilidade pública o Grupo Amigo Bicho, do município de São Miguel d'Oeste.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0240/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Rua Governador Jorge Lacerda e Transversais, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0248/2011, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Criciúma.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0250/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira, que declara de utilidade pública o Centro Regional de Recuperação e Reabilitação de Dependentes Químicos de Presidente Getúlio.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0262/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que declara de utilidade pública a Associação Jaguarunense de Atletas e Amigos do Jiu-Jitsu Brasileiro - Asi Ajiu-Jitsu -, com sede no município de Jaguaruna.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0276/2011, de autoria do deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública o Lar das Meninas Casa do Caminho, no município de Campos Novos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0358/2010, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Associação Ecochannel, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0259/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que altera

a Lei n. 11.809, de 2001, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de São Miguel d'Oeste (nova denominação: Associação de Bombeiros Comunitários de São Miguel d'Oeste).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0375/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que altera a Lei n. 12.152, de 2002, que declara de utilidade pública a Associação Empresarial dos Fotógrafos Profissionais de Santa Catarina, com sede em Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência consulta os srs. líderes se podemos encerrar a presente sessão e convocar outra, extraordinária, para a votação da redação final das matérias.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, é visível que há quórum. Assim, creio que há condições de deliberar sobre os vetos e dar esse assunto por encerrado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Manoel Mota, vou consultar os srs. líderes. Se eles decidirem pela votação hoje, não haverá dificuldade de fazê-lo, pois as mensagens de veto constam da pauta.

Portanto, consulto os srs. líderes para saber qual é o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, penso que amanhã será muito mais difícil. Estou de pleno acordo em votarmos os vetos hoje, uma vez que há quórum suficiente.

(Os demais líderes aquiescem.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Já que todos concordam, vamos deliberar os vetos hoje.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h25, para votarmos as redações finais dos projetos aprovados em turno único, o segundo turno da demais e também as mensagens de veto que constam da pauta.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 021ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h05, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

Sumário

Ordem do Dia

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discute projeto, de sua autoria, que institui a obrigatoriedade diária de divulgação de fotos de crianças desaparecidas nos noticiários de TV e jornais sediados em Santa Catarina.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha voto pela manutenção do veto ao PL n. 0194/2009.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discute projeto, de sua autoria, que institui a Política de Atenção à Saúde dos Portadores de Deficiência Auditiva Usuários da Linguagem Brasileira de Sinais.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha voto favorável à derrubada do veto ao PL n. 0136/2011.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha voto pela manutenção do veto ao PL n. 0606/2009.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha voto pela manutenção do veto ao PL n. 0163/2011.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Solicita a retirada da Mensagem n. 0181/2011, da pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha voto pela manutenção do veto ao PL n. 0113/2010.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Aborda o problema dos roubos a veículos de transporte no estado.

DEPUTADO DANIEL TOZZO (pela ordem) - Parabeniza o deputado Maurício Eskudlark pelo pronunciamento.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Registra a realização da Festa do Colono, em Turvo; registra a presença do prefeito de Içara e sua equipe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Consulto os senhores líderes se podemos deliberar as redações finais em bloco. (As lideranças acquiescem.)

Com a aquiescência dos srs. líderes, vamos deliberar em bloco a redação final dos seguintes projetos de lei:

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0266/2011, 0152/2011;

0155/2011; 0158/2011; 0164/2011;
0210/2011; 0283/2011; 0178/2011;
0193/2011; 0201/2011; 0205/2011;
0224/2011; 0225/2011; 0227/2011;
0229/2011; 0230/2011; 0239/2011;
0240/2011; 0248/2011; 0250/2011;
0262/2011; 0276/2011 e 0358/2010.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0259/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que altera a Lei n. 11.809, de 2001, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de São Miguel d'Oeste (nova denominação: Associação de Bombeiros Comunitários de São Miguel d'Oeste).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0375/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que altera a Lei n. 12.152, de 2002, que declara de utilidade pública a Associação Empresarial dos Fotógrafos Profissionais de Santa Catarina, em Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0123/2011, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0194/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que institui a obrigatoriedade diária de divulgação de fotos de crianças desaparecidas nos noticiários de TV e jornais sediados em Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sras. deputadas e srs. deputados, quero pedir a atenção dos senhores e das senhoras para analisarmos esse projeto, deputada Dirce

Heiderscheidt, que é de extrema importância para muitas mães e muitos pais, a fim de solucionar muitos casos de desaparecimento de crianças no estado de Santa Catarina.

No Brasil, senhoras e senhores, dos casos registrados de crianças e adolescentes desaparecidos, atualmente, apenas neste ano, existe um percentual de 10% a 15% que permanece sem solução, vitimando várias crianças e adolescentes e também causando transtornos para mães e pais por um longo período de tempo e, às vezes, muitos desses casos não são resolvidos.

Visando dar visibilidade a essa problemática, a secretaria Especial de Direitos Humanos, desde o ano de 2002, constituiu uma rede nacional de identificação, de localização de crianças e adolescentes desaparecidos, com o objetivo de criar e articular serviços especializados e atendimento ao público, coordenando um esforço coletivo no âmbito nacional para a busca dessas crianças e adolescentes desaparecidos.

Hoje, temos cadastrados no site, em nível de Brasil, 1.247 casos de crianças e adolescentes desaparecidos em nosso país. Desde a criação desse programa em nível nacional, já foram solucionados, já foram devolvidos às famílias 725 crianças e adolescentes que estavam desaparecidos.

Constatou-se que uma das causas mais comuns do desaparecimento de crianças e adolescentes são os conflitos familiares. A criança ou adolescente briga com o pai ou com a mãe, acaba saindo de casa e desaparecendo, muitas vezes até pelo tráfico de crianças.

Nessa luta, os meios de comunicação podem exercer um papel decisivo na solução desses casos. Verificamos que fotos de crianças ou adolescentes desaparecidos divulgadas através dos meios de comunicação, possibilitam a solução desse problema. Precisamos possibilitar que os meios de comunicação, além dos interesses econômicos, também exerçam sua função social, dando essa contrapartida à sociedade. Não custa nada, diariamente, as redes de TV e jornais sediados em Santa Catarina apresentarem fotos de crianças e adolescentes desaparecidos em nosso estado ou em outro estado do Brasil. Isso possibilitaria à sociedade a percepção de que estamos atentos a esse tipo de crime hediondo.

Através desse projeto, de nossa autoria, estaremos dando uma enorme contribuição à sociedade na solução de dramas familiares que destroem lares, vidas e sonhos. Esse projeto não traz nenhum ônus ao governo do estado, nenhum ônus a esta Casa e possui um alcance social imensurável.

Gostaria que, neste momento, as sras. e os srs. parlamentares se colocassem na posição de um pai ou de uma mãe que chora pelo desaparecimento de um filho, seja ele criança ou adolescente. Tenho certeza de que os meios de comunicação podem fazer esse papel social, apresentando diariamente fotos de crianças desaparecidas. Imaginem o desespero e o drama desses pais e mães em sofrimento absoluto e que desejam que a

sociedade e este Parlamento lhes deem a oportunidade de ter esperança de um dia o seu filho ou sua filha voltar para casa. Eles podem estar desaparecidos neste momento, mas, tenho certeza de que com as fotografias divulgadas através de jornais impressos e dos canais de TV, esses desaparecimentos podem ser solucionados.

Por isso, peço aos srs. deputados a derrubada do veto do sr. governador do estado porque esse projeto não gerará ônus algum ao governo do estado de Santa Catarina. Pelo contrário, ele terá lucro porque poderemos proporcionar alegria a essas famílias que estão sofrendo o desaparecimento de um filho.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, não pretendo discutir o mérito do projeto de autoria da deputada Ana Paula Lima, mas, sim, a natureza do veto governamental, porque essa matéria envolve o serviço de telecomunicações, concedido pela União, e não cabe a este Parlamento criar matéria dessa natureza.

Sem discutir o mérito, deputada Ana Paula Lima, e dentro do parecer da Procuradoria-Geral do Estado que o considera inconstitucional, o nosso encaminhamento é pela manutenção do veto. Votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A votação será secreta por processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim", mantêm o veto, os que votarem "não", rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim" e 11 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação da Mensagem n. 0136/2011, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0310/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que institui a Política de Atenção à Saúde dos Portadores de Deficiência Auditiva Usuários da Linguagem Brasileira de Sinais - Libras.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, vou fazer mais um esforço para sensibilizar os nobres colegas, pois, infelizmente, não conseguimos derrubar o veto oposto pelo governador ao Projeto de Lei n. 0194/2009.

Deputado José Nei Ascari, v.exa. que criou o Fórum Parlamentar em Defesa do Portador de Deficiência, com certeza há de se

sensibilizar com o nosso projeto, que teve origem na necessidade dos portadores de deficiência auditiva do nosso estado.

O IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - revela que no Brasil existem 24,5 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde a 14,5% da população brasileira. O nosso projeto tem a intenção de contribuir para a melhoria da assistência à saúde do portador de deficiência auditiva, que não consegue comunicar-se, por exemplo, num hospital ou num posto de saúde. Assim, visa proporcionar a capacitação dos profissionais que prestam serviço em saúde com a utilização e a prática da Linguagem Brasileira de Sinais - Libras - no atendimento de portadores de deficiência auditiva, estabelecendo um vínculo de confiança entre aquele que está sendo atendido e o profissional.

Assim, sr. presidente e srs. deputados, peço a derrubada do veto.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, encaminho o voto "sim", visto que o presente projeto cria empregos e obrigações financeiras para o estado.

Além do mais, trata-se de um projeto autorizativo e esta Casa já tomou uma decisão a respeito dele. Assim, o nosso encaminhamento, portanto, é pela manutenção do veto.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O painel eletrônico está aberto.

Quem votar "sim" mantêm o veto e quem votar "não" derruba-o.

(Procede-se à votação secreta pelo processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim" e 11 votos "não".

Está mantido o veto.

Esta Presidência gostaria de registrar a passagem do aniversário do deputado Manoel Mota, que está completando 70 anos, a quem deseja felicidades em nome de todos os srs. parlamentares.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0165/2011, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0606/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Ensino Projeto Jovem e Idoso na rede pública estadual e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será secreta por processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, apenas quero dizer à deputada Ana Paula Lima, que mesmo sendo de autoria de deputado da base do governo, o projeto é autorizativo. Por isso, vamos encaminhar pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 32 srs. deputados.

Tivemos 23 votos "sim" e nove votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0179/2011, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0163/2011, de procedência governamental, que altera a Lei n. 13.334 de 2005, que institui o Fundo Social, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da Constituição Federal.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos, parece-me que se trata do governo vetando o governo.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, acabamos de aprovar o Projeto de n. 0164, que regulariza a questão do conselho do fundo. O projeto, que é de origem governamental, mudou a gestão do fundo para a Casa Civil e o conselho continuou na Fazenda. Por isso foi vetada essa parte do conselho que já foi regularizada e votada nesta tarde, aqui nesta Casa. Portanto, peço a manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vale para Oposição também, deputado? (risos)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", rejeitam-no.

A votação será secreta por processo eletrônico.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 33 srs. deputados.

Tivemos 28 votos "sim" e cinco votos "não".

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu vou solicitar a retirada da Mensagem n. 0181/2011, porque há uma dúvida e estamos discutindo com o deputado autor do projeto. Se assim entender, v.exa. poderia pedir a retirada desta mensagem de veto da pauta desta sessão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência obedece a deliberação dos srs. líderes. Se houver acordo dos líderes, será retirada de pauta, senão, já está inclusa, não há como ser retirada unilateralmente.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, tenho uma dúvida. Se quiserem deliberar podemos deliberar, mas acho que é um projeto que poderíamos retirar da pauta, somente por uma questão de dúvida, aqui, na questão do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sr. deputado Elizeu Mattos, como não houve acordo de líderes pela retirada, a Mensagem n. 0181/2011 será deliberada.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0181/2011, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0015/11, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que dispõe sobre a presença obrigatória do Corretor de Seguros ou de seu representante legal em todos os estabelecimentos que comercializam seguros, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 33 srs. deputados.

Tivemos 14 votos "sim" e 19 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0182/2011, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0113/2010, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a Lei n. 7.543, de 1988, que institui Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será secreta por processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim", mantêm o veto, e os deputados que votarem "não", rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sem discutir o mérito do projeto, peço a manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está encerrada a votação.

Votaram 33 srs. deputados.

Colho o resultado.

Temos 25 votos "sim", oito votos "não".

Está mantido o veto.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0405/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0406/2011, de autoria do deputado Reno Caramori, 0407/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, 0408/2011, de autoria do deputado Ciro Roza, 0409/2011 e 0410/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0411/2011 e 0412/2011 de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0413/2011 e 0414/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, conforme determina o Art. 204 do Regimento Interno.

Comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 0954/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0955/2011, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0956/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0958/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0960/2011, 0961/2011; 0962/2011; 0963/2011; 0964/2011; 0965/2011; 0966/2011 e 0967/2011 de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0968/2011 e 0969/2011 de autoria do deputado Maurício Eskudlark, 0970/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0971/011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0972/2011, de autoria do deputado Daniel Tozzo; 0959/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Moção n. 0060/2011, de autoria da Bancada do PP, a ser enviada ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando a sanção do Projeto de Lei Complementar n. 0027/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0061/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à presidente da República, ao ministro da Educação, à ministra da secretaria das Relações Institucionais e ao Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando apoio na ação de federalização da Fundação Universitária de Blumenau, e pela agilidade na votação do Projeto de Lei n. 7287/2010, que cria a Universidade Federal do Vale do Itajaí em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0100/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da saúde, solicitando informações sobre o concurso destinado a selecionar pessoal para vagas do quadro da Secretaria da Saúde, considerando o Edital n. 001/2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0095/2011, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da saúde, solicitando informações sobre fila de espera para protetização auditiva no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0096/2011, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da saúde, solicitando informações sobre a quantidade de usuários atendidos pelo Programa de Oxigenoterapia Domiciliar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0097/2011, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da saúde, solicitando informações sobre fila de espera para transplantes no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0098/2011, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da saúde, solicitando informações sobre fila de espera para protetização ortopédica no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, realizamos, hoje pela manhã, uma reunião da comissão de Segurança Pública para tratar da criminalidade envolvendo principalmente o roubo a veículos de transportes no estado de Santa Catarina. Estava presente o presidente da Federação do Transporte de Santa Catarina, o presidente dos Empresários do Transporte de Passageiros e vários segmentos representados, inclusive alguns proprietários de

empresas que foram vítimas de roubos ocorridos em nosso estado.

As pesquisas têm demonstrado que a população tem optado pelo transporte aéreo no Brasil, o aumento é significativo. Há alguns dias li uma matéria dizendo que tivemos uma redução em torno de 30% no transporte rodoviário em nível de Brasil. E tivemos 131% de aumento no transporte aéreo no nosso país.

Então, esses transportadores, além dos vários fatores que privilegiam o transporte aéreo no Brasil, ainda têm contra si a preocupação da criminalidade. E o oeste do estado, principalmente a região de Irani - e vejo no plenário o prefeito Odilson Vicente de Lima, de Campo Erê, que conhece bem a BR-153 -, mais especificamente no entroncamento com a BR-282, na região de Ponte Serrada e Água Doce, que tem dificuldade com o sinal de telefonia celular, é a área preferida para ataques e assaltos, sendo que as vítimas são os caminhões de transporte, os ônibus e outros veículos de transportes de passageiros.

Tivemos a desarticulação por parte da Polícia Civil da região, um trabalho que iniciou na cidade de Araranguá, conduzido pelo delegado André Mendes, que culminou com a prisão de pessoas de vários estados, de várias cidades, que estavam envolvidas em crimes contra o transporte de cargas e passageiros.

Mas a preocupação desse segmento produtivo do nosso país é muito grande. Nós estivemos na cidade de Tubarão, na Associação Comercial e Industrial, onde ocorreu uma reunião a respeito deste assunto, deputado Daniel Tozzo, e também em São Paulo, na Assembleia Legislativa, houve uma audiência pública para tratar desse assunto.

O Brasil tem perdido em seis meses aproximadamente R\$ 900 milhões em roubos de transportes de carga e de transportes de passageiros no país.

A audiência foi produtiva. Esteve presente o delegado Aldo Pinheiro D'Ávila, delegado-geral de Polícia. E por proposição dos nossos deputados a audiência foi presidida pelo deputado Sargento Amauri Soares. Estiveram presentes a deputada Luciane Carminatti e os deputados Ismael dos Santos e Reno Caramori.

Entendo que foi produtivo esse relatório que será encaminhado ao secretário da Segurança. Já ficou definida uma nova audiência com a participação do estado do Paraná e de representantes do estado do Rio Grande do Sul, inclusive, o presidente da federação dos transportes, Pedro Lopes, que estava viajando a Minas Gerais para tratar de outra reunião sempre nesse sentido em defesa dos trabalhadores e dos empresários do ramo de transportes do nosso estado.

É muito pertinente essa preocupação, e o estado tem que investir nessa área, tem que produzir e proteger esse segmento produtivo do nosso país.

Infelizmente, não tivemos a participação de representantes das Polícias Rodoviária Federal e Militar, que também foram convidados e não compareceram. Mas entendemos que foi produtivo. Há uma mescla de conhecimentos nessas reuniões de pessoas ligadas ao ramo de transportes e de pessoas ligadas à segurança. E com tudo isso é sempre possível evoluir.

Outras audiências já estão agendadas e isso é importante. Chegamos à reunião com algumas divergências no número de vítimas e de ocorrências, porque muitas dessas ocorrências acabam indo para a delegacia, outras são comunicadas à Polícia Militar, outras à Polícia Rodoviária Federal, e

algumas não têm registro. Quando há um roubo, por exemplo, num veículo de transporte de passageiros, às vezes é feito um registro e às vezes 30 passageiros fazem o registro daquela ocorrência.

Então, por isso, é importante que haja esse debate para proteger esse segmento da economia catarinense. Como já disse, a reunião foi muito produtiva, foi importante, mas é importante também que mais deputados participem da próxima reunião agendada, para que essa discussão possa evoluir e melhorar Santa Catarina, para podermos manter os bons níveis de segurança de nosso estado em nível de Brasil.

Pela divulgação dos índices de homicídios deste ano, pudemos perceber que eles se mantêm mais ou menos; de 2002 para cá o estado conseguiu controlar o nível de homicídios. Este ano, nos primeiros seis meses em comparação com o ano de 2010, houve uma redução de 2%. Isso é importante, pois se não conseguirmos reduzir mais, que é o nosso objetivo, que é o objetivo de Santa Catarina, bastará mantermos esses índices que estão dentro dos índices que acompanham os países de primeiro mundo.

A segurança em Santa Catarina é boa, tem apresentado bons resultados, que têm que ser mantidos, vem apresentando resultados positivos há alguns anos, e isso é importante para o desenvolvimento do estado.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Quero cumprimentar v.exa. pelo excelente pronunciamento, tendo em vista que é uma notícia que alegre, sim, todos os empresários do setor de transportes, principalmente. Minha família faz parte desse segmento e não poderia deixar de registrar e parabenizá-lo pela atitude.

Acredito que essa integração do pessoal envolvido com segurança, de profissionais que trabalham nessa área, dos deputados, do governo e dos empresários, com certeza traz um debate muito rico e certamente ações muito produtivas serão tomadas com mais velocidade.

Então, não podia deixar, em nome de todos os empresários do transporte, de lhe parabenizar e registrar esse momento nesta Casa.

Obrigado e parabéns, deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, ilustre deputado Daniel Tozzo, é muito importante a manifestação de v.exa. E como falamos, os crimes contra o transporte de cargas no país causam um prejuízo financeiro muito grande. E os crimes contra o transporte de passageiros é uma violência imensurável, porque nós temos casos de disparo de arma de fogo; temos casos de passageiros serem constrangidos a ficar em roupas íntimas, muitas vezes sem roupa, e serem colocados nos bagageiros dos ônibus; temos casos de ficarem horas à mercê de ameaças e de muitos constrangimentos.

Temos também roubos a empresários que vão fazer compras em outros estados, roubos a passageiros de excursões. Tivemos casos, infelizmente, de roubo contra ônibus lotado de estudantes universitários; então, a sociedade tem sofrido muito com esse tipo de crime.

Fica aqui a sugestão ao delegado-geral de Polícia da criação, junto à Deic, de um departamento, uma diretoria, que possa tratar diretamente desse assunto, porque hoje os

fatos ficam registrados nas diversas delegacias onde os crimes ocorreram e não há uma centralização dessas informações. Nem os próprios empresários, quando precisam de um apoio, de uma orientação, têm a quem se dirigir. E como tivemos um implemento de quase 200 delegados nos últimos três anos, de quase 900 policiais, vemos que é possível, sim, criar uma diretoria, criar um departamento que venha tratar desse assunto.

Então, vejo que hoje é possível. O delegado-geral, Aldo Pinheiro D'Ávila, nosso colega e amigo, levou essa sugestão, e vai estudar a viabilidade, mas eu sei que Santa Catarina pode capitanear esse processo em defesa de um projeto que é de interesse de toda comunidade.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, sr. deputado Maurício Eskudlark.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, assomo à tribuna para fazer um convite aos eminentes deputados e a sociedade do sul de estado para participar, nos próximos dias, de uma das maiores festas da agricultura no município de Turvo, sul de Santa Catarina.

Acho que em Santa Catarina não existe nada como a Festa do Colono de Turvo que ocorre de dois em dois anos. A rainha e as princesas fariam o convite à sociedade durante a sessão, mas infelizmente as duas princesas tiveram que viajar para fazer prova na universidade em Criciúma. Entendemos o imprevisto e assim fazemos o convite.

Amanhã, vou trazer os convites para distribuir aos parlamentares. Quero convidar toda a região a participar para que sintam o que significa o potencial de uma região sem limites na agricultura. O município é o maior produtor de arroz irrigado de Santa Catarina e do Brasil. Vamos comemorar, eminente deputado Valmir Comin, com esse grande evento, a Festa do Colono de Turvo.

Também fazemos parte daquela região, mesmo sendo de Criciúma, e estamos immanados na região sul do estado até pelo mandato e os compromissos para com toda aquela região. Entendemos que é uma festa muito importante, uma festa grande, uma festa que traz e mostra o potencial que temos no sul do estado.

Por isso, temos a convicção de que lá iremos encontrar ótimos expositores, pelo potencial da região na área empresarial. Estarão lá grandes expositores de máquinas agrícolas e muitos outros que fortalecerão cada vez mais essa grande festa. E será o maior encontro entre Araranguá e Arroio do Silva, porque lá acontece o maior evento do mundo de caminhão e trator. Não existe outro na região. A corrida de trator é famosa e com certeza o eminente deputado Valmir Comin estará ajudando, entregando os prêmios para os campeões.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento levantado sobre a Festa do Colono de Turvo e a corrida de caminhões, no município de Arroio do Silva.

Turvo é o município que detém o maior número de máquinas e equipamentos

agrícolas por metro quadrado utilizado na agricultura do Brasil. Realmente, dos mais de 140.000ha de arroz irrigado do país, praticamente 55% estão no sul do estado.

Turvo concentra uma demanda muito grande de produtores na área da rizicultura e, principalmente, agora, com o advento da liberação de recursos para a desapropriação da barragem de Areia Branca, que vai alagar aproximadamente 500ha, teremos a garantia do abastecimento de água para a população, também para a rizicultura, a piscicultura, aumentando o potencial turístico.

Então, é preciso enaltecere a participação efetiva do povo ordeiro e trabalhador deste município, onde o prefeito, o nosso amigo Ronaldo Calessi, vem desempenhando uma grande administração. Há a participação efetiva de segmentos organizados, equipes com o espírito do voluntariado. As entidades que participam, confraternizam e coroam esse evento de êxito. Foi assim em todas as festas que já aconteceram e não vai ser diferente na próxima.

Parabenizo v.exa.!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero cumprimentá-lo, deputado, e incorporo as suas palavras ao meu pronunciamento, que com certeza vem trazer uma visão mais positiva daquilo que se pretende.

Hoje, o prefeito Ronaldo Calessi desenvolve uma grande administração em Turvo, fazendo uma revolução em trabalhos, obras e ações. O deputado Valmir Comin e este deputado vêm trabalhando há muito tempo na questão da barragem do rio do Salto, conseguindo a liberação de R\$ 13 milhões. Através de uma emenda que os deputados do sul aprovaram, conseguimos liberar na semana passada esse valor para desapropriar aqueles moradores que sofrem há 20 anos com aquela barragem, que agora foi contemplada no PAC 2. Assim, temos R\$ 76 milhões do governo

federal, mas ainda são necessários R\$ 97 milhões para a obra, que é a contrapartida do governo do estado.

A região de Turvo, que é a maior produtora de arroz irrigado do Brasil, vai ter segurança com essa barragem no sentido de manter a água do perímetro urbano, o equilíbrio dos rios, além de garantir a produção do arroz irrigado.

Então, são ganhos reais, de uma barragem que vai diminuir em 30% as enchentes naquela região que todo ano trazem prejuízos e deixam a região de Araranguá completamente alagada. Inclusive as obras da BR-101 foram levantadas em 1,5m, para que os caminhões pudessem trafegar.

É com esse espírito que estamos fazendo esse convite para a população do sul do estado, que vai receber milhões de pessoas. Isso dará um colorido mais positivo e mostrará para o sul de Santa Catarina o quanto é importante esta festa.

Quero, com muito honra, registrar a presença do prefeito Gentil da Luz, de Içara, e sua equipe, que vieram a trabalho, buscando apoio para que possam desenvolver mais aquele município, que cresce muito, que está preparado para um grande salto de qualidade. Está ao lado da BR-101, que vem crescendo, que vem se desenvolvendo. Hoje, a BR-101 está a 20min do aeroporto de Jaguaruna.

Imbituba é um dos municípios que vão crescer muito, gerando emprego, renda e qualidade de vida para a população daquela região. Por isso é importante a visita do prefeito e sua equipe de trabalho a esta Casa, no dia de hoje.

Mas quero, sr. presidente, fazer o convite aos parlamentares e funcionários desta Casa para irem ao município de Turvo conhecerem uma festa linda, com grande show e muitos artistas. É uma festa extraordinária

que mostra a importância da nossa economia, da nossa agricultura, que é a mola propulsora do desenvolvimento. É importante nós podermos comemorar.

Faço esse convite a todos os parlamentares e aos funcionários extraordinários desta Casa, que prestam relevantes serviços. Sintam-se convidados a participar, no município de Turvo, desse evento que vai durar quatro dias, porque será uma grande festa neste país, a festa dos agricultores.

Teremos, ainda, a grande Festa de São Donato, no município de Içara. Assim, também faço o convite aos parlamentares para irem à Festa de São Donato, uma grande festa religiosa. É a festa do Padroeiro.

Sr. presidente, será uma honra poder receber meus amigos parlamentares e a equipe de funcionários extraordinários desta Casa, no extremo sul de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência cumprimenta o prefeito do município de Içara, sr. Gentil da Luz, e sua equipe, desejando-lhes uma boa estada nesta Casa.

Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 40 e seus parágrafos do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONSTITUI Fórum Parlamentar, integrado pelos Senhores Deputados Manoel Mota, José Milton Scheffer, Volnei Morastoni, Adilor Guglielmi, José Nei A. Ascari, Sargento Amauri Soares, Narcizo Parisotto, Angela Albino e Altair Guidi, visando o acompanhamento em defesa da Rodovia Interpraias.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 9 de agosto de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 036-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gilmar Knaesel para ausentar-se do País, no período de 1º a 11 de setembro do corrente ano, a fim de participar da Conferência Parlamentar das Américas - COPA 2011, na cidade de Québec, Canadá.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 9 de agosto de 2011

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - 1º Secretário

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATOS

EXTRATO Nº 137/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 046/2011, celebrado em 25/07/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: ANCS Distribuidora Ltda

OBJETO: Confecção de mobiliários (armários) que será destinado ao laboratório de análise clínica e setor odontológico da Coordenadoria de Saúde da ALESC, incluindo a instalação.

VALOR GLOBAL: R\$ 18.700,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 021/2011; Autorização para Processo Licitatório n.º 00051/2011-LIC, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 08 de agosto de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC

Artedânio Silva Vieira- Sócio

*** X X X ***

EXTRATO Nº 138/2011

REFERENTE: Inexigibilidade nº 022/2011 celebrado em 30/06/2011.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 CONTRATADA: C. A. Zonato Fantes-Me
 OBJETO: Contratação da empresa C.A. Zonato Fante para que, através da mesma, a professora e consultora Cleodelice Aparecida Zonato Fante ministre 12 (doze) palestras em 12 diferentes municípios do Estado de Santa Catarina com o tema "BULLYING ESCOLAR", a qual terá uma duração aproximada de 1h30min de exposição acrescida de outros 30 (trinta) minutos para questionamento do público.
 VALOR GLOBAL: R\$ 30.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, incisos II, III e § 1º da Lei 8.666/93 e Processo Licitatório nº 0054/2011-LIC.
 ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente contrato correrão à conta da Ação 1155 (Modernização e Manutenção da Escola do Legislativo), Item Orçamentário 3.3.90.39.22 (Exposições, Congressos e Conferências), Florianópolis, 08 de agosto de 2011.
 Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 139/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 038/2011, celebrado em 01/07/2011.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: C. A. Zonato Fante- Me
 OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a contratação da empresa C.A. Zonato Fante para que, através da mesma, a professora e consultora Cleodelice Aparecida Zonato Fante ministre 12 (doze) palestras em 12 diferentes municípios do Estado de Santa Catarina com o tema "BULLYING ESCOLAR".
 VALOR GLOBAL: R\$ 30.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 022/2011 (art. 25, II, III e § 1º da Lei 8.666/93); Autorização para Processo Licitatório 054/2011-LIC; Autorização Administrativa.
 Florianópolis, 08 de agosto de 2011.
 Deputado Gelson Merisio - ALESC
 Cleodelice Aparecida Zonato Fante- C. A Zonato Fante -Me

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 511/11
ASSOCIAÇÃO INSTITUTO MOVIMENTO**

Florianópolis, 18 de julho de 2011

Excelentíssimo Senhor
 GELSON LUIS MERISIO
 Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina
 Assunto: Encaminhamento de Documentação conforme Lei Estadual 15.125/2010
 Senhor Presidente
 Em cumprimento à Lei Estadual nº 15.125 de janeiro de 2010, encaminhamos a Vossa Excelência a documentação prevista na referida lei, referente ao exercício de 2010.
 Na certeza de sua atenção, agradecemos desde já.
 Atenciosamente,

Heloisa Rosa Demetrio
 Assistente técnica-administrativa

Lido no Expediente
 Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 512/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE - Escola Especial Paulo Denis**, referente ao exercício de 2010.
 Lido no Expediente
 Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 513/11**APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BLUMENAU**

Blumenau, 13 de julho de 2011.

REQUERIMENTO
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BLUMENAU, estabelecida na rua Casemiro de Abreu, nº 216 - Bairro Vila Nova, em Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob nº **82.656.554/0001-06**, neste ato representado por seu presidente Sr. **Leonir Alba**, portador da carteira de identidade nº 4.981.700-0 SSP SC e inscrito no CPF sob nº 821.870.709-30, em cumprimento ao art. 3º da Lei 15.125 de 19/01/2010, vem mui respeitosamente, requerer a renovação do título de utilidade pública estadual, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- Relatório de atividades do exercício anterior
- Atestado de funcionamento
- Certidão atualizada do registro da entidade no cartório de registro de Pessoas Jurídicas
- Balancete contábil

Nestes Termos
 Pede Deferimento

Leonir Alba - Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 514/11**APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**

Witmarsum, 14 de julho de 2011.

À
 Sra. Duda
 Chefe de Secretaria da Comissão de Direitos da ALESC
 Palácio Barriga Verde
 Prezada Senhora:

Conforme o que determina a Lei nº 15125, de 19 de janeiro de 2010, estamos enviando documentação para renovação de Utilidade Pública da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE WITMARSUM.

Sem mais, subscrevemo-nos mui.

Valcir Heck

Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 515/11**CRUZ AZUL NO BRASIL**

Blumenau, 11 de julho de 2011

Excelentíssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Jorge Luz Fontes, 310

88.020-900 - Florianópolis - SC

Referente: PRESTAÇÃO DE CONTAS E RENOVAÇÃO DA CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO UTILIDADE PÚBLICA

Senhor Presidente,

Atendendo disposto da Lei n. 15.125, em seu Art. 30, encaminhamos em anexo, a documentação referente a prestação de contas desta Entidade, para apreciação e posterior renovação da Certidão de Reconhecimento de Utilidade Pública junto ao Estado de Santa Catarina.

A renovação da referida Certidão contribui à credibilidade, qualificação e reconhecimento de nossos serviços no meio em que atuamos.

Salientamos que o **Atestado de Funcionamento** está sendo substituído pela **Declaração de Funcionamento**, tendo em vista adequações legais. Na expectativa de havermos atendido ao disposto legal através da documentação anexa, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos ou providências que ainda se façam necessárias.

Atenciosamente

EGON SCHLÜTER

Coordenador Administrativo e de Projetos

Lido no Expediente
 Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 516/11**FEDERAÇÃO CATARINENSE DE CAÇA E TIRO ESPORTIVO**

Registrada no ME sob nº 4077-SFPC/5-SC

Registrada no CREF nº 000330-PJ - Registrada na AFESC / CED

Reconhecida de Utilidade Pública Estadual - Lei nº 11.799/2001/

Utilidade Pública Municipal - Lei nº 5.557/2000

Blumenau, 14 de julho de 2011.

Ao

Departamento Parlamentar

Florianópolis / SC

Prezados senhores,

Vimos pela presente solicitar a "Declaração de Utilidade Pública" atualizada, sendo que segue anexo a documentação abaixo relacionada.

- Relatório anual de atividades do exercício anterior
- Atestado de funcionamento atualizado
- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas jurídicas
- Balancete contábil

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos mui

Atenciosamente

Gustavo Mendes Passos

Presidente em Exercício

Lido no Expediente
 Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 517/11**FEDERAÇÃO CATARINENSE DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE XANXERÊ**

ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE XANXERÊ
Ofício S/nº /2011 Xanxerê, 15 de julho de 2011.
Excelentíssimo
Gelson Merísio
Presidente da ALESC
NESTA

Exmo Senhor
Encaminhamos Relatório anual de Atividades é obrigatório pela Lei Estadual nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010.

Respeitosamente,
Evandro Jefferson da Silva
Vice Presidente da ACBX

Lido no Expediente
Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 518/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **MEUC - Missão Evangélica União Cristã**, referente ao exercício de 2010.

Lido no Expediente
Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 519/11**Sociedade Esportiva Recreativa ITOUPAVA ALTA**

Blumenau, 15 de julho de 2011

Excelentíssimo Senhor
Presidente Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa do Estado de SC.

Cumprimentando-o cordialmente, a entidade Soc. Esp. E Recr. Itoupava Alta, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.666.280/0001-90, com sede na rua Dr. Pedro Zimmermann nº 12.145, no bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau CEP 89.075-000, no telefone (47) 3337-3335, que presta serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, ora representada pelo seu Presidente Nívia Ruth Volpi, inscrito no CPF 291.009.689-00, na cidade de Blumenau, vem perante Vossa Excelência, declarar que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de Utilidade Pública Estadual, nos termos do dispositivo no parágrafo único do Art. 3º, Inciso II, da Lei Estadual nº 14.182, de 01.11.2007.

Por ser verdade, firma-se a presente declaração.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,

Nívia Ruth Volpi - Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 520/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **União Cristã - Associação Social e Educacional**, referente ao exercício de 2010.

Lido no Expediente
Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 521/11**CENTRO ESPÍRITA LAR DE JESUS - XANXERÊ - SC**

Xanxerê, 10 de julho de 2010.

Exmo. Sr.
Gelson Merísio
Presidente

Assembleia Legislativa de SC
Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência a documentação referente ao art. 3º da Lei Estadual Nº LEI Nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, referente à utilidade Pública Estadual do Centro Espírita Lar de Jesus.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresento protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Otacílio Pasa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 522/11**Centro de Educação Amiguinho Feliz**

“Ensina a criança no caminho em que deve andar e ainda quando for velho não se desviará dele”

Prov. 22:6

Blumenau, 13 de julho de 2011.

REQUERIMENTO

CENTRO DE EDUCAÇÃO AMIGUINHO FELIZ, estabelecida na rua Benjamin Constant, nº 1552 - Bairro Asilo, em Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.795.963/0001-56, neste ato representado por sua presidente Sra. Ursula Trude Richter, portadora da carteira de identidade nº V009897-4 SRE/DPMAF/DPF e inscrita no CPF sob nº 479.634.419-53, em cumprimento ao art. 3º da Lei 15.125 de 19/01/2010, vem mui respeitosamente, requerer a renovação do título de utilidade pública estadual, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- Relatório de atividades do exercício anterior
- Atestado de funcionamento
- Certidão atualizada do registro da entidade no cartório de registro de Pessoas Jurídicas
- Balancete contábil

Nestes Termos
Pede Deferimento

Ursula Trude Richter
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 523/11**CLUBE DE CAÇA E TIRO RIBEIRÃO ITOUPAVA**

Blumenau(SC), 30 de junho de 2011

Excelentíssimo Senhor:

Deputado Estadual Jean Kuhlmann

Cumprimentando-o cordialmente, estamos encaminhados para ser apresentado ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para que o mesmo os documentos remeta ao comissão competente, abaixo relacionado, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 15.125/2010 com os seguintes documentos:

- I - Relatório anual de atividades;
- II - Atestado de funcionamento atualizado de Utilidade Pública;
- III - Certidão atualizada do registro da Entidade no cartório de pessoas jurídicas;
- IV - Balancete Contábil.

Cabe esclarecer, que a entidade foi declarada de Utilidade Pública Estadual através da Lei nº 14.678 em 05/05/2.009.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,

DAGOBERTO LINDNER
PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 524/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Clube das Mães - Lar da Menina**, referente ao exercício de 2010.

Lido no Expediente
Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 525/11**CLUBE DE MÃES FAZER NÃO ESPERAR ACONTECER DA LAGOINHA-JLE.**

Joinville, 12 de julho de 2011.

Ao

Presidente da:

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Ilmo: Senhor

Em cumprimento à Lei nº 15.125 de 01 de 2010, estamos enviando em anexos documentos exigidos conforme Art. 3º, da referida Lei.

Atenciosamente,

Juarez Ladislau da Silva
Diretor

Lido no Expediente
Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 526/11**ICOM - INSTITUTO COMUNITÁRIO GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Florianópolis, 12 de julho de 2011.

Ilustríssimo Senhor

Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa de SC

NESTA

Senhor Presidente,

O Instituto Comunitário Grande Florianópolis - ICOM é uma associação civil, não governamental, sem fins lucrativos, instituído em 25 de novembro de 2005, foi criado para contribuir no desenvolvimento social da região da grande Florianópolis, inspirado no modelo de fundações comunitárias existentes em mais de 50 países, objetivando mobilizar e articular investimentos sociais de diversos doadores em prol de iniciativas sociais locais.

Conforme exigência da Lei nº 15.125/2010 encaminhamos ao Presidente da Assembleia Legislativa de SC, os documentos necessários para o cumprimento da permanência da declaração de utilidade pública estadual.

Conforme seu estatuto, o ICOM não remunera, sob nenhuma forma, seus dirigentes, não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Em anexo encaminhamos os documentos necessários, conforme a Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

Agradeço desde já sua gentileza e atenção e coloco-me à sua disposição para dirimir dúvidas ou solicitar outros documentos que Vossa Senhoria achar necessário através do telefone (48) 32225127 ou do e-mail icomfloripa@icomfloripa.org.br.

Atenciosamente,

Anderson Giovani da Silva

Gerente Executivo do ICOM

Lido no Expediente

Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 527/11**INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL ADELINA CLARA HESS DE SOUZA****Relatório de atividades 2010****Conae 2010:**

O Instituto Adelina participou do Conae 2010

A Conferência é da **sociedade** com apoio institucional do MEC.

Deliberação da Confederação Nacional da Educação Básica - CONEB.

Coordenada pela Secretaria Executiva Adjunta do MEC.

Portaria Ministerial Nº 10/2008.

www.mec.gov.br/coneb

Conferência Nacional de Educação a ser realizada de **23 a 27 de abril de 2010**, contemplando a Educação Básica, a Profissional e a Superior.

Tema: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação.

Por que realizar a CONAE? É o mais importante espaço democrático para a construção da política nacional de educação e de seus marcos regulatórios, na perspectiva da inclusão, igualdade e diversidade.

Objetivos:

- construção de um Sistema Nacional de Educação responsável pela institucionalização de orientação política comum e de trabalho permanente do Estado na garantia do direito à educação;
- mobilização nacional pela qualidade e valorização da Educação Básica e Educação Superior;
- subsidiar políticas públicas de educação articuladas entre os sistemas;
- que estas políticas de educação promovam a formação integral com qualidade;
- universalização e qualidade social da educação básica e superior.

Passeio Ciclístico:

No dia 16 de Maio de 2010, o Instituto Adelina, juntamente com a Dudalina coordenou o 6º Passeio Ciclístico do Bairro Fortaleza, o passeio contou com mais de 150 ciclistas. Houve sorteio de bicicletas, sendo uma delas doada pelo Instituto Adelina.

Lido no Expediente

Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 528/11**ROTARY CLUB FLORIANÓPOLIS ATLÂNTICO**

Florianópolis, 14 de julho de 2011.

Exmo. Sr.

Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

NESTA

Digníssimo Presidente:

Ref.: **Manutenção UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL**

O Rotary Club de Florianópolis Atlântico, entidade vinculada ao maior clube de serviços do mundo Rotary Internacional, que, pelas atividades que realiza, beneficia milhares de pessoas carentes.

Em Santa Catarina temos participado de movimentos para melhorar o apoio comunitário, em Florianópolis em especial o apoio à SEOVE - Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna, com eventos, que geram recursos para sua manutenção. Todas as atividades constam do relatório anexo.

Pelo acima exposto e em cumprimento da LEI Nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010 apresentamos:

- relatório anual de atividades do exercício anterior;
- atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- certidão atualizada do registro da entidade no cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- balancete contábil.

Certos da consideração do Poder Legislativo Catarinense para com nossa instituição, agradecemos, com distinguido apreço.

Cordialmente,

Luiz Kiyoshi Nakayama

Presidente 2010/2011

Rotary Club de Florianópolis Atlântico

Lido no Expediente

Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 529/11**LAR BENEFICENTE JOÃO 3;16**

BRAÇO DO TROMBUDO - SC

CNPJ - 00.663.923/0001-23

Exmo. Sr.

Jailson Lima da Silva

Deputado - Primeiro Secretário

Prezado Senhor,

Segue documentos para o reconhecimento de utilidade pública estadual.

- relatório anual de atividades do exercício anterior;
 - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
 - certidão atualizada do registro da entidade no cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 - balancete contábil.
- Sem mais,

Atenciosamente,

Jéssica S. Fagundes

Diretora

Lido no Expediente

Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 530/11

I.D.E.I.A

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO AMBIENTAL

Balneário Camboriú 08 de julho de 2011.

Exmo. Senhor

GELSON LUIZ MERÍSIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos, por meio deste, encaminhar a documentação exigida na Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, para manutenção da concessão da declaração de utilidade pública ao Instituto de Desenvolvimento e Integração Ambiental - IDEIA, por meio da Lei nº 14.551 de 20 de novembro de 2008.

Em anexo segue a seguir a seguinte documentação:

- Relatório anual das atividades do exercício anterior;
- Atestado de funcionamento atualizado por um membro do Poder Legislativo Municipal;
- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoa Jurídica; e
- Balancete contábil.

Colocamos a disposição para maiores esclarecimentos, caso houver necessidade.

Respeitosamente,

CRISTIANO VOITINA

Presidente do IDEIA

Lido no Expediente

Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 531/11
LIGA BLUMENAUENSE DE GINCANEIROS
 CNPJ - 07.274.696/0001-93

Blumenau, 15 de Julho de 2011

Excelentíssimo Senhor:

Deputado estadual Jean Kuhlmann

Cumprimentando-o cordialmente, estamos encaminhando para ser apresentado ao Presidente Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para que o mesmo ods documentos remeta ao comissão competente, abaixo relacionado, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 15.125/2010 com os seguintes documentos:

Segue documentos para o reconhecimento de utilidade pública estadual.

I - Relatório anual de atividades;

II - Atestado de funcionamento atualizado de Utilidade Pública;

III - Certidão atualizada do registro da Entidade no cartório de pessoas jurídicas; e

IV - Balancete Contábil.

Cabe esclarecer, que a entidade foi declarada de Utilidade Pública Estadual através da Lei 15.146, de 28 de Abril de 2010.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,

Wilson Paulo da Motta Soares
 Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 532/11
INH - Instituto Naturhansa

Ibirama-SC, 17 de Julho de 2011

Prezado Senhor,

Estamos enviando o relatório anual de atividades do exercício de 2010; atestado de funcionamento atualizado; certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e balancete contábil conforme prevê a LEI Nº 15.240, de 19 de julho de 2010, que declara de utilidade pública estadual o INSTITUTO NATURHANSA, do município de Ibirama, SC.

Atenciosamente,

Sandra Maria Secchi
 Secretária Executiva

Lido no Expediente

Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 533/11
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins e efeitos que, **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO ESTAÇÃO, CNPJ 01.451.149/0001-50**, situada à Rua Max Reblin, 476, Bairro Estação neste Município de Ascurra, está cadastrada como ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS, com cadastro Econômico nº 4268, estando em **PLENO FUNCIONAMENTO**.

Município de Ascurra em, 20 de junho de 2011

Moacir Polidoro
 Prefeito Municipal

Lido no Expediente

Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 534/11
ASAPRIMA

Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Rio Negro e Mafra

Mafra - 13/07/11

Ilmo Sr.

Deputado JAILSON LIMA

Prezado Senhor

Em atenção ao seu ofício GPS/DL/0556/2011 de 12 de maio de 2011 estamos remetendo para vossa prezada apreciação os documentos solicitados para revalidação do reconhecimento de utilidade pública estadual da nossa associação.

Sendo o que a vos oferece nos ora renovamos nossos protestos de consideração e respeito por V.Sas.

Atenciosamente,

JOSÉ ADALBERTO SEMMER

Presidente da Associação

Lido no Expediente

Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 535/11
ASAPREV - BV

Associação de Aposentados e Pensionistas de Barra Velha

Ofício nº 244/2011

Barra Velha, SC, 13 de Julho de 2011.

Ilmos Srs.

Assembleia Legislativa de Santa Catarina

a/c do 1º Secretário

Deputado Jailson Lima

Florianópolis - SC.

Prezado Senhor:

A Associação dos Aposentados e Pensionistas de Barra Velha ASAPREV-BV, inscrita no CNPJ sob o nº 00.102.438/0001-80, entidade sem fins lucrativos, com sede e foro nesta cidade de Barra Velha, SC, vem pela presente encaminhar a V.Excia., para apreciação, atendendo ao disposto na Lei 14.631 de 07/01/2009, em seu artigo 3º e parágrafos seguintes:

I - Relatório anual de atividades.

II - Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para concessão da Declaração de Utilidade Pública.

III - Declaração do Cartório de Registro Civil de Títulos e Documentos de Barra Velha, SC, pois não houve alteração Estatutária.

IV - Balancete Contábil período 01/01/2010 a 31/12/2010.

V - Declaração de efetivo funcionamento, emitido pela Câmara de Vereadores de Barra Velha, datado de 21/06/2011.

Agradecendo a V.Excia., nos colocando a sua disposição em nossos escritórios, na rua Paraná, 607, centro, Barra Velha, SC e/ou pelo fone 047.3456.1086, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

JAIME ROBERTO MACHADO
Presidente - ASAPREV-BV

Lido no Expediente

Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 536/11

AMOVER - Associação de Moradores e Veranistas da Praia dos Golfinhos

Relatório de atividades e Eventos 2010/2011

31/07/2010 - Festa Julhina - Boi de Mamão do Cras - resgate folclórico.

apoio: Gradesc

31/10/2010 - festa da polenta com galinha

Apoio: Gradesc

14/12/2010 - Realização de evento festivo, prestação de contas e diplomação de membros do CONSEG (Conselho Comunit. De Segurança).

16/01/2011 - Festa São Sebastião - religiosa

Apoio: Gradesc (transporte, brindes e propaganda)

09/04/2011 - Festa do pernil (incluído calend. Municipal)

28/05/2011 - Festa do Peixe (escolha da Rainha) Evento Municipal

2ª e 4ªs - Aulas de capoeira (professor do CRAS) 19:00hs e 15:30hs

3ªs - Clube de Mães 13:30hs - Apoio: Gradesc

4ªs - Aulas de dança (folclore gaúcho) 20:00hs

*** Toda primeira 2ª feira de cada mês entrega de remédios para Diabéticos e hipertensos 09:00hs.

*Reuniões esporádicas do CONSEG.

*Reunião Itinerante da Câmara de Vereadores.

Balneário Arroio do Silva, 10 de julho de 2011.

João Cezar Inácio

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 537/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES

BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Declaro para os devidos fins e a quem possa interessar, que a GRADESC (Grupo de apoio ao desenvolvimento sustentável comunitário do extremo sul de Santa Catarina) do município de Balneário Arroio do Silva, com sede e foro na Rua Roseno Pereira, 1277, bairro Marisco, Balneário Arroio do Silva, SC, CEP 88914-000, CNPJ 05.786.273/0001-27, está em funcionamento desde 31 de março de 2001, cumprindo com suas finalidades estatutárias e sociais.

Por ser verdade, firmo o presente.

Balneário Arroio do Silva, 29 de Junho de 2011.

Heraldo Henrique Caetano

Presidente da Câmara Municipal de Balneário Arroio do Silva

Lido no Expediente

Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 538/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Hospital Regional de Palmitos**, referente ao exercício de 2010.

Dair Jocely Enge - Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 03/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 539/11

Luzerna, 04 de julho de 2011

Ofício n. 012/2011

Ilmo. Sr.

Deputado Gelson Merisio

MD. Presidente Assembleia Legislativa de SC

FLORIANÓPOLIS - SC

Prezado deputado,

Conforme artigo 3º da lei supra citada, estamos encaminhando em anexo os seguintes documentos:

1. Relatório anual de atividades de 2010.
2. Atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III DO ART. 2º da lei supra citada.
3. Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
4. Balancete contábil de 2010.

Atenciosamente,

Francisco Iagher
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 07/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 540/11**ACRIAFI**

Associação de Apoio à Criança, ao Adolescente, à Família e ao Idoso

Blumenau, 15 de julho de 2011.

À

Assembleia Legislativa de Santa Catarina

REQUERIMENTO

PROMENOR - Sociedade Promocional de Blumenau do Menor Trabalhador, inscrita no CNPJ sob nº 83.106.898/0001-04, estabelecida na Rua Itapiranga, nº 368, bairro Velha, em Blumenau/SC declarada de utilidade pública estadual pela lei nº 5.125 de 30/06/1975, neste ato representada pelo Sr. DENIO ALEXANDRE SCOTTINI, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1.723.393-3 SSP-SC, inscrita no CPF sob nº 597.083.449-15, vem em conformidade ao art. 5º da Lei 15.125 de 19/01/2010 requerer a alteração da lei que a reconheceu de utilidade pública estadual (Lei 5.125 de 30/06/1975), em razão da alteração da denominação social desta entidade, a qual passou a ser chamada de **ACRIAFI - Associação de Apoio à Criança, ao Adolescente, à Família e ao Idoso**, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- Ata de alteração e Estatuto Social
- Lei de utilidade pública municipal
- Inscrição no CNPJ

Nestes Termos

Pede Deferimento

Denio Alexandre Scottini

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 541/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

E.B.M GUILHERMINA MARIA VEIGA FERREIRA

Canoinhas, SC 08 de junho de 2011.

EXMO. SENHOR DEPUTADO ESTADUAL

GELSON MERÍSIO

PRESENÇA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO SANTA CATARINA.

NESTE

Ofício nº 0027/2011.

Cordiais saudações,

Atendendo as exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fins de adquirir o reconhecimento de utilidade pública da A.P.P. da escola E.B.M. Guilhermina Maria Veiga Ferreira, CNPJ 01.137.103/0001-60, Localizada na Estrada geral - Arroios - CEP: 89460-000. Esta entidade escolar pede que seja declarada, pela Lei Estadual 12.257 de 07 de junho de 2002.

Sem mais para o momento, agradecemos a atenção.

Atenciosamente.

Edenir Schuks Martins
Presidente APP

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 542/11**SOCIEDADE ESPORTIVA CAÇA E TIRO ITROUPAVA NORTE**

Blumenau, 28 de julho de 2011.

A

Consultoria da Assembleia Legislativa

At. Sr. Gilberto

Rua Dr. Jorge Luiz Fontes, 310

CEP 88020-900 - Centro - Florianópolis

Prezado Senhor,

Em anexo estamos encaminhando para se apresentado ao Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa, em cumprimento ao disposto no Artigo 3º da Lei nº 14.182 de 01 de novembro de 2007, os documentos abaixo relacionados:

- Relatório anual de atividades do exercício anterior;
- Atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e;
- Balancete contábil.

Aproveitamos a oportunidade para nos desculparmos e agradecer pela compreensão no atraso da documentação e informar que, a nossa entidade é declarada de Utilidade Pública Estadual, através da Lei 14.760 de 13 de julho de 2009.

Atenciosamente,

Éris Costa

Presidente da Sociedade

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 543/11**DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO**

Declaro para os devidos fins, que o CLUBE DE CAÇA E TIRO BANDENFURT, estabelecido na Rua Heinrich Hemmer, 3000, Bairro Badenfurt, inscrito no CNPJ sob o nº 82.626.730/0001-67, até o presente momento, está em situação regular para a manutenção do título de utilidade pública municipal, conferido através da Lei nº 5424 de 20 de março de 2000, junto ao Município de Blumenau. Blumenau, 12 de julho de 2011.

JOÃO PAULO KLEINUBING

Prefeito Municipal

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 544/11**ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES DE CAÇA E TIRO DE BLUMENAU**

Blumenau, 06 de Abril de 2011.

Excelentíssimo Senhor:

Deputado Estadual Jean Kuhlmann

Cumprimentando-o cordialmente, solicitamos encaminhar ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina os documentos abaixo relacionados para serem analisados pela comissão competente, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 15.125/2010 com os seguintes documentos:

- I - Relatório anual de atividades;
- II - Atestado de funcionamento atualizado de Utilidade Pública
- III - Certidão atualizada do registro da Entidade no Cartório de Pessoas Jurídicas
- IV - Balancete contábil.

Cabe esclarecer, que a entidade foi declarada Utilidade Pública Estadual através da Lei 14.765 de 13 de julho de 2009.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,
Moacyr Flor
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 545/11**ASSOCIAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS**

Balneário Barra do Sul, em 05 de julho de 2011

Ao Excelentíssimo Sr. Gelson Luiz Merísio

D.D. Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa

Encaminho-vos em anexo o Relatório de Atividades da Associação dos Serviços Sociais e Voluntários de Balneário de Barra do Sul como Balancete Contábil, atestado de funcionamentos da Entidade atualizado e outros.

Certo de sua atenção desde já agradeço e coloco-me a inteira disposição para esclarecer dúvida que possa ter.

JOANHI SOARES DA ROCHA

Presidente da Associação

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 546/11

OF. Nº 18/2011

Canoinhas, 28 de junho de 2011.

Exmo. Sr.

Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310, Centro, Gabinete da Presidência,
sala 106

88.020-900 - Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal Evaldo Dranka, CNPJ 83.626.804/0001-28, com endereço para correspondência na Rua Estrada Geral Barra Mansa, s/nº - Interior do Município de Canoinhas/SC, entidade está já declarada de utilidade pela Lei Estadual de nº 12.218 de 28 de abril de 2002.

Pede Deferimento

PRESIDENTE DA ENTIDADE

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 547/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **CLUBE ATLÉTICO TUPI**, referente ao exercício de 2010.

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 548/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO FUTEBOL MENOR DO TUPI**, referente ao exercício de 2010.

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 549/11**Conselho Comunitário Aririú da Formiga**

Ofício nº 15/2011

Palhoça, 26 de julho de 2011.

À

Diretoria Legislativa

Nesta

Senhor,

Com meus cordiais cumprimentos venho através deste, encaminhar a Vossa Senhoria Relatórios das Atividades e Balancete de Prestação de contas do ano 2010, para comprovar que este Conselho está em pleno funcionamento e solicitar a renovação da Declaração de Utilidade Pública Estadual.

Sem mais e permanecendo á inteira disposição, renovo protestos e consideração.

Atenciosamente,

Acácio João de Melo

Presidente do Conselho Comunitário de Aririú da Formiga

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 550/11**ASSOCIAÇÃO DOS PACIENTES RENAIIS DE SANTA CATARINA**

OF. APAR Nº 026/2011

Florianópolis, 20 de julho de 2011

Exmo Sr:

GELSON MERÍSIO

Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Cumprimentando-o cordialmente, a APAR-Associação dos Pacientes Renais de Santa Catarina, vem em atenção a Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, encaminhar solicitação de **Renovação do Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual**, conforme documentação abaixo anexada:

I - Relatório anual de atividades;

II - Atestado de funcionamento atualizado;

III - Certidão atualizada do registro da Entidade no Cartório de Pessoas Jurídicas e

IV - Balancete contábil.

Certos de estarmos assim cumprindo as formalidade referentes à Renovação de utilidade Pública Estadual, antecipamos nossos agradecimentos, colocamo-nos a sua inteira disposição.

Cordialmente,

Juarez Alves Nunes

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 551/11**COLÔNIA DE PESCADORES Z-28****SÃO JOSÉ/SC**

Ofício nº 19/2011

São José, 27 de julho de 2011.

Ao Excelentíssimo

Gelson Merísio

D. Presidente da Assembleia Legislativa

Florianópolis/SC

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste, encaminhar a Vossa Excelência para análise o "Relatório de Atividades e o Balancete Financeiro do exercício de 2010, conforme Lei de de Utilidade Pública Estadual nº 15.270 de 18 de agosto de 2010".

Certos de poder contar com seu apoio acolhermos o ensejo para externar votos de consideração e apreço.

João Carlos da Silva

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 552/11**SOCIEDADE RECREATIVA E CULTURAL FORTALEZA****SEDE SOCIAL À RUA SAMUEL Nº 133 - FORTALEZA - BLUMENAU/SC**

Blumenau, 18 de julho de 2011.

Excelentíssimo Senhor:**Deputado Estadual Jean Kuhlmann**

Cumprimentando-o cordialmente, estamos encaminhando para ser apresentado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para que o mesmo os documentos remeta a comissão competente, abaixo relacionado, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 15.125/2010 com os seguintes documentos:

I - Relatório anual de atividades;

II - Atestado de funcionamento atualizado de Utilidade Pública

III - Certidão atualizada do registro da Entidade no Cartório de Pessoas Jurídicas

IV - Balancete contábil.

Cabe esclarecer, que a entidade foi declarada Utilidade Pública Estadual através da Lei nº 4.851 em 07/06/ 1973 .

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,

ALDO DA SILVA

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 553/11**COEPAD - Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência**

Ofício nº 011/11

Exmo. Senhor

Dep. Gelson Merísio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa

NESTA

Senhor Presidente

A Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 7798/2008, estamos enviando os documentos necessários para renovar nosso cadastramento.

Remetemos em anexo a Certidão de Registro, Comprovante de Inscrição Cadastral do CNPJ atualizado, balancete contábil atualizado, para o reconhecimento, responsável pelo fornecimento do título de utilidade pública.

Fica aqui nosso convite para que Vossa Excelência possa conhecer o trabalho desenvolvido pela entidade.

Atenciosamente,
Aldo Brito
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 554/11
SOCIEDADE VIDA E MOVIMENTO

Ofício nº 013/11 Florianópolis, 27 de julho de 2011
Exmo. Senhor
Dep. Gelson Merísio
DD. Presidente da Assembleia Legislativa
NESTA
Senhor Presidente

A Sociedade Beneficente Vida e Movimento, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 7798/2008, foi criada em 1984 para dar atendimento a deficientes.

Remetemos em anexo a Certidão de Registro, Comprovante de Inscrição Cadastral do CNPJ atualizado da Sociedade Vida e Movimento, balancete contábil atualizado, para o reconhecimento, responsável pelo fornecimento do título de utilidade pública.

Fica aqui nosso convite para que Vossa Excelência possa conhecer o trabalho desenvolvido pela entidade.

Atenciosamente,
ZEULA SOARES
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 555/11

Dionísio Cerqueira (SC), 17 de julho de 2011.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DD GELSON MERÍSIO
PRESIDENTE
FLORIANÓPOLIS - SC

A Associação Recreativa e Cultural Nacional situado no Município de DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, inscrição CNPJ: 085.456.88/0001-05, através de seu Presidente CLEITON WEIZENMANN, CPF 008.352.069-47, através deste encaminha a assembléia os documentos anuais da referida associação para manter título concedido de utilidade pública no estado sob o nº 14.386, de 18 de março de 2008.

Certo de vosso empenho, queremos externar nossos sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

CLEITON WEIZENMANN
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 556/11

ASSOCIAÇÃO DOS CONTADORES DE HISTÓRIAS DE FLORIANÓPOLIS
CNPJ: 06.063.959/0001-52

Florianópolis, 2 de julho de 2011.

Excelentíssimo Senhor
Gelson Merísio
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Senhor Presidente,
Por intermédio da presente encaminho a Vossa Senhoria a prestação de contas do período compreendido entre novembro de 2008 a outubro de 2010 e bem assim o relatório anual das atividades desempenhadas pela ACONTHIF.

Aproveito a oportunidade para ressaltar que esta Associação nunca recebeu nenhuma espécie de subvenção ou auxílio do Estado de Santa Catarina ou de qualquer ente público federal, estadual ou municipal, colocando-me, ainda, a sua inteira disposição para esclarecimentos que entender necessários.

Atenciosamente,

Marianinha Bica Piazza
Presidente da Associação dos Contadores de História de Florianópolis - ACONTHIF

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 557/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **SOCIEDADE CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE SOMBRIO - SC**, referente ao exercício de 2010.

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 558/11

OF. Nº 11/2011 Canoinhas, 27 de junho de 2011.
Exmo. Sr.

Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310, Centro, Gabinete da Presidência, sala 106
88.020-900 - Florianópolis -SC

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de obter o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Professores do Centro Educação Infantil "Cecília Meireles", CNPJ 10.546834/0001-50, com endereço para correspondência na Rua Bernardo Olsen, s/nº - Canoinhas - SC.

Pede Deferimento

Renato Reese
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 559/11

OF. Nº 11/2011 Canoinhas, 30 de junho de 2011.
Exmo. Sr.

Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310, Centro, Gabinete da Presidência, sala 106
88.020-900 - Florianópolis -SC

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de obter o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Professores do Centro Educação Infantil "Carlos Drummond de Andrade", CNPJ 79.376.836/0001-45, com endereço para correspondência na Rua Alfredo Paul, esquina com Otávio Ferreira da Silva, s/nº, bairro Campo da Água Verde - Canoinhas - SC.

Pede Deferimento

Assinatura do Presidente da Entidade

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 560/11

ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE GAROPABA

ABCC OF Nº 007/2011 Garopaba, 11 de julho de 2011.
Excelentíssimo Senhor,

Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Bombeiros Comunitários de Garopaba, CNPJ 09.063.887/0001-31, com endereço para correspondência na Rodovia SC 434, KM 03, Areias Palhocinha - Garopaba (Caixa Postal nº 44), entidade está declarada de utilidade pela Lei Estadual de nº 12.223 de 25 de abril de 2002.

Pedem Deferimento

ASCINDINO JOÃO SILVEIRA

Presidente da Associação de Bombeiros
Comunitário de Garopaba

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 561/11

ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE TRÊS BARRAS
 ABCC OF Nº 003/2011 Três Barras, 12 de julho de 2011.
 Excelentíssimo Senhor,
Deputado Gelson Merísio
 Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 Excelentíssimo Senhor,
 Atendendo às exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos da Associação dos Bombeiros Comunitários de Três Barras, CNPJ 07.627.882/0001-69. Outrossim, solicito o enquadramento como de utilidade pública estadual.
 Endereço para correspondência na Avenida Rigesa, 1266, Km2 - Três Barras.
 Pede Deferimento
ATAÍDE SOARES DOS SANTOS
 Presidente da Associação de Bombeiros
 Comunitário de Três Barras

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 562/11

APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NATHAN ZUGMANN
 OF. Nº 001/2011 Canoinhas, 01 de julho de 2011.
 Exmo. Sr.
Deputado Gelson Merísio
 Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310, Centro, Gabinete da Presidência, sala 106
 88.020-900 - Florianópolis -SC
 Excelentíssimo Senhor,
 Nesta
 Atendendo às exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de obter o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Professores do Centro Educação Infantil "Nathan Zugmann", CNPJ 13.665.454/0001-23, com endereço para correspondência na Rua Alvaro Soares Machado, s/nº - Bairro Industrial I, Canoinhas - SC, entidade esta já declarada de utilidade pública pela lei Estadual de nº 12.187 de 15 de abril de 2002.
 Pede Deferimento
 Assinatura do Presidente da Entidade

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 563/11

ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MONTE CARLO - SC
Of. nº 001/2011 Monte Carlo, 12 de julho de 2011.
 Ilmo Sr. Deputado Gelson Merísio
 MD Presidente ALESC
 Florianópolis-SC
 PREZADO SENHOR,
 Cumprimentando-o cordialmente venho através deste, encaminhar a documentação para fins de DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, da Associação de Bombeiros Comunitários de Monte Carlo-SC.
 Sendo o que tínhamos para o momento, antecipo agradecimentos.
 Respeitosamente
 CLAUDIR STRATMANN
 Presidente da Associação de Bombeiros Comunitários de Monte Carlo-SC

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 564/11

ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ
 São José, 15 de julho de 2010
 Ao Sr.
 Dep. Gelson Merísio
 Presidente Assembleia Legislativa/SC
 Assunto: Atendimento Lei 15.125/2010
 Prezado Senhor,
 Cumprimentando-o cordialmente, venho através deste, encaminhar conforme solicitado no art. 3º, da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010 os documentos que mantêm o reconhecimento de utilidade pública da Associação das Irmãs Franciscanas de São José, conforme descrito a seguir:
 - Relatório de Atividades - Exercício 2010
 - Atestado de Funcionamento da Entidade

- Certidão atualizada do registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas
 - Balancete Contábil
 Sendo o que se apresenta para o momento, permaneço no aguardo da certidão de reconhecimento de utilidade pública e, agradeço antecipadamente.

Fraternalmente,

Irmã Alzira Hoepers
 Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 565/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE DE CANOINHAS**, referente ao exercício de 2010.
 José Anselmo de Souza
 Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 566/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública **CCJE - CONSELHO COMUNITÁRIO JARDIM ELDORADO**, referente ao exercício de 2010.
 Isaura Bet
 Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 567/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **ICCO - INSTITUTO CATARINENSE DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E FLORA**, referente ao exercício de 2010.

Luiz Henrique Gavaerd
 Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 568/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **SIASC (SOCIEDADE INTEGRADA DE APOIO SÓCIO CULTURAL)**, referente ao exercício de 2010.
 Aparecida Maria de Brito Costa
 Presidente do Siasc

Lido no Expediente
Sessão de 09/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 569/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de Canoinhas, GEAC Laços de Amor**, referente ao exercício de 2010.

Marcel Larson Woiciechowski
 Tesoureiro

Lido no Expediente
Sessão de 09/08/11

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 2530, de 09 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **ANGELA MARIA DE OLIVEIRA PEDERNEIRAS**, matrícula nº 1758, na DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência.
 Carlos Alberto de Lima Souza
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2531, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **DENISE DA SILVA**, matrícula nº 2124, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, LAÉDIO SILVA, que se encontra em prorrogação de Licença para tratamento de saúde por noventa dias, a contar de 01 de agosto de 2011 (DL/ CC - Comissão de Educação, Cultura e Desporto).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2532, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GILBERTO SILVEIRA DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Angela Albino).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2533, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **PATRICIA PAULA SABADINI MIOTTO**, matrícula nº 3899, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de agosto de 2011 (Gab Dep Narcizo Parisotto).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2534, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR PATRICIA PAULA SABADINI MIOTTO, matrícula nº 3899, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 5 de agosto de 2011 (Gab Dep Narcizo Parisotto).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2335, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
2957	Lino José Damiani Destro	01/08/06	31/07/11	1183/2011
0981	Ivania Beatriz Ranzolin Nerbass	21/01/06	30/07/11	1191/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2536, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Imer Caldas	1858	3%	33%	01/08/11	1184/2011
Ione Terezinha Reis de Melo	1849	3%	33%	01/08/11	1185/2011
Jurandy de Arruda Neto	5833	3%	3%	01/08/11	1188/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2537, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MABEL COELHO DOS SANTOS MARTINS**, matrícula nº 6694, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de agosto de 2011 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2538, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MABEL COELHO DOS SANTOS MARTINS, matrícula nº 6694, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de agosto de 2011 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2539, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SUZANA MARQUEZINI, matrícula nº 6611, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de agosto de 2011 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2540, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FRANCELISE MARTINI, matrícula nº 6353, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário

Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de agosto de 2011 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2541, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LUIZ CARLOS DE SOUZA**, matrícula nº 6433, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de agosto de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2542, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUIZ CARLOS DE SOUZA, matrícula nº 6433, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-71, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de agosto de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2543, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MISAEAL GONCALVES CANUTO JUNIOR**, matrícula nº 5251, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de agosto de 2011 (Gab Dep Kennedy Nunes).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2544, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ALMIR JOSE PILON, matrícula nº 3474, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2545, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ALDO DA SILVA HONORIO, matrícula nº 2309, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Elizeu Mattos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2546, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006.

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora aposentada **NELI BOMBASAR**, matrícula nº 20307, fazendo constar como sendo **NELI BOMBASAR HEUSI**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Cartório do Registro Civil de Blumenau/SC.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2547, de 09 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1223/2011,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora **MARIA NAGIBA DEMÉTRIO RIBEIRO**, matrícula nº 4990, fazendo constar como sendo **MARIA NAGIBA ZATTAR**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas - Ofício Demétrio.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 312/2011

Declara de utilidade pública o Grupo da Terceira Idade de Zimbros, de Bombinhas.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo da Terceira Idade de Zimbros, com sede no município de Bombinhas.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 09/08/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública o Grupo da Terceira Idade de Zimbros.

A entidade tem como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas da terceira idade, incentivando o aprimoramento físico, mental e sociocultural.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 313/2011

Declara de Utilidade Pública Estadual o Circulo Orquidófilo do Litoral Catarinense - COLCA, do município de Balneário Piçarras/SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública Estadual o Circulo Orquidófilo do Litoral Catarinense - COLCA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.678.981/0001-70, fundada em 15 de dezembro de 2004, com sede no município de Balneário Piçarras/SC.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado,

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 IV - balancete contábil.
 Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Sala das Sessões, em 18 de julho de 2011
 Deputado GILMAR KNAESEL

Lido no Expediente
Sessão de 09/08/11

JUSTIFICATIVA

O Circulo Orquidófilo do Litoral Catarinense - COLCA é uma associação civil sem fins lucrativos, de acesso público e tem por finalidade congregar as pessoas e organizações interessadas no desenvolvimento da orquidofilia, orquidologia e da orquidicultura, bem como divulgar resultados de trabalhos técnicos e científicos nessa área.

Importante salientar, que na busca de seus objetivos a Associação busca cooperar na solução de problemas técnicos e ambientais, preservando as espécies nativas. Objetivando desta forma, apoiar e colaborar com autoridades, entidades e campanhas que visem à preservação, defesa e recomposição do ecossistema.

Face à relevância dos propósitos a que se destina a referida entidade, tenho a certeza de que a mesma é merecedora do fim a que se destina o presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 314/11

Altera a Lei nº 7.689, de 14 de julho de 1989, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Hospital Guarujá

Art. 1º A Lei nº 7.689, de 14 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Hospitalar Guarujá, de Guarujá do Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Hospitalar Guarujá, com sede no município de Guarujá do Sul.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º-A A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de julho de 2011.

Deputado Sargento Amauri Soares

Lido no Expediente
Sessão de 09/08/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o projeto de lei em anexo que visa alterar a Lei nº 7.689, de 14 de julho de 1989, em razão da mudança da denominação, demonstrada nos documentos anexos.

Deputado Sargento Amauri Soares

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 315/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício n. 1.131/2011 - GP Florianópolis, 2 de agosto de 2011.

Exmo. Sr.

GELSON MERISIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

NESTA

Assunto: **Projeto de Lei - PA n. 341514-2009.7 - Doação de imóvel - Comarca de Rio do Sul**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa, Projeto de Lei que "Dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e dá outras providências", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte, acompanhado de CD com o respectivo Projeto e justificativa.

Atenciosamente,

Trindade dos Santos

PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 09/08/11

PROJETO DE LEI Nº 0315/2011

Dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faz saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a doar o imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina, matriculado sob o n. 7.696, de 7 de novembro de 1980, no Registro de Imóveis e Hipotecas da comarca de Rio do Sul/SC, para o município de Rio do Sul.

Parágrafo único. O imóvel do Estado de Santa Catarina, referido neste artigo, constitui-se de uma área de terra com superfície de 3.060,00 m², nela edificado um prédio de alvenaria, com área construída de 1.624,48 m², situada n Rua Dom Bosco, n. 820, bairro Jardim América, na cidade de Rio do Sul, na qual faz FRENTE de 60,00 metros; confrontando-se os FUNDOS, com a mesma metragem, com terras de Gustavo Coninck Sobrinho; o lado DIREITO, com 51,00 metros, com terras de Gustavo Coninck Sobrinho; e o lado ESQUERDO, com a mesma metragem, com terras também de Gustavo Coninck Sobrinho, e dista 35,80 metros da Rua Duque de Caxias.

Art. 2º O Estado será representado no ato pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições contrárias.

Florianópolis

João Raimundo Colombo

GOVERNADOR DO ESTADO

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei visa à doação de imóvel que abriga o atual Fórum da comarca de Rio do Sul (com 3.060 m²) ao patrimônio municipal e, em contrapartida, o município de Rio do Sul transferirá, também por doação, ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina o imóvel de propriedade do Município (com 10.000 m²), já com autorização legislativa através da Lei Municipal n. 3.909, de 2 de abril de 2003.

A doação entre Entes públicos encontra-se prevista no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei n. 8.666/1993, e, consoante avaliações realizadas na origem, o terreno do Município foi avaliado em R\$ 4.200.000,00, enquanto que o de propriedade do Tribunal de Justiça teve a avaliação na ordem de R\$ 3.500.000,00; este abrigará a Câmara de Vereadores e aquele a construção de um novo Fórum local, com previsão orçamentária no PPA 2008/2011 e continuidade das obras para os exercícios de 2012/2013.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 316/2011

Denomina a ilha pluvial, situada na comunidade de Linha Laudelino no município de Concórdia, como "Ilha Segundo Franciscón".

Art. 1º Fica denominada como Ilha Segundo Franciscón, a ilha pluvial situada na comunidade de Linha Laudelino no município de Concórdia SC.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 2011

Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente

Sessão de 09/08/11

JUSTIFICATIVA

O Sr. Segundo Franciscón, nasceu na comunidade de Passo Fundo no dia 31 de março de 1916, casado com Sra. Romilda Belin Franciscón mudou-se para o estado de Santa Catarina no dia 25 de maio de 1942 onde adquiriu uma área de terra pela empresa Moserle na comunidade de Linha Laudelino, local onde se encontra a ilha.

A propriedade onde esta situada a ilha, era de propriedade da família Franciscón e hoje após ser inundada pelo lago da Usina Hidroelétrica de Itá, passa a ser uma área de reserva natural de grande importância para a preservação da flora e da fauna da região.

A presente proposição objetiva homenagear pessoa de reconhecida idoneidade, um desbravador, pioneiro, homem trabalhador que constituiu família e muito contribuiu para a colonização, desenvolvimento e bem estar da comunidade de Linha Laudelino

Diante do exposto e com base em documentação anexa, solicito apoio dos demais Pares para aprovação da matéria em questão.

*** X X X ***